

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FADULDADE DE EDUCAÇÃO**

VALTER ACÁSSIO DE MELLO

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA ESTRATÉGIA DA
INTERIORIZAÇÃO: NEXOS COM OS BONS RESULTADOS DO IDEB
EM MATO GROSSO DO SUL**

**DOURADOS/MS
2010**

VALTER ACÁSSIO DE MELLO

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA ESTRATÉGIA DA
INTERIORIZAÇÃO: NEXOS COM OS BONS RESULTADOS DO IDEB
EM MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área História, Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Giselle Cristina Martins Real.

**DOURADOS/MS
2010**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD

378.8171 Mello, Valter Acássio de
M527e A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização : nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul. / Valter Acássio de Mello. – Dourados, MS: UFGD, 2010.
174f.

Orientadora: Profa. Dr^a. Giselle Cristina Martins Real
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Política educacional - Avaliação. 2. Política educacional – Mato Grosso do Sul. 3. Educação Superior. 4. Educação básica – Mato Grosso do Sul. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Valter Acássio de Mello

A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área História, Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Giselle Cristina Martins Real.

Aprovado em: 16 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Dr^ª Giselle Cristina Martins Real – Orientadora
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Assinatura: _____

Dr^ª Dirce Nei Teixeira de Freitas
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Assinatura: _____

Dr^ª Mariluce Bittar
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Assinatura: _____

Dedico esta dissertação à minha esposa Sandra,
à minha filha Gláucia e aos meus pais, Ana e
Cirilo.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Giselle Cristina Martins Real, pela orientação, contribuições, incentivo e amizade durante a caminhada deste trabalho.

Aos meus professores do mestrado: Drª Dirce Nei Teixeira de Freitas, Drª Lindamir Cardoso Vieira Oliveira, Drª Lourdes Marcelino Machado, Drª Magda Carmelita Sarat Oliveira, Drª Marilda Moraes Garcia Bruno, Drª Nilce Aparecida da Silva Freitas Fedatto e Dr Reinaldo dos Santos.

Aos professores da Banca de Qualificação: Drª Mariluce Bittar, Drª Dirce Nei Teixeira de Freitas, Drª Giselle Cristina Martins Real e Drª Elisângela Alves da Silva Scaff.

Aos participantes do Grupo de Estudos “Estado, Política e Gestão da Educação” (GEPGE).

Aos pesquisadores e integrantes da pesquisa “Bons Resultados do Ideb: estudo exploratório dos fatores explicativos”, que contribuíram com o fornecimento de dados e reflexões acerca da relação entre universidade e educação básica.

Aos colegas de curso: Ailton Salgado Rosendo, Andréia Vicência Vitor Alves, Angela Hess Gumieiro, Danieli Libório de Alencar, Danieli Tavares, Glaucimara Lopes Schneider Hova, Hagrayzs Rosa Garcia, Larissa Hayhs Trein Montiel, Luciana Araujo Figueiredo, Luciene Martins Ferreira Rocha, Mara Lucinéia Marques Corrêa, Marcia Cristina Ortis da Silva e Míria Izabel Campos.

Aos professores e funcionários administrativos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal da Grande Dourados.

À Secretaria Municipal de Educação e à Gerência Municipal de Educação dos municípios selecionados para a pesquisa.

Às professoras Drª. Alzira Salete Menegat (UFGD), Drª Telma Valle de Loro, Anuska Conceição Sulin e mestranda Márcia Bueno Gomes, pela colaboração.

À minha família, especialmente à minha esposa Sandra, à minha filha Gláucia e aos meus pais, Ana e Cirilo.

RESUMO

MELLO, V. A. A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, 174 p.

O objetivo deste trabalho é analisar os nexos da expansão da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul configurada na estratégia de interiorização e, mais especificamente, na ação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nos municípios em que se configuraram os bons resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para compreender as peculiaridades da estratégia e os vínculos da ação institucional com a educação básica. Para tanto, o procedimento metodológico consistiu na pesquisa documental, análises estatísticas e pesquisa de campo, que permitiram observar a atuação da UEMS nos municípios onde estão localizadas suas Unidades Universitárias, e que obtiveram bons resultados no Ideb, especificamente Amambai, Naviraí e Paranaíba. A UEMS foi implantada em 1994, por processo de interiorização, tendo como parte de sua missão a melhoria da qualidade da educação básica. Nesse sentido, os resultados da pesquisa apontam a existência de nexos entre a UEMS e os resultados do Ideb nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Esses nexos são evidenciados no desenvolvimento de ações de pesquisa, extensão e ensino por parte da UEMS. A pesquisa e a extensão em menor grau de contribuição, merecendo uma maior articulação e institucionalização mais específica para a educação básica. No entanto, especialmente, por meio do ensino, a contribuição dessa Universidade apresenta-se de forma mais efetiva pelo oferecimento dos cursos de graduação na modalidade de licenciatura, que *a priori* estão voltados para a formação inicial de professores, inclusive o curso Normal Superior, que se efetivou como uma modalidade de formação em serviço.

Palavras-chave: Política Educacional; Avaliação de Política; Educação Superior; Expansão e Interiorização; Educação Básica.

ABSTRACT

MELLO, V.A. The expansion of higher education through the interiorization strategy: connections with the good results in Ideb in Mato Grosso do Sul. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, 174 p.

The objective of this work is to analyze the expansion connections of higher education (College) in the state of Mato Grosso do Sul (MS) shaped by the interiorization strategy and, more specifically, by the action of Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) in the cities which obtained good results in the **Basic Education Developmental Rate** (IDEB) in order to understand these strategical details and the bonds of the institutional actions with the Basic Education. Therefore, the methodological procedure used was the documental research, statistical analyses and field research, which enabled the observation of the UEMS performance in the cities where its campus were situated and which had good results in the IDEB, for example, Amambai, Naviraí and Paranaíba. UEMS was inaugurated in 1.994, through the interiorization process, and this university has as its mission the improvement in the quality of Basic Education. In this sense, the results of the research show the existence of connections between UEMS and IDEB results in the cities of MS. These connections are highlighted in the development of actions as for research, extension and teaching of UEMS. The research and the extension in a lower level of contribution deserve a higher articulation and institutionalization which is more specific to the Basic Education. Nevertheless, specially, by means of teaching, the contribution of this university presents itself as more effective because it offer graduation courses in the licentiate modality, which was *a priori* focused on the initial formation of the teachers, including the Normal Superior course, which was made effective as a modality of service formation.

Key words: Educational Politics; Evaluation Politics; College; Expansion and Interiorization; Basic Education.

RESUMEN

MELLO, V.A. La expansión de la educación superior por la estrategia de interiorización: nexos con los buenos resultados del Ideb en Mato Grosso do Sul. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, 174 p.

El objetivo de este trabajo es analizar los nexos de la expansión de la educación superior en el Estado de Mato Grosso do Sul configurada en la estrategia de interiorización, más precisamente, en la acción de la Universidad Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) en las ciudades que se configuraron con los buenos resultados del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB), para comprender los detalles de la estrategia y los vínculos de la acción institucional en la Educación Básica. Así, el procedimiento metodológico utilizado fue el de la investigación documental, análisis estadísticos y investigaciones de campo que permitieron observar la actuación de la UEMS en las ciudades donde están localizados sus Campus Universitários y que obtuvieron buenos resultados en el IDEB, precisamente en Amambai, Naviraí y Paranaíba. La institución UEMS fue implantada en 1994, a través del proceso de interiorización y tiene como parte de su misión la mejora en la calidad de la Educación Básica. En este sentido, los resultados de la investigación demuestran la existencia de los nexos entre UEMS y los resultados del IDEB en las ciudades del Estado de Mato Grosso do Sul. Estos nexos son evidenciados en el desarrollo de acción de investigación, extensión e investigación en UEMS. La investigación y la extensión en un menor grado de contribución e institucionalización más específicas para la Educación Básica. Todavía, específicamente, a través de la enseñanza que esta Universidad contribuyó de manera más efectiva pues ella ofrece cursos de graduación en la modalidad de licenciatura, que *a priori* enfocaban en la formación inicial de profesores, incluso el curso de Normal Superior, lo cual se hizo efectivo como una modalidad de formación en servicio.

Palabras-clave: Política Educativa; Evaluación de la Política; Educación Superior; Expansión e Interiorización; Educación Básica.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Idebs observados em 2005, 2007 e metas projetadas para 2007 para a rede estadual – Mato Grosso do Sul	08
Tabela 2 – Número de instituições da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), por organização institucional, no período de 1995 a 2007	21
Tabela 3 – Número de Instituições de Educação Superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul(MS), por categoria administrativa, no período de 1995 a 2007	23
Tabela 4 – Expansão dos cursos, matrículas, vagas e candidatos ingressos na educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1995 a 2007	25
Tabela 5 – Número de instituições de educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), por localização (Capital e Interior) e categoria administrativa (pública e privada), no período de 1995 a 2007	31
Tabela 6 – Instituições de educação superior (UEMS, UFMS e UFGD e instituições privadas), considerando sedes, unidades e <i>campus</i> , nos municípios localizados no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2008	38
Tabela 7 – População dos municípios de Mato Grosso do Sul com instalação de Unidades da UEMS – 1996 e 2007	58
Tabela 8 – Número de graduados na UEMS nos cursos de licenciatura, por Unidade Universitária, no período de 1998 – 2007	60
Tabela 9 - Número de Professores de Educação Básica por Escolaridade, em Mato Grosso do Sul, em 30/05/2007	62
Tabela 10 - Formação inicial dos professores que estão atuando junto à rede de educação básica em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2009.....	64
Tabela 11 – Projetos de extensão das Unidades Universitárias da UEMS, área da educação, no período de 2001 – 2007	67
Tabela 12 - Ideb 2005, 2007 e Projeções para o Brasil para 2021	75
Tabela 13 - Idebs observados em 2005, 2007 e Meta para 2007 no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) nos municípios de Mato Grosso do Sul	77
Tabela 14 - Idebs observados em 2005, 2007 e Meta para 2007 no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) em dez municípios de Mato Grosso do Sul	80

Tabela 15 – População e área territorial em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 1996 e 2007	81
Tabela 16 – Alguns Indicadores socioeconômicos em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 1991, 2000 e 2007	81
Tabela 17 – Número de Escolas Municipais em dez municípios de Mato Grosso do Sul, na educação básica, 2009	82
Tabela 18 – Matrículas no ensino fundamental, por dependência administrativa, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2007.....	83
Tabela 19 – Concluintes no ensino fundamental, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2005	84
Tabela 20 – Funções docentes, por nível e formação, rede municipal, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2007	85
Tabela 21 – Porcentagem das funções docentes, por nível e formação nas licenciaturas, rede municipal, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2007	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos de graduação da UEMS oferecidos no Vestibular de julho de 1994	53
Quadro 2 – Cursos de graduação da UEMS oferecidos no Vestibular de 2006 para ingresso em 2007	54
Quadro 3 – Cursos oferecidos na Unidade Universitária de Amambai, período de 1994 a 2007	92
Quadro 4 – Cursos oferecidos na Unidade Universitária de Naviraí, período de 1994 a 2007	98
Quadro 5 – Cursos oferecidos na Unidade Universitária de Paranaíba, período de 1994 a 2007	103

LISTA DE SIGLAS

ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica
CEI - Centro de Educação Infantil
CEIM - Centro de Educação Infantil Municipal
CEUD - Centro Universitário de Dourados
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CPD - Centro Pedagógico de Dourados
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC – Exame Nacional de Cursos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FATEC - Faculdades de Tecnologia
FINAV – Faculdades Integradas de Naviraí
FIPAR - Faculdade Integradas de Paranaíba
FTBAW - Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman
GESTAR - Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Institutos Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PAR - Plano de Ações Articuladas
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB - Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SED - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados

UNOPAR - Universidade Virtual Norte do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E LOCO-REGIONAIS	13
1.1. A expansão da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007	17
1.1.2. Expansão dos cursos e matrículas na educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007	25
1.2. A interiorização da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007	30
1.2.1 - Características da interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul	34
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	41
2.1. As universidades públicas criadas em Mato Grosso do Sul	41
2.2. Criação da UEMS	46
2.3. Implantação da UEMS	47
2.4. Cursos de graduação ofertados na UEMS	52
2.5. Interiorização da UEMS	56
2.6. Relação entre a UEMS e a educação básica.....	59
CAPÍTULO III - A INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL: SUA RELAÇÃO COM OS BONS RESULTADOS DO IDEB	73
3.1. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	73
3.2. Algumas características dos dez municípios selecionados	79
3.3. A presença da UEMS nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba	90
3.3.1. A Unidade Universitária da UEMS em Amambai	91
3.3.2. A Unidade Universitária da UEMS em Naviraí	97
3.3.3. A Unidade Universitária da UEMS em Paranaíba	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	126
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar os nexos da expansão da educação superior no Mato Grosso do Sul configurada na estratégia de interiorização e, mais especificamente, na ação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nos municípios em que se configuraram os bons resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), para compreender as peculiaridades da estratégia e os nexos da ação institucional com a educação básica.

O interesse por essa temática justifica-se pelo envolvimento deste pesquisador com a educação superior, ao ingressar como servidor técnico-administrativo na UEMS, a partir de 2004, desempenhando as funções de secretário acadêmico, o que possibilitou vivenciar experiências para além da de aluno universitário, o que permitiu a construção de questionamentos e reflexões acerca do papel da universidade pública na melhoria da qualidade educacional, especialmente ligado ao contexto de expansão e de interiorização da educação superior.

Diante desse contexto, o problema que direcionou a pesquisa pode ser sintetizado nos seguintes termos: Quais os nexos gerados pelo processo de interiorização da educação superior implementado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na qualidade da educação básica de Mato Grosso do Sul?

Além desse problema, há outras questões que permeiam as reflexões suscitadas pela

investigação, como: o processo de interiorização da educação superior implementado em Mato Grosso do Sul trouxe impactos para a educação básica? Se houve, em que aspectos os efeitos foram positivos? Quais ações foram implementadas? Essas questões se justificam uma vez que se tem como hipótese a existência de uma relação positiva entre a presença da UEMS e os bons resultados no Ideb das redes públicas de ensino básico na qual a UEMS está inserida.

Dessa forma, busca-se compreender em que medida está estabelecida uma lógica entre o processo de interiorização da educação superior implementado no estado e os índices de qualidade apontados para municípios sul-mato-grossenses, considerando-se somente as ações da UEMS nesses espaços.

Têm-se como objetivos específicos para essa investigação:

- Situar o processo de interiorização, em Mato Grosso do Sul, no contexto da expansão da educação superior;
- Descrever o processo de interiorização do ensino superior desencadeado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, identificando seus propósitos e explicitando as ações desenvolvidas;
- Apontar os nexos das ações institucionais da UEMS com os bons resultados do Ideb das redes de educação básica, dos municípios selecionados.

Este trabalho focaliza a educação superior a partir de seu conceito empregado na legislação educacional brasileira¹. Nesse sentido, a educação superior pode ser realizada por instituições com organização político-administrativa distinta, sendo ofertada por universidades que têm a tripla função de ensino, pesquisa e extensão, por faculdades que são as instituições que promovem a função de ensino, ou ainda por centros universitários que oferecem ensino e extensão. Cumpre destacar que a pós-graduação não vai ser focalizada neste trabalho, atentando-se aos nexos entre o ensino de graduação e a educação básica.

Busca-se compreender o processo de interiorização a partir das instituições universitárias considerando que *a priori* são as instituições de educação superior por excelência (CUNHA, 2004). O conceito de interiorização empregado nesta pesquisa está relacionado com o processo de criação de instituições de ensino superior fora do espaço geográfico das capitais dos estados federativos brasileiros, especificamente fora da capital do

¹ Especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Decreto Presidencial nº 5.773/2006.

estado de Mato Grosso do Sul - Campo Grande. Portanto, não se consideram aspectos como densidade populacional ou mesmo dados de produção econômica.

Nesse sentido, centrou-se a análise nas universidades públicas, pois segundo os dados do INEP² e de pesquisas realizadas³, com base nos resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a qualidade estaria focalizada nas universidades públicas. Para Real (2008), quando explicita “os possíveis impactos do Exame Nacional de Cursos” nas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul, verifica-se que os melhores resultados estão nas universidades públicas. Segundo a autora,

Quando se busca cotejar os resultados obtidos pelas universidades privadas e pelas universidades públicas, verificam-se melhores resultados nas públicas. No conjunto das universidades públicas, onde houve um percentual de 89,11% de obtenção de conceitos A, B e C e de 10,89% de conceitos D e E, enquanto que as universidades privadas apresentaram percentuais de conceitos positivos de 74,16% e de conceitos negativos, 25,84%. Sabe-se que as universidades públicas, em sua grande maioria, têm tradição no desenvolvimento de pesquisa e extensão, enquanto que nas universidades privadas essa seria uma prática mais recente, conforme se pode apreender das análises estatísticas apresentadas pelo INEP (INEP, 2003; 2004). Segundo esse órgão, as universidades privadas são as que menos atendem aos requisitos legais que determinam 1/3 de professores em tempo integral e 1/3 de docentes com titulação de mestre ou doutor, requisitos que implicam desenvolvimento de pesquisa e extensão. (REAL, 2007, p. 140).

As reflexões suscitadas ao longo da pesquisa estão relacionadas com fatores paradoxais implícitos no processo de interiorização, pois amplia o acesso ao ensino superior, viabilizando o direito a uma educação permanente a um número maior de pessoas, ao mesmo tempo em que fragiliza a qualidade pretendida (CUNHA, 2003).

A qualidade é uma questão central quando se trata de interiorização da educação superior. Cunha (2004) revela que muitos desses processos de interiorização vão ocorrer com a escassez de recursos compatíveis para a realização da tripla função ensino, pesquisa e extensão, identificando esse processo como a “paroquialização⁴” do ensino superior. Assim,

O paroquialismo precisa ser enfrentado com coragem, tanto no setor público quanto no privado. O ensino superior só pode ser desenvolvido com recursos caros e raros, que não existem em qualquer lugar. A reconcentração das IES,

² Nesse sentido, ver: INEP, 2005.

³ SANTOS, 2001; LIMA, 2002; ROTHEN, 2003, REAL, 2007, 2008.

⁴ O termo paroquialismo foi usado por Oliven (1990), sendo entendida “como qualidade daquilo que é paroquial, ou seja, limitado em pensamento, interesses e objetivos ao âmbito local” (p. 115),

inclusive na dimensão geográfica, é condição necessária para a melhoria da qualidade do ensino superior. Sem ela, todas as demais medidas serão inócuas (CUNHA, 2004, p. 813).

A qualidade da educação tem sido o foco das políticas educacionais a partir dos anos de 1980 (DIKER, 1996), inclusive no Brasil, que passa a investir em programas e instrumentos de avaliação com o intuito de melhoria da qualidade. Segundo Sousa,

A avaliação tem sido assumida, nos planos e propostas governamentais, como um mecanismo capaz de promover a melhoria da qualidade, e conduzida sob o pressuposto de dar visibilidade e controle público aos produtos ou resultados educacionais, estimulando-se a competição, ao disponibilizar aos usuários elementos para escolha dos serviços ou pressão sobre as instituições ofertantes (SOUSA, 2001, p. 92).

O conceito de qualidade utilizado no presente trabalho é extraído de Gramsci (1974), segundo o qual não existe qualidade sem quantidade. O referencial desse teórico contribui para a pesquisa, uma vez que a expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul realiza-se pela quantidade como forma de se chegar à qualidade pretendida. Para esse autor,

[...]. Se o nexa quantidade-qualidade é incindível, põe-se a questão: onde é que é mais útil aplicar a própria força de vontade: a desenvolver a quantidade ou a qualidade? Qual dos dois aspectos é mais controlável? Qual dos dois se mede mais facilmente? Sobre qual deles se podem fazer previsões, construir planos de trabalho? A resposta não parece duvidosa: sobre o aspecto quantitativo. Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre quantidade, que se quer desenvolver o aspecto ‘corpóreo’ do real não significa que se queira transcurar a ‘qualidade’, mas significa pelo contrário que se quer pôr o problema qualitativo na maneira mais concreta e realística, isto é, quer-se desenvolver a qualidade no único modo em que tal desenvolvimento é controlável e mensurável (GRAMSCI, 1974, p. 83-84).

A importância da qualidade também tem sido foco de atenção das agências governamentais, que adotam a avaliação para todos os níveis da educação. Nesse sentido, foi iniciado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1988⁵, o ENEM em 1998 (FREITAS, D. 2007), a Prova Brasil em 2005 (INEP, 2009), entre outras medidas, que incluem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, criado por força do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Segundo esse decreto, o Ideb busca sintetizar indicadores que apontam a qualidade da educação básica, fornecendo dados sobre a escola de forma individual e sobre os sistemas de ensino, por meio do rendimento dos alunos,

⁵ Em 1990 foi implantado o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP), que passou a denominar-se SAEB em 1992 (FREITAS, 2007, p. 128 – 129).

conforme demonstra a transcrição do art. 3º:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Cumprido destacar que as políticas educacionais recentes vêm apontando a necessidade de maior interação entre as instituições formadoras e as escolas de educação básica. A título de exemplo, pode-se mencionar o Parecer CNE-CP nº 9/2001, o Decreto nº 6.096/2007 e o Decreto nº 6.755/2009, que trazem as seguintes inscrições:

As escolas de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados (CNE, 2001, p. 50).

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes: [...]

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Art. 10. [...].

§ 1º Os programas de iniciação à docência deverão prever:

I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 6.755/2009, ainda demonstra o foco das políticas educacionais recentes nas instituições públicas de educação superior, creditando a essas instituições a formação de professores com o apoio do Ministério da Educação (MEC), conforme disposto nos arts. 7º e 8º do referido decreto:

Art. 7º O atendimento à necessidade por formação inicial de profissionais do magistério, na forma do art. 9º, dar-se-á:

I - pela ampliação das matrículas oferecidas em cursos de licenciatura e pedagogia pelas instituições públicas de educação superior; e

II - por meio de apoio técnico ou financeiro para atendimento das necessidades específicas, identificadas na forma dos art. 5º.

Parágrafo único. A formação inicial de profissionais do magistério dará preferência à modalidade presencial.

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

A ênfase das políticas educacionais na busca por maior articulação entre as universidades e as escolas de educação básica é justificada pela literatura da área que aponta a

formação de professores como um dos indicadores de qualidade (MADAUS; AIRASIAN; KELLAGHAN, 2008; WEBER, 1992; TARDIF, 2000; ANDRÉ, 2008). Nesse sentido também é a posição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1999, p. 66), quando informa que: “Essa coerência indispensável do sistema educacional vem do fato de que o ensino superior depende dos resultados do trabalho feito nos graus antecedentes do ensino, e é responsável pelo treinamento dos professores para primeiro e segundo graus”.

Considerando o acima exposto, o objeto deste trabalho envolve a análise da relação entre a universidade pública interiorizada e sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica, levando-se em conta o Ideb. Especificamente, busca-se compreender esse fenômeno com base nas políticas de educação superior configuradas no estado de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul⁶, estado localizado na região Centro-Oeste brasileira, tem como capital a cidade de Campo Grande e possui 78 municípios. O estado tem uma extensão territorial de 358.159 km², limitando-se a Oeste com a Bolívia e Paraguai, ao Norte com o Mato Grosso, ao Sul com o Paraguai e o Paraná e a Leste com São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Sua população é de 2.265.274 habitantes (IBGE⁷, 2007).

O foco empírico do trabalho centrou-se na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), uma vez que se constitui em fruto da política estadual de educação superior. Cumpre destacar que seu caráter é eminentemente público, estando ligada, à época de sua criação, à Secretaria de Estado de Educação, sendo gerida com recursos próprios do estado de Mato Grosso do Sul, em regime fundacional (MATO GROSSO DO SUL, 1993).

Nesse sentido, destaca-se que a UEMS foi criada com a missão de: “Gerar e disseminar o conhecimento, voltada para a interiorização, e com compromisso em relação aos outros níveis de ensino” (UEMS, 2008b)⁸. Assim, pode-se observar que a política estadual de educação superior, ao implantar a sua universidade, explicitava sua intenção pela interiorização, ainda com o compromisso em relação à educação básica.

⁶ As informações sobre o estado encontram-se no *site* “Portal MS”, disponível em <<http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>>. Acesso realizado em 10 jul. 2009.

⁷ Contagem da população 2007, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_24.pdf>. Acesso em 10 nov. 2009.

⁸ A UEMS altera a sua missão institucional, retirando o foco na interiorização do ensino, ao publicar o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado conforme a Resolução COUNI-UEMS nº 348, de 14 de outubro de 2008, para o período de 2009 a 2013.

De acordo com os resultados divulgados pelo INEP (INEP, 2008b), os cinco municípios sul-mato-grossenses com melhores resultados do Ideb são: Campo Grande, São Gabriel do Oeste, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul e Naviraí e os cinco municípios que apresentaram maior variação entre 2005 e 2007 foram: Bonito, Paranhos, Amambai, Paranaíba e Bela Vista.

A escolha desses municípios está relacionada com a definição da amostra estabelecida pela pesquisa intitulada: “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”, coordenado pelo Professor Dr. Romualdo Portela de Oliveira da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), na qual o presente trabalho está vinculado. Além da FEUSP estão envolvidas nesta pesquisa a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A equipe de Mato Grosso do Sul, composta por professores pesquisadores, mestrados bolsistas, mestrados colaboradores e alunos bolsistas de iniciação científica, é coordenada pela Professora Dr^a Dirce Nei Teixeira de Freitas da Faculdade de Educação da UFGD.

A pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos” está vinculada ao Programa Observatório da Educação⁹, tendo sido aprovada pelo Edital n. 001/2008 – CAPES/INEP/SECAD. Este é um Programa do MEC que visa ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação. O Observatório da Educação, “Tem como objetivo estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado por meio de financiamento específico” (INEP, 2009).

O propósito da pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos” é identificar iniciativas de políticas educacionais, de municípios nos Estados de São Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul às quais possam ser atribuídas contribuições para alterar positivamente o indicador. A amostra considera as redes municipais que atendam mil ou mais alunos do ensino fundamental regular – séries iniciais (até a 4ª série). Dessa forma, foram escolhidos cinco municípios com maiores Idebs em 2007 e cinco com maiores variações no período 2005-2007, conforme já mencionado.

Os resultados do Ideb, em Mato Grosso do Sul, considerando o conjunto das redes municipais de educação básica do estado, podem ser considerados positivos, uma vez que

⁹ O Observatório da Educação foi criado por meio do Decreto presidencial nº 5.803, de 08 de junho de 2006, que “Dispõe sobre o Observatório da Educação, e dá outras providências”. Disponível em: www.observatorio.inep.gov.br.

superam as metas estabelecidas pelas políticas educacionais para o ano de 2007. O que reforçou a opção por considerar o Ideb como um indicador que permite a comparabilidade na análise dos efeitos da política de educação superior interiorizada no estado. A Tabela 1, a seguir exposta, apresenta os resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 – Idebs observados em 2005, 2007 e metas projetadas para 2007 para a rede estadual – Mato Grosso do Sul

Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas projetadas
	2005	2007	2007
Anos iniciais do Ensino Fundamental	3,2	4,0	3,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,5	3,0
Ensino Médio	2,8	3,4	2,9

Fonte: INEP, 2008b.

Pelos dados constantes na Tabela 1, pode-se constatar que em todos os níveis da educação básica houve melhora significativa no Ideb observado em relação às metas projetadas, com uma média de 0,5 pontos.

A UEMS, no período de 2005 a 2007, e ainda hoje, conta com sua sede e 14 Unidades localizadas nos seguintes municípios sul-mato-grossenses: Dourados, Aquidauana, Campo Grande, Naviraí, Mundo Novo, Amambai, Glória de Dourados, Ivinhema, Nova Andradina, Ponta Porã, Coxim, Cassilândia, Paranaíba, Maracaju e Jardim. Assim, pode-se perceber que há quatro municípios entre aqueles selecionados com melhores resultados do Ideb que contam com a presença da UEMS, inclusive a capital, Campo Grande. Nesse sentido, considerando que o presente estudo busca compreender o impacto da interiorização do ensino, os pontos empíricos da pesquisa se concentrarão nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba.

O recorte temporal estabelecido refere-se ao período compreendido entre 1998 e 2007, iniciando-se no período em que se formam os primeiros egressos dos cursos da UEMS; os cursos estavam constituídos por todas suas séries¹⁰ e o quadro de professores se consolidando, uma vez que nesse ano houve o primeiro concurso público para docente. O período de encerramento da análise refere-se aos últimos dados do Ideb, divulgados pelo INEP, também

¹⁰ Os cursos de graduação da UEMS tiveram início no ano de 1994. Portanto, em 1998 os cursos estavam compostos pela 1ª a 4ª série. Ressalta-se que, conforme o Artigo 95 do Regimento Geral, “O regime acadêmico adotado pela UEMS, como forma de organização curricular dos cursos regulares de graduação, é o seriado semestral ou anual [...]”.

considerados na pesquisa mais ampla, a qual este trabalho está vinculado.

O presente trabalho inseriu-se no conjunto das pesquisas sobre política pública de educação, entendendo-se como política:

[...] um processo ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. Uma lei aprovada no Congresso poder ser observada, uma decisão tomada em tribunal pode ser lida, assim como também podem ser lidos regulamentos promulgados por departamentos governamentais e memorandos escritos por administradores de agências, a plataforma de um partido político pode ser lida e as declarações de um político podem ser ouvidas. Mas esses elementos sozinhos não constituem uma política (PALUMBO, 1989, p. 35).

Diante desse referencial teórico-metodológico, este trabalho tem como fundamento a adoção do ciclo de política como viés de suas análises. Segundo Mainardes (2006),

[...] a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos (MAINARDES, 2006, p. 48).

A base da pesquisa concentra-se em estudos e análises de documentos, tendo como base metodológica a avaliação de política educacional, especificamente a avaliação de impacto, uma vez que, em linhas gerais, estaria observando os efeitos da política estadual de educação superior interiorizada na educação básica de Mato Grosso do Sul, considerando três municípios com bons resultados no Ideb.

Entende-se por avaliação de impacto de uma política o processo em que se busca compreender em que medida os propósitos de uma política foram alcançados, conforme explicitam Figueiredo e Figueiredo:

Do lado dos propósitos das políticas, devemos considerar que as políticas públicas – as decisões governamentais – têm geralmente dois aspectos: a) gerar um produto físico, tangível e mensurável; e b) gerar um impacto, que, tanto pode ser físico, tangível e mensurável, quanto subjetivo, alterando atitudes, comportamentos e/ou opiniões. [...]. o impacto de uma política é uma medida do desempenho da ação pública, ou seja, uma medida em que a política atingiu ou não os seus objetivos ou propósitos (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 108 -109).

As contribuições desses autores foram de suma importância para as análises do papel dos atores institucionais e com referência à política educacional, enfim, nos impactos da

educação superior em relação à educação básica.

Para tanto, pretende-se adotar um conjunto de procedimentos metodológicos que envolvem a pesquisa bibliográfica, documental, análises estatísticas e a pesquisa de campo. Em relação à pesquisa bibliográfica recorreu-se a livros, teses, dissertações e artigos científicos, disponíveis em material impresso e eletrônico. Incursionou-se por autores e obras que tratam tanto da temática sobre o ensino superior, como também se referem às políticas públicas de forma mais ampla, sobretudo aquelas que discutem a qualidade da educação, particularmente da educação superior.

As fontes documentais utilizadas compreendem a documentação escrita, obtida por meio do processo de busca e análise de documentos, especialmente das universidades públicas de Mato Grosso do Sul, particularmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), projeto e relatórios de avaliação institucionais, resoluções, deliberações, produzidas pelos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, além de leis, decretos, e normas nacionais, sobretudo a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O trabalho com dados estatísticos e indicadores foi elaborado com base em dois eixos, sendo que o primeiro considera o processo de expansão e interiorização da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, e o segundo considera os resultados do Ideb nos três municípios sul-mato-grossenses citados, em que há Unidades da UEMS, com vistas a estabelecer pontos de comparabilidade para a análise dos possíveis nexos da política de interiorização na qualidade da educação básica.

Para complementar a análise em que se procura apontar o papel da UEMS com os bons resultados do Ideb, buscou-se proceder a estudos de tendências considerando o percentual de professores com graduação, atuantes nas redes de educação básica, de acordo com os dados estatísticos produzidos pelo INEP, por meio do Censo do Professor e as informações coletadas junto às três redes municipais de educação básica inseridas na pesquisa. Também foram considerados os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelas Unidades da UEMS localizadas nos municípios da análise, cujo foco incide na educação básica.

Foi necessária a complementação dos dados referentes às redes de educação básica, o

que implicou realização de entrevistas com gestores educacionais¹¹ e a elaboração de questionário¹², com vistas a suplementar os dados referentes à formação inicial e continuada de professores desenvolvida pela UEMS nos municípios selecionados. Esses encaminhamentos justificam-se, pois serviram de base para visualizar as ações efetivamente desenvolvidas pela UEMS nessas redes de ensino, explicitando de fato os efeitos de sua inserção física.

As entrevistas foram realizadas nos dez municípios selecionados a partir do dia 12 de maio de 2009. Cumpre ressaltar que para a realização das entrevistas a Equipe-MS foi subdividida em pequenos grupos de mestrandos e pesquisadores, sob a responsabilidade destes últimos pelas entrevistas.. Durante as visitas aos municípios os membros da equipe-MS da pesquisa do Observatório aplicaram os questionários específicos deste trabalho.

No presente trabalho há uma relevância científica apontada pela literatura da área, que se refere à carência de estudos específicos sobre as políticas de interiorização em Mato Grosso do Sul, conforme destacam pesquisadores deste estado:

Finalizando a análise, mas com a certeza de que a discussão sobre qual a melhor opção para o desenvolvimento da interiorização permanece, concluímos que a UEMS, apesar de sua história repleta de contradições e embates políticos, avança no sentido de implementar o processo de interiorização, mesmo que sob uma estrutura nova, agora sem a rotatividade, mas com enfoque na população das regiões mais distantes e com menor acesso à educação superior, [...]. (ALMEIDA, FIDELIS, PISTORI, 2004, p. 10, grifos nossos).

Nesse sentido, a relevância desta pesquisa incide em contribuir com os estudos científicos acerca do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo quando focaliza a relação entre a universidade e a educação básica. Este aspecto, ainda, tem sido foco das políticas nacionais recentes, como é o caso da Política Nacional de Formação de Professores – Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI - Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Estes textos normativos são exemplos de instrumentos da política nacional que buscam apresentar estratégias de integração entre a educação superior e a educação básica.

¹¹ O roteiro de entrevistas encontra-se no final deste trabalho. Cabe ressaltar que do roteiro de entrevistas da pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos” foram utilizadas, especificamente para a presente pesquisa, as questões sobre as “razões e iniciativas para os bons resultados do Ideb”. Este roteiro encontra-se disponível no Laboratório de Políticas, Avaliação e Gestão da Educação – LAPAGE, na FAED/UFGD.

¹² O questionário aplicado nos dez municípios selecionados para a presente pesquisa encontra-se no final deste trabalho.

Dessa forma, espera-se que essa investigação contribua para o aprofundamento da discussão sobre a interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul, além de suscitar reflexões sobre a busca por melhoria da qualidade da educação.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo procurou-se delinear as bases históricas e o contexto da expansão e da interiorização da educação superior no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007. Procurou-se observar a relação entre as políticas educacionais nacionais e as sul-mato-grossenses, focando a interiorização da educação superior, com vistas a compreender o compromisso institucional das políticas estaduais com a educação básica.

No segundo capítulo trata-se da relação entre a educação superior e a educação básica no estado de Mato Grosso do Sul. Nessa relação, busca-se descrever o processo de interiorização realizado pela UEMS, analisando-se a presença dessa instituição nos municípios com os bons resultado do Ideb, identificando-se seus propósitos e explicitando-se as ações desenvolvidas.

No terceiro capítulo analisa-se o processo de interiorização da UEMS, identificando-se os seus nexos com os bons resultados do Ideb nos municípios de Naviraí, Amambai e Paranaíba.

Por último, apresentam-se as considerações finais, quando se busca responder ao problema inicialmente levantado.

De forma geral, pode-se afirmar que este trabalho sintetiza resultados da expansão e da interiorização da educação superior do estado de Mato Grosso do Sul, a partir da sua relação com a educação básica, que se constituiu em missão oficialmente institucionalizada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO I

A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E LOCO-REGIONAIS

Neste capítulo, trata-se da expansão e interiorização da educação superior, observando-se a relação entre políticas nacionais e o processo desencadeado em Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, contextualiza-se a expansão da educação superior, focando-se as instituições públicas e privadas, e, posteriormente, a diversificação institucional no contexto da expansão e da interiorização desenvolvidas no Brasil e, especialmente, em Mato Grosso do Sul.

A temática da expansão e da interiorização da educação superior tem sido foco na discussão desse nível de ensino, especialmente a partir dos anos de 1990, quando se implementa a política de educação superior na gestão de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) que induziu a expansão das instituições privadas e, mais recentemente, na gestão de Luíz Inácio Lula da Silva (2003 até a presente data), quando se busca enfatizar a expansão das instituições federais¹³.

Dessa forma, a expansão da educação superior tem sido explicitada na literatura da

¹³ Nesse sentido, ver os Programas Expandir (FARIA, 2006) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

área, particularmente no governo FHC, através de mecanismos legais que estabeleceram a diversificação e a diferenciação do sistema desse nível de ensino, caracterizado por um processo de democratização, privatização e massificação¹⁴ (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003; DIAS SOBRINHO, 2003a).

Dourado (2001) explicita a expansão e a interiorização da educação superior por meio das políticas de privatização do público, no estado de Goiás, na década de 1980. O autor articula o crescimento da educação superior no estado, particularmente das fundações municipais, com a política expansionista nacional.

Dourado (2002) aponta que as políticas para a educação superior nos anos de 1990 tiveram desdobramentos em virtude dos processos de diversificação e diferenciação institucional e do sistema de avaliação estandardizado¹⁵, que nortearam a expansão e a privatização aligeirada desse nível de ensino. Para o autor, essa política “só pode ser entendida com a compreensão dos vários instrumentos e mecanismos que preconizam a reforma desse nível de ensino e de sua relação orgânica com o processo de reforma do Estado em curso no Brasil” (DOURADO, 2002, p. 242).

Para Cunha (2004), a expansão do ensino superior brasileiro teve um processo de desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes setores desse nível de ensino, notadamente o público e o privado. Segundo o autor, no octênio FHC, enquanto houve uma redução dos investimentos nas IES públicas a expansão privatista do ensino superior foi acelerada com os benefícios da LDB e dos decretos posteriores, que trouxeram flexibilidade curricular e diversificação institucional.

Oliveira, Dourado e Amaral (2008) abordam a educação superior em Goiás a partir da segunda metade dos anos de 1990, considerando que as modificações ocorridas foram favorecidas pelas políticas implementadas no governo de FHC, voltadas para a “flexibilização e a diversificação de cursos e instituições, bem como incentivou a expansão acelerada do setor privado” (p. 178). Os autores trazem reflexões acerca da educação superior em Goiás,

¹⁴ O conceito de massificação tem sido considerado pela literatura da área como o processo de expansão privatista da educação superior, que tem levado à baixa qualidade, ou seja educação de massa (GOMES, MORAES, 2009).

¹⁵ O termo estandardizado significa “padronizado”, conforme dicionário do Aurélio. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Estandardizado>> Acesso em: 12 out. 2009. Segundo Dourado, Catani e Oliveira (2001, p. 2), “[...] numa visão pragmatista, as IES devem desempenhar o papel de agências prestadoras de serviço e de preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Essa compreensão implica em uma lógica de eficiência e eficácia institucional que é, em geral, acentuada por um modelo de avaliação centrado em instrumentos de regulação e controle que buscam a padronização e a mensuração da “produção acadêmica”. Ou seja, modelos de avaliação estandardizada que enfatizam os resultados e os produtos, favorecendo a perspectiva do Estado avaliador e controlador”.

levando-se em conta: o processo de estruturação, a expansão ocorrida na última década e os indicadores qualitativos desse nível de ensino no âmbito das diferentes instituições que compõem, sobretudo, o sistema estadual.

Em síntese, observa-se que os autores supracitados explicitam um assunto recorrente, ou seja, a expansão e a interiorização da educação superior balizada pela diversificação e pela diferenciação institucionais, pelo viés da privatização desse nível de ensino, pautada nos mecanismos legais, particularmente na LDB.

Dessa forma, a literatura da área educacional¹⁶ aponta, no período após 1995, uma significativa expansão e interiorização da educação superior no Brasil, assim como explicitam os dados oficiais processados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP).

Para tratar desse processo de expansão e interiorização, a questão da qualidade educacional deve ser considerada como um aspecto importante, pois tem sido o foco das políticas educacionais recentes. Aproximadamente nos últimos 14 anos, a meta para a educação superior é de expansão com qualidade (SOUZA, 2005), tanto para a gestão educacional do período de 1995 a 2002, quanto para a gestão do período de 2003 a 2010 (GENRO, 2005a). O diferencial entre as metas das duas gestões está na relação entre o público e o privado¹⁷.

A expansão no período de 1995 a 2002¹⁸ ocorreu por meio das instituições privadas (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003), e, para a política em curso¹⁹, o foco tem sido a

¹⁶ Nesse sentido, ver: DOURADO, 2001; DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003, entre outros.

¹⁷ Em relação à discussão da educação superior pública ou privada, consultar, entre outros autores: SGUISSARDI (2009); DIAS (2003); DIAS SOBRINHO (2003b, 2004); DOURADO (2001). Especialmente, em relação à universidade, segundo Sguissardi (2009, p. 180), “O dilema que atualmente se põe para a universidade estatal pública – bem público *versus* privado/mercantil – constituiu-se gradativamente ao longo das últimas três décadas. Serviram de base para tanto, como já dito, as crises e novas concepções da economia e do papel do Estado, o discurso teórico-pragmático dos organismos multilaterais, em especial financeiros, e as políticas econômico-sociais e educacionais praticadas por países centrais e periféricos, coerentes com essas concepções e com esse discurso. [...]”.

¹⁸ Segundo Cunha (2003, p. 38), “A proposta de governo do candidato FHC para seu primeiro mandato foi elaborada por uma equipe coordenada pelo economista Paulo Renato Souza, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, naquele momento, técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Vitorioso o candidato e empossado FHC na Presidência da República, Paulo Renato Souza foi nomeado ministro da Educação, cargo que ocupou de 1995 a 2002, vale dizer, durante os dois mandatos do presidente”.

¹⁹ A política em curso refere-se à gestão do governo de Luíz Inácio Lula da Silva, cujo primeiro mandato ocorreu no período de 2003 a 2006, sendo reeleito para o período de 2007 a 2010. O atual Ministro da Educação é o professor Fernando Haddad, que assumiu o cargo em 29 de julho de 2005. Os ministros anteriores foram Cristovam Buarque, de 01/01/2003 a 27/01/2004, e Tarso Genro, no período de 28/01/2004 a 28/07/2005.

expansão das instituições públicas²⁰ (GENRO, 2005b). Em relação à política em curso, a exposição de motivos do Anteprojeto de Lei da Educação Superior, encaminhado ao Congresso Nacional em 29 de julho de 2005 e que ainda está tramitando, é ilustrativa dessa intenção:

O Brasil precisa democratizar e qualificar suas instituições de ensino em todos os níveis. Nos próximos seis anos, para cumprir as metas fixadas para o decênio pelo Plano Nacional de Educação - PNE, será preciso mais do que dobrar o número de estudantes nas nossas instituições de ensino superior. O desafio é imenso e exige a construção de políticas públicas que incorporem aquilo que de melhor a sociedade foi capaz de produzir, dentro e fora das universidades. A proposta de Lei de Reforma da Educação Superior tem como um dos seus objetivos centrais criar condições para a expansão com qualidade e equidade. O presente Anteprojeto de Lei significa um passo concreto no enfrentamento e superação desse desafio (GENRO, 2005a, p. 1).

Em outro trecho do documento explicita-se a centralidade da expansão tendo como foco as instituições públicas, conforme demonstra a transcrição a seguir exposta:

Essa valorização do papel da educação superior contrasta com o quadro brasileiro que enfrenta, hoje, o maior desafio em termos latino-americanos: o nível de acesso é um dos mais baixos do continente (11% para a faixa etária 18 e 24 anos); a proporção de estudantes nas instituições públicas reduziu-se drasticamente nos últimos dez anos, representando hoje menos de 1/3 do total; o peso da matrícula e das instituições privadas tornou-se o mais alto da América Latina (75%). Esses dados comprometem o presente e o futuro do sistema de educação superior brasileiro, agravado pela redução do financiamento público, particularmente no último decênio (GENRO, 2005a, p. 1).

A formulação de políticas que busquem a expansão da educação superior implicou, entre outros aspectos, em processo de interiorização, uma vez que um dos impactos dessa expansão ocorreu do centro para as pontas, desencadeando um processo de discussão sobre o binômio quantidade e qualidade (GOMES, 2002; CUNHA, 2004).

²⁰ Na gestão a partir de 2003, mesmo o foco sendo a expansão das instituições públicas, não se pode desconsiderar que as instituições privadas continuam em crescimento, apesar que num ritmo menos acelerado comparado à gestão anterior. Portanto, autores da área educacional superior discutem a continuidade e novas políticas que beneficiam a educação superior privada, como por exemplo LEHER (2004) e MANCEBO (2004).

1.1 - A expansão da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007

A expansão da educação superior brasileira nos anos de 1990 teve um viés de privatização, conforme aponta a literatura da área²¹. Essa expansão, focada nas instituições privadas, adquiriu contornos mais explícitos a partir dos anos de 1995, tendo como características desse processo a diversificação institucional e a avaliação educacional (DOURADO, 2002; DIAS SOBRINHO, 2003b).

Dourado (2002) explicita a diversificação e a diferenciação ocorridas na educação superior a partir da LDB de 1996 e de outros mecanismos legais posteriores que propiciaram a flexibilização desse nível de ensino, o que levou além da expansão a uma mudança de identidade da universidade. Segundo o autor,

[...] Na prática, as políticas governamentais para o setor, ao segmentarem a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função ensino. Como desdobramento desse processo, ocorre uma profunda diferenciação institucional que acarreta fundamentalmente, mudança na identidade e na função social da universidade, que passa por um processo de clara metamorfose institucional, ao ser alocada no setor de prestação de serviço e, ao mesmo tempo, que passa a ser entendida, não mais como instituição historicamente autônoma em relação ao Estado e ao mercado, mas, agora, como organização social, heterônoma, resultando em novas formas de adequação ao mercado [...] (DOURADO, 2002, p. 245-246).

Para Chauí (2001), essa adequação da universidade ao mercado, como forma de organização social, tem início nos anos de 1990, com a *universidade operacional*. Para essa autora, a universidade passa a ser operacional quando

[...] está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos [...]. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. (CHAUÍ, 2001, p. 190).

A partir de 1995, uma série de textos legais, medidas administrativas e procedimentos políticos intensificaram-se e até mesmo chegaram a ter novos contornos em relação às

²¹ Nesse sentido, ver: DOURADO, 2001; DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2003; SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009.

políticas para a educação superior (DIAS SOBRINHO, 2003a). Para esse autor “Uma das mais importantes marcas da universidade, segundo essas políticas, é a funcionalidade. [...] O princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa, extensão sofreu, pois, uma grande ‘flexibilização’ (DIAS SOBRINHO, 2003a, p. 77).

Essa flexibilização, ocorrida a partir dos anos de 1990, contribuiu para a expansão da educação superior uma vez que foram criados cursos, na sua maioria, voltados somente para o ensino e com perfis e duração de acordo com o mundo do trabalho, ou seja, propícios à demanda de mercado. “Com esse perfil mercadológico expandem-se as universidades corporativas, as franquias, as redes de escolas com finalidade mercantil [...], cursos sequenciais, os cursos de mestrado e doutorado profissionalizantes [...]” (DIAS SOBRINHO, 2003b, p. 103).

Segundo Dourado (2002), há um paradoxo na LDB de 1996 em relação à educação superior em se tratando de flexibilização e avaliação. Para o autor, existem, de um lado, políticas voltadas para os “[...] processos ditos de descentralização e flexibilização presentes nessa legislação e, de outro lado, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos estandardizados. [...]” (DOURADO, 2002, p. 243).

Após a LDB de 1996, decretos governamentais alteraram o quadro da educação superior brasileira. Nesse sentido, autores da área da educação superior apontam que o estabelecimento da diversificação e da diferenciação da educação superior promovida por meio dos Decretos n. 2.306/97 e n. 3.860/01 têm contribuído para a expansão desse nível de ensino (DOURADO, 2002; CUNHA, 2004; CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2008).

Para Cunha (2004), duas mudanças importantes foram produzidas pelos Decretos 2.306/97 e 3.860/01. Segundo o autor,

O protagonismo político dos agentes do campo do ensino superior, eficaz a ponto de se refletir na legislação federal, produziu pelo menos duas mudanças profundas: a diferenciação das instituições privadas com fins lucrativos, que ficaram excluídas dos benefícios dos recursos públicos e da imunidade fiscal, e a diferenciação dos centros universitários, instituições dotadas de autonomia, mas onde o princípio constitucional da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão deixou de prevalecer (CUNHA, 2004, 808).

Cabe salientar que o Decreto n. 3.860, de 09 de julho de 2001, que “*Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências*”, no seu artigo 7º classificava as instituições de ensino superior em: I -

universidades; II - centros universitários; e III - faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

Destaca-se que o Decreto nº 2.306/97 foi revogado pelo Decreto nº 3.860/2001, que por sua vez foi revogado pelo Decreto Federal 5.773/2006. Mas todos esses instrumentos jurídico-legais mantêm a estrutura de diversificação institucional, inclusive ampliando-a com a criação das FATEC's (Faculdades de Tecnologia) por meio do Decreto nº 5.225/2004 (revogado pelo Decreto nº 5.773/2006) e os CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica) criados pelo Decreto nº 5.224/2004.

Atualmente, através do Art. 12 do Decreto nº 5.773/2006, que “*Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino*”, as IES estão estruturadas da seguinte forma:

Art. 12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

- I - faculdades;
- II - centros universitários; e
- III - universidades.

Pode-se observar pelo Decreto nº 5.773/2006 que não há um modelo único de instituição de educação superior. Segundo Ristoff (2008), o modelo único de instituições de educação superior e a centralidade das universidades foram superados pela diversificação, conforme explicitado pelo autor,

A diversificação tem a ver a um só tempo com a superação do modelo único de instituição de educação superior e com a aguda centralidade por parte das universidades, tal qual definido na Constituição Brasileira de 1988, isto é, instituições autônomas de ensino, pesquisa e extensão, de preferência com espaços para estudos avançados, com programas de mestrado e doutorado e com linhas de pesquisa clara e fortemente definidas. [...] (RISTOFF, 2008, p. 42).

No documento constante no capítulo da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação”, que se refere à Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada no ano de 1998, a diversificação é apontada como uma forma de ampliar a igualdade de oportunidades da seguinte forma,

Artigo 8º. Diversificação como forma de ampliar a igualdade de oportunidades

- a) A diversificação de modelos de educação superior e dos métodos e critérios de recrutamento é essencial tanto para responder à tendência internacional de massificação da demanda como para dar acesso a distintos modos de ensino e ampliar este acesso a grupos cada vez mais diversificados, com vistas a uma educação continuada, baseada na possibilidade de se ingressar e sair facilmente dos sistemas de educação.
- b) Sistemas mais diversificados de educação superior são caracterizados por novos tipos de instituições de ensino terciário: públicas, privadas e instituições sem fins lucrativos entre outras. Estas instituições devem ter a possibilidade de oferecer uma ampla variedade nas oportunidades de educação e formação: habilitações tradicionais, cursos breves, estudo de meio período, horários flexíveis, cursos em módulos, ensino a distância com apoio, etc. (UNESCO, 1998, p. 27, grifos no original).

A Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, explicita a intencionalidade da política nacional em diversificar e expandir as instituições da educação superior. Nos objetivos e metas do PNE/2001, observa-se que a política de expansão da educação superior no país privilegia: o ingresso dos jovens entre 18 a 24 anos de idade, a diminuição das desigualdades regionais de oferta do nível superior e a diversificação do sistema superior de ensino. Outro dado importante é que este plano explicita que “deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação” e “é importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior [...]” (PNE/2001). Cabe ressaltar que em 2001, foram oferecidas nos cursos de graduação presenciais 81,78% do total das vagas para matrículas, pelas IES privadas (INEP, 2001).

Ressalta-se que o texto do PNE explicita o viés da regionalização na diminuição das desigualdades da oferta da educação superior. Essa regionalização não se constitui apenas no desnível entre sul-sudeste e norte-nordeste, mas também envolve a relação de desigualdade entre o centro do país e a periferia, e também entre capital e interior. Pode-se observar pelos dados constantes no Resumo Técnico (INEP, 2007) que, a região Sul e Sudeste, perfazem um total de instituições de 76,17%, 67,19% e 64,44% e um total de vagas oferecidas na ordem de 78,56%, 72,67% e 71%, respectivamente aos anos de 1995, 2002 e 2007. Com esses índices percentuais pode-se constatar a superioridade do número de instituições e vagas oferecidas na região sul-sudeste em relação ao eixo norte-nordeste e região centro-oeste. Importante também ressaltar que 45,32% das matrículas nas instituições de educação superior estão concentradas nas capitais do estado brasileiro.

A expansão da educação superior por meio da diversificação propiciada pelos atos

legais, e apontada pela literatura da área, pode ser observada nos dados estatísticos divulgados pelo INEP. A expansão que foi efetiva, no Brasil, delineou um quadro de diversificação e privatização do ensino, no qual os centros universitários e as instituições não universitárias apresentaram significativo crescimento entre os anos de 1995 a 2007. Nesse sentido, a Tabela 2, a seguir apresentada, permite a visualização da expansão das instituições de educação superior, seguindo a lógica apresentada pela literatura da área.

Tabela 2 – Número de instituições da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), por organização institucional, no período de 1995 a 2007.

Anos	Universidades		Centros Universitários		Instituições Isoladas		Total	
	Brasil	MS	Brasil	MS	Brasil	MS	Brasil	MS
1995	135	2	-	-	759	17	894	19
1996	136	2	-	-	786	20	922	22
1997	150	4	-	-	750	17	900	21
1998	153	4	-	1	820	16	973	21
1999	155	4	39	1	903	25	1.097	30
2000	156	4	50	1	974	25	1.180	30
2001	156	4	66	1	1.169	28	1.391	33
2002	162	4	77	1	1.398	34	1.637	39
2003	163	4	81	1	1.615	34	1.859	39
2004	169	4	107	2	1.737	35	2.013	41
2005	176	5	114	2	1.875	37	2.165	44
2006	178	5	119	2	1.973	36	2.270	43
2007	183	5	120	2	1.978	33	2.281	40

Fonte: elaborada com base nos dados do INEP²².

Pela Tabela 2, pode-se constatar que no ano de 1995 havia no Brasil 894 instituições e em 2002 havia 1.637, o que aponta para um crescimento na ordem de 83,10%. Nesse período, o crescimento foi quase contínuo, sofrendo diminuição no ano de 1997 em relação ao ano de 1996, considerando a retração das instituições isoladas.

Esse dado pode ficar mais explícito quando se toma o crescimento, nesse período (1995 a 2002), pela forma de organização administrativa das instituições, quando se pode observar que o crescimento das universidades, que passou de 135 para 162 instituições, foi da ordem de 20%, as taxas de expansão referentes aos centros universitários foi de 97,43%,

²² Na elaboração dessa tabela separamos as instituições universitárias (universidades e centros universitários) das instituições não universitárias (instituições isoladas). Nesse sentido, as instituições isoladas compreendem: as faculdades, faculdades integradas, institutos ou escolas superiores, Faculdades de Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica.

sendo que de 39 instituições passou-se para 77, e o referente às faculdade foi de 84,48%, quando em números absolutos passou de 759 instituições para 1.398. De fato, a figura da universidade apresentou o menor percentual de crescimento, enquanto o centro universitário apresenta o maior crescimento, considerando o ano de 1.999, quando surgem as primeiras instituições. Já, em Mato Grosso do Sul, nesse mesmo período, as universidades passaram de 2 para 4, apresentando um crescimento de 100%, o que significa em termos percentuais um índice maior que o nacional. Pode-se observar que em 1998 aparece nos dados estatísticos um centro universitário sul-mato-grossense e esse número continua até 2002. As instituições isoladas do estado passaram de 17 para 34, perfazendo um aumento de 100%, podendo-se observar que o crescimento estadual acompanhou de forma significativa a evolução nacional, superando-a em 2,57%.

No período de 2002 a 2007, a expansão das instituições brasileiras foi menor, sendo que passaram de 1.637 para 2.281, perfazendo um crescimento de 39,34%. Esse crescimento é significativamente menor, considerando o período anterior em que o crescimento foi na ordem de 83,10%. Assim, embora tenha sido mantido o crescimento de instituições, houve uma queda nesse crescimento de 43,76%.

Especificamente no período de 2002 a 2007, as universidades brasileiras passaram de 162 para 183, com um crescimento de 12,96%. Nesse mesmo período, os centros universitários passaram de 77 para 120, com um crescimento de 55,84%, e as faculdades passaram de 1.398 para 1.978, com um crescimento de 41,48%. Nesse período, em Mato Grosso do Sul, as universidades passaram de 4 para 5, com um crescimento de 25% e os centros universitários passaram de 1 para 2, com um crescimento de 100%, o que significa que essas duas formas de organização institucional superaram o índice nacional em termos percentuais. Entretanto, as instituições isoladas sul-mato-grossense passaram de 34 para 33, um decréscimo de 2,95%.

Nos dois períodos em tela, comparando os índices de crescimento das universidades, centros universitários e instituições isoladas no Brasil, pode-se constatar que as duas últimas modalidades de organização institucional tiveram aumentos superiores ao das primeiras. Esses dados permitem inferir pela manutenção da política de diversificação institucional, quando as exigências normativas são maiores para as universidades, uma vez que requerem a comprovação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto que em relação às faculdades a exigência para sua criação requeria apenas a oferta de ensino e para os centros universitários requerem-se ensino e extensão.

Cabe ressaltar que em Mato Grosso do Sul, das 40 instituições de educação superior em 2007, conforme Tabela 2, as privadas perfaziam um número de 37 e abrangiam todas as formas de organização administrativas inerentes a esse nível de ensino. Nesse sentido, conforme dados do censo da educação superior de 2007, o estado contava com 2 Universidades, 2 Centros Universitários, 7 Faculdades Integradas e 26 Faculdades, Escolas e Institutos (INEP, 2007).

No total geral, observa-se que no período de 1995 a 2002 houve um crescimento das instituições brasileiras de 83,10% e, de 2002 a 2007, um crescimento de 39,34%. Pode-se inferir que houve uma expansão significativa das instituições de educação superior, com um crescimento de 155,14%, nos treze anos compreendidos no período de 1995 a 2007, sendo observável a diferenciação entre os períodos de 1995 a 2002 e de 2002 a 2007, quando este último período apresenta percentuais de crescimento significativamente menores em relação ao primeiro.

A expansão da educação superior evidenciada nos períodos em tela ocorre de forma distinta entre os setores público e privado, conforme dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de Instituições de Educação Superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), por categoria administrativa, no período de 1995 a 2007.

	Instituições					
	Brasil			MS		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
1995	210	684	894	2	18	20
2002	195	1.442	1.637	2	37	39
2007	249	2.032	2.281	3	37	40

Fonte: Elaborada com dados do INEP.

Pelos dados apresentados na Tabela 3, constata-se que a expansão das instituições de educação superior no Brasil, considerando as esferas pública e privada no período de 1995 a 2002, sofreu uma diminuição de cinco instituições públicas, o que significa um percentual de -7,14%. Nesse mesmo período as instituições privadas, ao contrário, tiveram um acréscimo de 110,82%, passando do dobro do quantitativo de instituições nessa categoria administrativa. Essa expansão das instituições privadas confirma o viés privatista que ocorreu nesse período, apontado pela literatura da área, já mencionada.

A expansão no período de 2002 a 2007 demonstra que, enquanto as instituições de educação superior brasileiras tiveram um crescimento de 40,91%, na esfera privada, o aumento chegou a 27,69%, nas públicas. Observa-se que houve um aumento significativo na esfera pública, nesse período, passando de 195 para 249 instituições, ou seja, um incremento de 54 instituições nessa categoria. Em relação ao período anterior, essa expansão na esfera pública retrata o viés público pretendido pelas políticas educacionais em curso.

Observa-se que em relação às instituições privadas embora tenham mantido taxas de expansão, houve uma significativa redução nos percentuais de crescimento, considerando que, respectivamente, os períodos mencionados²³ tiveram um percentual de crescimento de 110,82% e, posteriormente, de 40,91%.

Cunha (2003) aponta que a privatização incidiu nos altos percentuais apresentados, uma vez que chega a superar 100% de aumento, em virtude, inclusive, das iniciativas públicas, como é o caso do crédito financeiro, em que o aluno financia integralmente ou grande parte da mensalidade junto à Caixa Econômica Federal, pagando após a conclusão do curso. Nesse caso, a instituição recebe do órgão público as mensalidades sem atrasos ou inadimplência, favorecendo a iniciativa privada na oferta do ensino superior, entre outras medidas como prevê o Programa Universidade para Todos – PROUNI (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

A expansão da educação superior, nos anos 2000, passa por novos contornos principalmente a partir dos anos de 2003, com as discussões da reforma universitária, a esfera pública tem sido impulsionada a expandir e interiorizar esse nível de ensino. Prova disso tem sido o programa *Expandir*²⁴, em 2004, e recentemente o programa REUNI²⁵, em 2007.

²³ Cabe ressaltar que não se trata de uma avaliação comparativa entre a política educacional em curso e a anterior. Apenas procura-se apontar as intenções e os focos da política de educação superior, considerando-se os dois períodos analisados.

²⁴ Por meio do Programa Expandir, criado pelo MEC em 2004, foram criadas universidades novas, localizadas no interior do país, como: a Universidade Federal do ABC, com sede em São Bernardo-SP, a Universidade Federal da Grande Dourados, com sede em Dourados-MS, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, com sede em Cruz das Almas-BA e a Universidade Federal do Pampa, em Bagé, criadas na primeira fase do programa (FARIA, 2006).

²⁵ Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelecido na forma do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, houve, por parte das universidades, a implementação de expansão por meio da criação de *campi* localizados no interior de seus estados. São exemplos desse processo a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entre outras (SZEREMETA, 2009; TANCREDI, 2008; ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2008; DOREA, 2009).

1.1.2. Expansão dos cursos e matrículas na educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007

A expansão das instituições de educação superior promovida, principalmente pela iniciativa privada a partir de 1995, viabilizada por meio da diversificação, diferenciação e flexibilização instituída pela legislação da área, levou esse nível de ensino à massificação (DOURADO, CATANI, OLIVEIRA, 2003; DIAS SOBRINHO, 2003; GOMES, 2002). Para estes autores, as IES, que até então tinham um caráter praticamente elitista, tomam um rumo para as massas.

Juntamente com a expansão das IES, conseqüentemente expandiram-se os cursos, as vagas e as matrículas nessas instituições. Salienta-se que com essa expansão do acesso à educação superior, as IES privadas responderam por 70% das matrículas no octênio FHC, o que demonstra e reforça o caráter privatista desse nível de ensino nesse período (CUNHA, 2003). Entretanto, a expansão das vagas, por um lado proporcionou um número maior de matrículas, mas, por outro, gerou vagas ociosas, tanto na esfera pública como na privada. Nesse sentido, para retratar esse quadro de crescimento de cursos, vagas e matrículas, apresentamos a Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – Expansão dos cursos, matrículas, vagas e candidatos ingressos na educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1995 a 2007*.

	Cursos		Matrículas		Vagas		Ingressos	
	Brasil	MS	Brasil	MS	Brasil	MS	Brasil	MS
1995								
Pública	2.782	59	700.540	7.304	178.145	2.026	158.012	2.047
Privada	3.470	77	1.059.163	15.976	432.210	7.303	352.365	6.356
Total	6.252	136	1.759.703	23.280	610.355	9.329	510.377	8.403
2002								
Pública	5.252	124	1.051.655	18.068	295.354	4.540	280.491	4.625
Privada	9.147	173	2.428.258	37.756	1.477.733	19.739	924.649	14.065
Total	14.399	297	3.479.913	55.824	1.773.087	24.279	1.205.140	18.690
2007								
Pública	6.596	138	1.240.968	22.127	329.260	5.820	298.491	5.702
Privada	16.892	249	3.639.413	44.580	2.494.682	26.643	1.183.464	13.999
Total	23.488	387	4.880.381	66.707	2.823.942	32.463	1.481.955	19.701

Fonte: elaborada com base nos dados do INEP.

*Brasil: No Censo de 1995 consideraram-se as matrículas realizadas até a data de 30/04/1995. Nos Censos de 2002, 2003 e 2007, consideraram-se, as matrículas e cursos realizados e ofertados até as datas 30/6/2002, 30/6/2003 e 30/6/2007.

*MS: No Censo de 1995 consideraram-se as matrículas realizadas até a data de 30/04/1995. Observa-se ainda que no Censo de 1995 não constam os dados da UEMS. Nos Censos de 2002, 2003 e 2007, foram levados em conta, respectivamente, as matrículas realizadas e os cursos ofertados até as datas 30/6/2002, 30/6/2003 e 30/6/2007.

Por meio dos dados apresentados na Tabela 4, pretende-se analisar a relação entre cursos, matrículas, vagas e ingressantes, procurando verificar essa expansão nos períodos de 1995 a 2002 e 2002 a 2007. No período de 1995 a 2002 os cursos das instituições de educação superior brasileiras que, inicialmente, eram 6.252, passaram para 14.399 no final do período, registrando um crescimento de 130,31%. Os cursos, no período 2002 a 2007, eram respectivamente 14.399 e 23.488, representando no final do período um crescimento de 63,12%. Observa-se que a expansão dos cursos em 1995 era de 6.252 e passou para 23.488 em 2007, o que representa um crescimento significativo de 275,68% nesses treze anos analisados.

As instituições públicas brasileiras tinham 2.782 cursos, em 1995, e passaram para 5.252 em 2002, um crescimento de 88,78%, enquanto as instituições privadas tinham 3.470 e passaram para 9.147, no mesmo período, apresentando um crescimento de 163,60%, um aumento que chegou a quase o dobro dos cursos das públicas. No período 2002 a 2007, os cursos nas instituições públicas passaram, de 5.252 para 6.596, um crescimento de 25,59%, enquanto as privadas passaram, de 9.147 para 16.892, um crescimento de 84,67%.

As matrículas realizadas nas instituições públicas brasileiras em 1995 eram de 700.540 passando para 1.051.655 em 2002, o que significa um crescimento de 50,12%, enquanto que em 2002 eram de 1.051.655, passando para 1.240.968 em 2007, um crescimento de 18%. Nas instituições privadas, as matrículas em 1995 eram de 1.059.163, passando para 2.428.258 em 2002, o que significa um crescimento de 129,26%, enquanto que em 2002 eram de 2.428.258, passando para 3.639.413 em 2007, um crescimento de 49,87%. Percebe-se um crescimento superior das matrículas nas instituições privadas em relação às públicas, nos dois períodos analisados, o que representa a lógica da expansão concentrada no setor privado, desencadeado pelo número de instituições e, conseqüentemente, no número de cursos, vagas e matrículas.

Essa lógica da expansão concentrada no setor privado está associada à política neoliberal adotada no período. Segundo Mancebo et. al (2009):

[...] a esperteza da estratégia neoliberal consistiu em acentuar a suposta contradição estatal-privado, em lugar da oposição real público-privado e, neste caso, em especial o pólo privado/mercantil. Esse deslocamento seria extremamente favorável à estratégia neoliberal. Para que esta estratégia tivesse êxito, demonizou-se o estatal como sendo o exclusivo reino da ineficiência, da burocracia, da corrupção, da opressão, da extorsão (de impostos) e da má prestação de serviços, e sacralizou-se o privado como sendo o reino exclusivo da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo. Com esta contraposição, aparentemente correta, tirou-se de cena um termo essencial, isto é, o público (MANCEBO, et. al, 2009, p. 11).

Nesse sentido, como consequência da expansão do número de instituições há o aumento do número de vagas, que segue a mesma lógica. No período de 1995 a 2002, as vagas oferecidas nas instituições públicas brasileiras passaram de 178.145 para 295.354, representando um aumento de 65,79%, enquanto que no período de 2002 a 2007, as vagas passaram de 295.354 para 329.260, representando um aumento de 11,47%. No período de 1995 a 2002, as vagas oferecidas nas instituições privadas passaram de 432.210 para 1.477.733, representando um aumento de 241,90%, enquanto que no período de 2002 a 2007, as vagas passaram de 1.477.733 para 2.494.682, representando um aumento de 68,81%. Entretanto, comparando as vagas oferecidas com o total de alunos ingressos observa-se que, durante os períodos em tela, houve um número significativo de vagas ociosas, tanto nas instituições públicas como, em maior número, nas instituições privadas do Brasil.

Observa-se, também, que a expansão nas instituições privadas houve um aumento, proporcionalmente, maior no número de vagas, o que corrobora os dados apresentados por Real (2007), que informa:

Em termos gerais, esses dados sinalizam no sentido de caracterizar o aumento de vagas como uma estratégia comum às instituições privadas, notadamente, as instituições não universitárias, na efetivação da ampliação do acesso ao ensino superior, evidenciado na expansão das taxas de matrículas (REAL, 2007, p. 124).

Segundo dados do INEP (2007), ainda sobre as vagas não preenchidas, “o aumento do número de vagas oferecidas não foi acompanhado por um crescimento proporcional no número de ingressos e matrículas [...], resultando no aumento das vagas ociosas em quase todas as categorias administrativas”. Assim, entre as possíveis causas do aumento das vagas não preenchidas no setor privado podem estar relacionadas ao fato de que “[...] as vagas são oferecidas em seus processos seletivos sem que as condições efetivas para o funcionamento do curso já estejam concretamente asseguradas. [...]” (PINTO, 2004, p. 736-737). Para o autor, também, “[...] cabe comentar a grande variação no total de vagas oferecidas nos diferentes cursos”, como por exemplo, constatou-se que em 2002 as IES públicas responderam por 52% das vagas oferecidas nas licenciaturas (PINTO, 2004, p. 737). Entretanto, ao mesmo tempo em que as licenciaturas abrangem um maior número de vagas foi nelas que ocorreram 61% de vagas não preenchidas “[...] o que pode ser explicado pela menor atração da carreira do magistério, em virtude da baixa remuneração e valorização profissional” e ainda “pelo fato de muitas dessas vagas serem oferecidas em IES municipais e estaduais que não são gratuitas” (PINTO, 2004, p. 737-738).

Comparando o número de vagas com o número de ingressantes, disponibilizados na Tabela 4, é possível verificar que em 1995 as instituições públicas do Brasil tiveram 20.133 e as privadas, 79.845 vagas ociosas, totalizando 99.978 vagas não preenchidas entre as duas esferas administrativas. O número de vagas ociosas em 2007 chegou ao total expressivo de 1.341.987, sendo que, dessas vagas, 1.311.218 eram das instituições privadas.

Os alunos ingressos nas instituições públicas do Brasil no ano de 1995 eram 158.012 e passaram para 280.491 em 2002, representando um crescimento de 77,51%, enquanto que no ano de 2002 eram de 280.491 e passaram para 298.491 em 2007, chegando a um crescimento de 6,41%. Nas instituições privadas, os alunos ingressos que no ano de 1995 eram 352.365, passaram para 924.649 em 2002, representando um crescimento de 162,41%, enquanto que no ano de 2002 eram 924.649 e passaram para 1.183.464 em 2007, chegando a um crescimento de 27,99%.

Por meio dos dados da Tabela 4, observa-se que em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2002, os cursos que inicialmente eram 136 passaram para 297 no final do período, um crescimento de 118,38%. Os cursos, no período 2002 a 2007, eram 297 e 387, representando no final do período um crescimento de 30,30%. Observa-se que os cursos em 1995 eram 136 e passaram para 387 em 2007, o que representa um crescimento significativo de 184,55%. No período de 1995 a 2002, as instituições públicas tiveram um acréscimo de 65 cursos (110,16%), enquanto as instituições privadas tiveram um acréscimo de 96 cursos (124,67%). No período de 2002 a 2007, as instituições públicas tiveram um acréscimo de 14 cursos (11,29%), enquanto as privadas aumentaram significativamente em 76 cursos (43,93%).

As matrículas nas instituições de Mato Grosso do Sul, realizadas em 1995, eram de 23.280, passando para 55.824 em 2002, o que significa um crescimento de 139,79%, enquanto que no período de 2002 a 2007, as matrículas eram de 55.824, passando para 66.707, significando um aumento de 19,49%. As matrículas realizadas no primeiro período nas instituições públicas aumentaram em 10.764 (147,37%) e no segundo período, em 4.059 (22,46%), enquanto que nas instituições privadas, respectivamente aos mesmos períodos, as matrículas aumentaram em 21.780 (136,32%) e 6.824 (18,07%). No período de 1995 a 2002, as vagas oferecidas passaram de 9.329 para 24.279, representando um aumento de 160,25%. Entretanto, comparando as vagas oferecidas com o total de alunos ingressos, observa-se que durante o período em tela houve um número significativo de vagas provavelmente não preenchidas, principalmente nas instituições privadas.

Em 2002 as instituições públicas em Mato Grosso do Sul apresentaram um déficit de 85 e, as privadas, 5.674 vagas, considerando os dados de ingresso, totalizando 5.759 vagas que podem ser consideradas remanescentes, computando as duas esferas administrativas. Em 2007, as instituições públicas tiveram um número de 118 e as privadas totalizaram um número significativo de 12.644 na relação entre vagas ofertadas e o número de ingressos.

Na Tabela 4, comparando os dados apresentados no período de 1995 a 2002, entre a situação nacional e a do estado de Mato Grosso do Sul, observa-se que os cursos nas instituições públicas tiveram um acréscimo de 88,78% no Brasil e 110,16% no estado, representando uma diferença de 21,38% a mais em nível estadual. Nas instituições privadas o acréscimo de cursos chegou a 163,60% no Brasil e 124,67% no estado, um aumento maior em nível nacional de 38,93%. Em relação ao período de 2002 a 2007, pode-se observar que os cursos nas instituições públicas tiveram um acréscimo de 25,59% no Brasil e 11,29% no estado, representando um aumento maior de 14,30% em nível nacional. Nas instituições privadas o acréscimo de cursos chegou a 84,67% no Brasil e 43,93% no estado, um aumento maior em nível nacional de 40,74%.

As matrículas no período de 1995 a 2002, nas instituições públicas e privadas, respectivamente, tiveram um acréscimo de 50,12% e 129,26% no Brasil e 147,37 e 136,32% no estado de Mato Grosso do Sul. Observa-se que as matrículas nas instituições públicas e privadas do estado, respectivamente, tiveram um percentual de 97,25% e 7,06% maior que o nacional. No período de 2002 a 2007, as matrículas, nas instituições públicas e privadas, tiveram um acréscimo de 18% e 49,87% no Brasil e 22,46% e 18,07% no estado. Pode-se observar que nesse período as matrículas nas instituições públicas tiveram um percentual 4,46% no estado, maior que o índice nacional, enquanto nas instituições privadas, o percentual de 31,80% em nível nacional, maior que os números do estado.

No período de 1995 a 2002, as vagas nas instituições públicas e privadas, respectivamente, cresceram 65,79% e 241,90% no Brasil e 124,08% e 170,28% no estado. Observa-se que, no que se refere às instituições públicas, o estado teve um crescimento maior na ordem de 58,29%, enquanto nas privadas, o Brasil ofereceu um percentual de 71,62% maior de vagas em relação ao estado. As vagas, no período de 2002 a 2007, nas instituições públicas e privadas, cresceram 11,47% e 68,81% no Brasil e 28,19% e 34,97% no estado. Pode-se observar que, nas instituições públicas o estado teve um crescimento maior, na ordem de 16,72%, enquanto nas privadas o Brasil ofereceu um percentual de 33,84% maior de vagas em relação ao estado.

Comparando as vagas ofertadas e candidatos ingressantes, percebe-se uma significativa porcentagem de vagas não preenchidas, tanto nas instituições públicas como nas privadas, principalmente nesta última esfera assim como nos níveis nacional e estadual. Pode-se observar que em 1995, 2002 e 2007, respectivamente, o total de vagas não preenchidas nas duas esferas administrativas no Brasil chegaram a 19,58%, 47,12% e 90,55% e no estado 11,01%, 29,90% e 64,77%. As vagas ociosas na esfera privada, respectivamente aos anos de 1995, 2002 e 2007 eram de 22,69%, 59,81% e 110,79% no Brasil e no estado eram de 14,89%, 40,34% e 90,32%.

As políticas públicas para a área da educação superior mantêm como estratégia de expansão a interiorização de instituições, inclusive de universidades públicas. Um exemplo desse processo pode ser visualizado na formulação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), estabelecido na forma do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, na qual o Ministério da Educação (MEC) busca a criação de condições para acesso e permanência de alunos nas universidades federais, inclusive por meio da ampliação do número de vagas. É interessante observar que esse foco é mantido mesmo com as críticas que já foram feitas sobre a perda da qualidade por meio da chamada “paroquialização” do ensino superior (CUNHA, 2004).

1.2. A interiorização da educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2007

A expansão da educação superior no Brasil, a partir dos anos de 1995, teve como uma de suas características a interiorização, com vistas a diversificar as possibilidades de acesso das diferentes clientelas e das peculiaridades regionais da sociedade brasileira. A meta 3 para a educação superior prevista no PNE, sinaliza esse processo, quando objetiva “Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país”.

Ressalta-se que as diferenças regionais, previstas no PNE, envolvem, conforme já mencionado, o suprimento do modelo focado no centro, em que prevalece a concentração da oferta no eixo sul-sudeste em detrimento do eixo norte-nordeste, a priorização de instituições localizadas nas capitais e a ausência de oferta nas cidades do interior. Em outras palavras, procura-se construir um padrão de oferta com uma cobertura mais uniforme entre centro e

periferia.

Essa característica é observada tanto no período de 1995 a 2002, quando incide a interiorização focada nas instituições privadas, quanto no período de 2003 a 2007, quando se estabelece como diretriz a expansão das instituições públicas.

A expansão da educação superior foi justificada, entre outros fatores, pela necessidade de interiorização. Segundo Dourado (2001, p. 89), “a expansão e interiorização desse nível de ensino tiveram como justificativa a busca de integração e de desenvolvimento dos municípios que [...] buscaram não só melhorar sua qualidade de vida, mas também ampliar a oferta de serviços”. Para Bittar, Silva e Veloso (2003, p.162), “[...] é possível concluir que o processo de interiorização da educação superior no Brasil apresenta-se como uma estratégia de desenvolvimento econômico das cidades do interior”. Assim, entre outros fatores que justificam a interiorização, encontra-se, como um dos principais, o desenvolvimento regional (DOURADO, 2001; BITTAR; SILVA; VELOSO, 2003).

Nesse sentido, pode-se observar pelos dados apresentados na Tabela 5 que houve um considerável incremento das instituições no interior em relação à capital, como uma resposta à política expansionista desenvolvida a partir dos anos de 1995.

Tabela 5 – Número de instituições de educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul (MS), por localização (Capital e Interior) e categoria administrativa (pública e privada), no período de 1995 a 2007.

	Instituições							
	Brasil				MS			
	Públicas		Privadas		Públicas		Privadas	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
1995	-	-	-	-	1	-	4	14
1996	-	-	-	-	1	-	4	17
1997	-	-	-	-	1	1	4	15
1998	-	-	-	-	1	1	4	15
1999	60	132	349	556	1	1	5	23
2000	59	117	376	628	1	1	5	23
2001	65	118	445	763	1	1	5	26
2002	72	123	520	922	1	1	6	31
2003	76	131	589	1.063	1	1	7	30
2004	80	144	639	1.150	1	1	7	32
2005	78	153	691	1.243	1	2	7	34
2006	82	166	729	1.293	1	2	7	33
2007	83	166	742	1.290	1	2	7	30

Fonte: elaborada com base nos dados do INEP.

Para a análise da Tabela 5, considera-se a instituição pública e a privada de educação superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul por localização (Capital e Interior) no período de 1995 a 2007, buscando compreender a dinâmica estabelecida para o processo de interiorização. Observa-se que os dados oficiais divulgados pelo INEP, no período de 1995 a 1998, não apresentam dados sobre localização institucional. Nesse sentido, analisa-se o período de 1999 a 2007, subdividindo-o em dois períodos, envolvendo, primeiro, os anos de 1999 a 2002 e, depois, os anos de 2002 a 2007, por apresentarem gestões administrativas distintas.

As instituições públicas brasileiras na capital passaram de 60, em 1999, para 72, em 2002, perfazendo um acréscimo de 20%, enquanto, nesse mesmo período, no interior, passaram de 132 para 123, uma diminuição de 7,31%. As instituições privadas na capital passaram de 349, em 1999, para 520, em 2002, perfazendo um acréscimo de 49% e no interior passaram de 556 para 922, no mesmo período, perfazendo um acréscimo de 65,82%. Esses dados atestam a interiorização da educação superior no contexto de sua expansão, incidindo em seu viés privatista.

No período de 2002 a 2007, as instituições públicas no Brasil na capital passaram de 72 para 83, perfazendo um acréscimo de 15,27%, enquanto, nesse mesmo período, no interior passaram de 123 para 166, com um acréscimo de 34,95%. Nesse mesmo período, as instituições privadas na capital passaram de 520 para 742, perfazendo um acréscimo de 42,69% e no interior passaram de 922 para 1.290, no mesmo período, perfazendo um acréscimo de 39,91%. Com isso, pode-se observar que a interiorização ocorreu, de forma visível, por meio das instituições públicas, sendo que o foco das instituições privadas foi mais contundente nas capitais.

Em relação a esses dados, observa-se que no período de 1999 a 2002, as instituições públicas tiveram uma diminuição de 9 instituições, em termos percentuais de 7,31%, enquanto que as privadas tiveram um incremento de 366 instituições, em termos percentuais, um acréscimo de 65,82%. No período de 2002 a 2007, ainda em relação ao interior, as instituições públicas tiveram um incremento de 43 instituições, significando um acréscimo de 34,95% enquanto as privadas tiveram um incremento de 368 instituições, o que significa um acréscimo de 39,91%.

Observa-se que as instituições públicas brasileiras tiveram um significativo incremento no percentual de instituições localizadas no interior, no segundo período analisado. Entretanto, é significativa a superioridade na quantidade, observada em números

absolutos, de instituições privadas no interior, como se pode observar pelos dados dos dois períodos analisados. Os dados de 2007 registram a existência de 166 instituições públicas e de 1.290 instituições privadas, localizadas no interior, o que significa que as instituições privadas têm um índice percentual em 677,10% superior às públicas.

Quanto à expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul, conforme a Tabela 5, constata-se que as instituições públicas não sofreram alterações no primeiro período. No segundo período houve um incremento de mais uma instituição, passando de duas para três, um acréscimo de 50%. Em relação às políticas de expansão da educação superior nacional, observa-se que foi no segundo período que se deu o incremento nas instituições públicas. As instituições privadas também seguiram, no primeiro período, o ritmo acelerado de expansão nacional, ou seja, no país teve um aumento de 110,82% e, em Mato Grosso do Sul, 105,55%. No segundo período no estado, as instituições privadas ficaram estagnadas. Em Mato Grosso do Sul, são três as universidades públicas, duas federais e uma estadual.

Pode-se observar que há nítida diferenciação entre os períodos de 1995 a 2002 e de 2002 a 2007 no que se refere à expansão da educação superior, uma vez que no primeiro período a expansão é caracterizada pela iniciativa privada e no segundo período é caracterizada pela iniciativa pública, tanto em nível nacional como no estado de Mato Grosso do Sul.

Com esses dados pode-se observar que a lógica de expansão de instituições públicas no interior dos estados da federação ocorre a partir de 2003. Esse período coincide com a implantação do Programa Expandir e do REUNI, criados pelo MEC.

O período após os anos 2000 é marcado pela preocupação das políticas de educação superior com a necessidade de ampliação da oferta de ensino público, como uma possibilidade de romper com o processo de massificação já evidenciado no Brasil. O PNE destaca a perspectiva da sociedade com a ampliação da educação superior pública, quando informa:

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. [...]. Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições, [...] (PNE, 2001, p. 94).

Mais especificamente, o PNE, em sua meta 2 para a educação superior, explicita: “ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior”. Embora essa meta tenha sido vetada no governo de FHC, foi reassumida pelo governo Lula, o que informa o interesse presente na sociedade pela ampliação das universidades públicas.

Assim, a lógica da interiorização se desenvolve na medida em que se busca expandir a educação superior para atingir o percentual de 30% de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, que se constitui como a meta 1 do PNE, no quesito da educação superior. Com isso, passa a ser necessária a expansão pelo viés da interiorização com vistas a atender, sobretudo os alunos carentes. O movimento de expansão pela interiorização estava evidenciado desde 1995, pelas instituições privadas que, a partir de 2003, deixam de apresentar um crescimento linear, justamente no período em que se delineia a interiorização das instituições públicas.

1.2.1 - Características da interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul

O objetivo desta seção consiste na análise do processo de interiorização das universidades públicas em Mato Grosso do Sul, com vistas a explicitar suas especificidades e características frente à política de educação superior implementada no período pós-1995, quando a política nacional intentou viabilizar expansão com qualidade (SOUZA, 2005), adotando, inclusive, processo de avaliação periódica de cursos superiores, conforme previsto na Lei nº 9.131/1995²⁶.

O delineamento histórico da educação superior em Mato Grosso do Sul, especificamente das instituições públicas, será explicitado no Capítulo 2 deste trabalho. Cabe ressaltar que as universidades públicas criadas em Mato Grosso do Sul perfazem um total de três, duas federais e uma estadual. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi criada em 1979, a UEMS, em 1979 e implantada em 1994 e a UFGD, instituída em 2005.

Pode-se observar que em Mato Grosso do Sul a expansão da educação superior ocorre

²⁶ A Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Em síntese, as alterações processadas na LDB vigente à época, incidiram na institucionalização do Exame Nacional de Cursos, na definição de periodicidade na avaliação dos cursos de graduação, e na criação e definição de atribuições ao Conselho Nacional de Educação, uma vez que o Conselho Federal de Educação estava extinto.

de forma semelhante ao que ocorre no cenário nacional no que se refere às instituições privadas, de acordo com os dados informados na Tabela 5. Com a expansão e a interiorização implementadas pelas universidades públicas em Mato Grosso do Sul, levantam-se as seguintes questões: Quais as características dessa interiorização? Quais as contribuições que essas características e experiências trouxeram às políticas educacionais? Sem a pretensão de solucionar essas questões, este estudo procura agregar reflexões e apontamentos que podem subsidiar a análise desse processo.

Especificamente em Mato Grosso do Sul, a interiorização da educação superior assume questões de centralidade, uma vez que todas as universidades públicas, aqui localizadas, estão intrinsecamente relacionadas com esse processo, particularmente a UEMS, que foi criada com essa missão institucional. Ainda há características que a diferenciam do processo desencadeado em outros estados. Segundo Almeida, Fideles e Pistori (2004),

[...] É importante mencionar que o modelo de interiorização que ocorre na UEMS não é o mesmo que acontece em alguns estados ou seja, da capital para o interior. Ele ocorre do interior para o interior, sendo que a sede da UEMS localiza-se em Dourados (cidade do interior do estado) e as unidades em municípios do interior, apesar de já possuir unidade na capital do estado [...] (ALMEIDA; FIDELIS; PISTORI, 2004, p. 10).

Pode-se observar pela transcrição acima que o processo de interiorização implementado pela UEMS inicia-se do interior para o interior, ao mesmo tempo em que cria, posteriormente, cursos na capital do estado. A UFGD, por sua vez é criada com o seu desmembramento como *campus* avançado da UFMS, o que se pode caracterizar como interiorização a partir da interiorização já instalada. Esses aspectos trazem peculiaridades ao processo de interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul, o que demanda análises específicas sobre a política educacional na relação entre o espaço nacional e o loco-regional.

O processo de interiorização em Mato Grosso do Sul se intensifica a partir de 1990. A UEMS é implantada em 1994, o que coincide com o período de expansão das instituições privadas no contexto brasileiro (CUNHA, 2004). A UEMS é implantada em Dourados e simultaneamente em mais quatorze municípios. Assim, a interiorização das universidades públicas ocorre em Mato Grosso do Sul de forma concomitante com a expansão das instituições privadas que, por sua vez, desencadeia outro processo de interiorização com base na política de expansão implementada no sistema federal no período de 1995 a 2002, que ocorreu pelo viés da privatização (CUNHA, 2003; DOURADO; CATANI; OLIVEIRA,

2003).

O processo de interiorização, desencadeado por instituições públicas em Mato Grosso do Sul, ocorre em períodos distintos do que ocorre em outros estados. Em Goiás esse processo ocorreu mais de uma década antes, ou seja, por volta dos anos de 1980. Observa-se que a diferenciação nas características da interiorização está presente em estados localizados no contexto da mesma região geográfica, uma vez que o estado de Goiás compõe a região Centro-Oeste brasileira, da qual o estado de Mato Grosso do Sul também faz parte. Nesse sentido, são as considerações de Dourado (2001):

Na década de 1980, o processo de redefinição política em Goiás acena com políticas educacionais de expansão do ensino superior. Destacam-se, nesse período, os discursos de defesa do desenvolvimento regional e da necessidade de expansão do ensino superior mediante a interiorização do ensino. Avolumam-se, então, os atos de criação de faculdades estaduais, de fundações municipais e de outras instituições de ensino superior no Estado, sobretudo nas cidades consideradas pólos econômicos. (DOURADO, 2001, p. 17).

Observa-se, ainda que, em Goiás, o processo de interiorização se caracterizou pela criação de fundações municipais (DOURADO, 2001), enquanto em Mato Grosso do Sul não houve esse processo, quando o estado e a união arcam com os ônus do processo de interiorização. Conforme disposto a seguir:

A década de 1980 é privilegiada neste trabalho na medida em que esse período concentra a maior parte das ações que constituem o cerne da presente análise, cujo objetivo é investigar as modalidades de expansão e de interiorização do ensino superior que, em Goiás, foi viabilizado mediante a criação de fundações municipais em oito municípios goianos (DOURADO, 2001, p. 23).

A interiorização do ensino superior com as características sul-mato-grossenses, implementada no modelo de financiamento direto do estado e da União, diferencia-se não só da de Goiás, mas também da de outros estados brasileiros. Em Goiás a ênfase da interiorização ocorreu por meio das parcerias do estado com as fundações municipais. Em Santa Catarina, por exemplo, o processo também ocorreu por meio de fundações, no entanto, fundações comunitárias, o que permitia a divisão do financiamento do ensino superior com a sociedade. Ainda, segundo Dourado (2001),

Parcela considerável dos municípios do Estado de Santa Catarina adotou, de modo sistemático, a organização do ensino superior sob o regime

fundacional, estabelecendo políticas de modo a disciplinar e coordenar o processo de regionalização e consolidação do ensino superior fundacional em Santa Catarina pela criação, em 2 de maio de 1974, da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). Essa associação é caracterizada como um órgão associativo e representativo do sistema fundacional, com o objetivo de servir às fundações, evitando ser um fim em si mesma, existindo acima de tudo para servir as instituições que a constituem (...) Em face disto, a Acafe vem representando, atualmente, um fortalecimento do sistema fundacional junto aos Governos Federal e Estadual, bem como junto à comunidade catarinense, no sentido de sua viabilização econômico-financeira. Assim é que os mesmos se constituem em co-mantenedores do sistema (DOURADO, 2001, p. 83).

O processo de interiorização do ensino superior em Mato Grosso do Sul ocorreu em período posterior aos exemplos dos estados citados. O processo de interiorização de Goiás ocorreu por volta dos anos de 1980; em Santa Catarina, o processo deflagrou-se por volta dos anos de 1970, inclusive com a criação da ACAFE²⁷, em 1974. Em Mato Grosso do Sul esse processo se consolida com a implantação da UEMS, em 1994. Embora a UFMS tenha se originado em 1962 com a Faculdade de Odontologia, em Campo Grande, e a criação de seus quatro *campi* tenha ocorrido por volta dos anos de 1969 e 1970, é a partir de 1994 que se intensifica a necessidade da interiorização da educação superior no estado. A própria UFMS vai intensificar o período de interiorização a partir de 2001, quando cria os *campi* de Coxim, Paranaíba, Naviraí, Ponta Porã, Chapadão do Sul, Nova Andradina e Bonito. Cumpre lembrar que, embora tenham sido criados em 2001, os *campi* de Ponta Porã e de Naviraí não chegaram a ser implantados no momento de sua criação.

Nesse sentido, a interiorização em Mato Grosso do Sul, implementada pela política estadual, coincide com a política nacional adotada na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002). No entanto, as características das instituições criadas no processo de interiorização não assumem as características de diferenciação e diversificação apontadas como o principal mote da expansão proposta no período. Para Dourado, Oliveira e Catani (2003),

A reestruturação da educação superior na “era” Fernando Henrique Cardoso (FHC) pautou-se, de um modo geral, pela diversificação e diferenciação das instituições e da oferta de cursos, considerados de nível superior, pela expansão acelerada de vagas, especialmente nas IES do setor privado, pelo

²⁷ Essa associação é caracterizada como um órgão associativo e representativo do sistema fundacional, com o objetivo de servir às fundações, evitando ser um fim em si mesma, existindo acima de tudo para servir as instituições que a constituem (...) Em face disso, a Acafe vem representando, atualmente, um fortalecimento do sistema fundacional junto aos Governos Federal e Estadual, bem como junto à comunidade catarinense, no sentido de sua viabilização econômico-financeira. Assim é que ambos se constituem em co-mantenedores do sistema. (DOURADO, 2001, p. 83).

ajustamento das IES públicas a uma perspectiva gerencialista, produtivista e mercantilizadora e pela reconfiguração e implementação de um amplo sistema de avaliação, centrado nos produtos acadêmicos, por meio de testes estandardizados que ampliaram a competição do sistema. (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003, p.20, grifo dos autores).

Em Mato Grosso do Sul, as instituições públicas foram criadas como instituições universitárias, vinculadas ao poder público, mesmo quando a ênfase, no contexto nacional, recaía sobre o setor privado, sobrepondo períodos de implantação entre o sistema federal e o estadual, sem a realização de planejamentos comuns, uma vez que há lacunas sobre a interação entre os dois sistemas nos documentos produzidos pelas instituições analisadas, especialmente considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada instituição, além da sobreposição de *campus* e unidades nas mesmas cidades.

A sobreposição de *campus* e unidades no contexto dos municípios localizados no estado de Mato Grosso do Sul pode ser visualizada na tabela a seguir exposta:

Tabela 6 – Instituições de educação superior (UEMS, UFMS e UFGD e instituições privadas), considerando sedes, unidades e *campus*, nos municípios localizados no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2008.

Nº	Municípios	UEMS	UFMS	UFGD	Instituições Privadas
01	Amambai	1	-	-	1
02	Aquidauana	1	1	-	1
03	Bonito	-	1	-	1
04	Campo Grande (capital)	1	1 (*)	-	9
05	Cassilândia	1	-	-	2
06	Chapadão do Sul	-	1	-	1
07	Corumbá	-	1	-	1
08	Costa Rica	-	-	-	1
09	Coxim	1	1	-	1
10	Dourados	1 (*)	-	1 (*)	3
11	Fátima do Sul	-	-	-	2
12	Glória de Dourados	1	-	-	-
13	Ivinhema	1	-	-	-
14	Jardim	1	-	-	-
15	Maracaju	1	-	-	-
16	Mundo Novo	1	-	-	-
17	Naviraí	1	1 (***)	-	2
18	Nova Andradina	1	1	-	8
19	Paranaíba	1	1	-	1
20	Ponta Porã	1	1 (***)	-	5
21	Ribas do Rio Pardo	-	-	-	1
22	Rio Verde de Mato Grosso	-	-	-	1
23	São Gabriel do Oeste	-	-	-	1
24	Selvíria	-	-	-	1

Nº	Municípios	UEMS	UFMS	UFGD	Instituições Privadas
25	Três Lagoas	1 (**)	1	-	1
	TOTAL	15	11	01	44

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no portal SiedSup (INEP, 2008) e nos *sites* institucionais da UEMS (www.uems.br), UFMS (www.ufms.br) e UFGD (www.ufgd.edu.br).

* Sede

** Unidade que foi criada e, posteriormente, desativada.

*** *Campus* criado e posteriormente desativado, e novamente ativado.

**** *Campus* criado, não implantado e posteriormente ativado.

Pelos dados apresentados na Tabela 6, ainda considerando o total de 78 municípios localizados no estado (IBGE, 2008), é possível observar que a abrangência das instituições públicas em Mato Grosso do Sul atinge 24,36% do total dos municípios do estado, sendo que há uma sobreposição de instituições em 9 municípios, o que representa um total de 11,54% de municípios com duas instituições públicas implantadas. Esses dados implicam afirmar que 75,64% dos municípios do estado não têm instituições públicas, fragilizando o processo de expansão por meio da interiorização desenvolvida em Mato Grosso do Sul. Essa situação ainda pode ser mais agravada, considerando que a cobertura das instituições privadas coincide com a oferta das instituições públicas em 14 municípios, o que representa um percentual de 17,95% de ações sobrepostas. São 5 municípios atendidos somente por instituições privadas, o que representa um percentual de cobertura de 6,41% a mais ao efetivado pelas instituições públicas.

Em geral, o estado de Mato Grosso do Sul conta com 30,77% de seus municípios atendidos. Esses dados contribuem para a compreensão do processo de adesão à educação à distância que vem sendo deflagrado no estado, tanto pelas instituições locais, como por instituições de outros estados, especialmente por instituições privadas. Das três instituições públicas presentes no estado apenas a UFMS oferece, de forma regular, cursos de graduação à distância, conforme descrição presente no PDI das instituições analisadas.

Pelos dados apresentados na Tabela 6 é possível inferir que a política de expansão, por meio do processo de interiorização, apresentou-se de forma irregular e fragmentada.

Esse processo intensifica-se, quando se consideram outros aspectos como a proximidade geográfica dos municípios atendidos por instituições de educação superior e ainda a densidade demográfica desses municípios. A título de ilustração menciona-se que, no município de Bonito, a UFMS criou os cursos de Administração, Turismo e Meio Ambiente para ingresso de alunos a partir do ano de 2009, conforme disposto no Edital PREG nº 94, de 28 de agosto de 2008, referente ao Processo Seletivo de Verão 2009. Lembra-se, ainda, que

no município de Bonito há a presença de instituição privada desde o ano de 2002, ofertando os mesmos cursos de Administração e Turismo, conforme dados disponíveis no Portal SiedSup, que disponibiliza o cadastro das instituições de educação superior (INEP, 2008). A sobreposição de *campus*/unidades entre as instituições públicas, nesse caso não pode ser visualizada diretamente. No entanto, cumpre destacar que a UEMS oferta o curso de Turismo na cidade de Jardim, que dista aproximadamente 50 Km do município de Bonito. O município de Jardim conta com uma população de 23.341 habitantes e o município de Bonito, com uma população de 17.275 habitantes (IBGE, 2008).

A interiorização, em Mato Grosso do Sul, embora tenha se justificado de forma a viabilizar o acesso a todos à educação superior, especialmente, em instituições públicas universitárias não se constituiu em processo sistemático e homogêneo no interior do estado, implicando processos de criação de *campus* e instituições em períodos distintos aos de sua implantação, bem como a constituição de *campus* que são desativados ou não chegam a ser criados. Essas características e especificidades do processo de interiorização da educação superior demonstram a necessidade de maior interação entre os dois sistemas públicos envolvidos, bem como a necessidade de uma avaliação política do modelo de interiorização que vem sendo implementado pelas esferas nacional e estadual.

Esses dados apontam para um crescimento não planejado e desarticulado no processo de expansão e interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul, sobretudo considerando as metas para a educação superior previstas no PNE. Esses dados sinalizam para a necessidade de que sejam observados os impactos da educação superior interiorizada no estado, considerando, sobretudo a relação com os outros níveis da educação.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo trata-se da relação entre a educação superior e a educação básica no estado de Mato Grosso do Sul. Nessa relação, busca-se delinear o processo de interiorização realizado pela UEMS, descrevendo a presença dessa instituição nos municípios com os bons resultados do IDEB, identificando seus propósitos e explicitando as ações desenvolvidas.

A UEMS, em virtude do seu compromisso com a educação básica, firmado em sua missão institucional, é o foco deste capítulo. No entanto, a atuação dessa instituição será explicitada após uma breve exposição das outras duas universidades públicas sediadas no estado, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2.1. As universidades públicas criadas em Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul, a criação das universidades públicas está relacionada com a expansão da educação superior, desencadeada pela estratégia da interiorização. O estado possui três universidades públicas, sendo duas mantidas pela União, a UFMS e a UFGD, e

uma ligada ao sistema estadual, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Salienta-se que essas universidades estão relacionadas com o processo de interiorização, particularmente a UEMS, que foi criada com essa missão institucional.

A UFMS teve sua origem a partir da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1962, em Campo Grande, como um *campus* da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). Na época a capital do estado de Mato Grosso era a cidade de Cuiabá. Ainda, como estado de Mato Grosso foram criados o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas. Com a Lei Estadual nº 2.947/1969 foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT, formada pela integração dos Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, sendo, ainda, ampliada em 1970 com a criação dos Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Dourados. A criação do estado de Mato Grosso do Sul ocasionou a federalização da UEMT em 1979, que passou a ser identificada como UFMS, com sede em Campo Grande, capital do estado (UFMS, 2008). Pode-se perceber que a sua origem está atrelada a um processo de interiorização do ensino superior, uma vez que as unidades supramencionadas, dentro do processo de expansão do ensino superior da região, estavam localizadas em cidades do interior do estado, uma vez que Campo Grande passou a ser a capital do novo estado, a partir de 11 de outubro de 1977 (GRESSLER; VASCONCELOS, 2005), após 15 anos da constituição inicial da primeira instituição que deu origem à atual UFMS.

A interiorização do ensino superior em Mato Grosso do Sul, por meio da UFMS, continua com a criação, em 2001, dos *campi* de Coxim e Paranaíba. Também foram criados os *campi* de Naviraí e de Ponta Porã, que não chegaram a ser implantados no mesmo período de sua criação, sendo posteriormente ativados. Em 2006, a UFMS criou os *campi* de Chapadão do Sul e Nova Andradina e, mais recentemente, o *campus* de Bonito é implantado com a realização do primeiro vestibular em 2009.

Observa-se, pelo delineamento histórico traçado, que a origem da UFMS está relacionada a processo de expansão, pela via da interiorização, na medida em que Campo Grande passa a ser a capital do estado com a sua separação de Mato Grosso após quinze anos de iniciada a sua constituição como Universidade. A UFMS foi criada por um processo de desmembramento da UFMT, em 1979, após a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

A UFGD também compõe o quadro do processo de expansão, pelo viés da interiorização no estado. Foi instituída, conforme disposto na Lei nº 11.153/2005, por desmembramento da UFMS. Os artigos 1º e 4º citam a instituição, a sede e a integração dos

cursos da UFMS à UFGD, conforme segue:

Art. 1º Fica autorizada a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, prevista na Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979.

Parágrafo único. A UFGD, entidade de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 4º Passam a integrar a UFGD, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis, integrantes do Campus de Dourados e do Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, na data de publicação desta Lei.

A UFGD, com sede localizada no interior do estado, tem um processo de interiorização com características distintas ao implantado pela UEMS e pela UFMS. Essa instituição concentra sua sede em Dourados, localizada a aproximadamente 200 km da capital. O processo de interiorização consiste em irradiar a sua atuação para os outros municípios que compõem a região da Grande Dourados (UFGD, 2004), caracterizando, assim, a sua forma de interiorização, conforme expresso no projeto de sua criação e implantação:

Assim, neste projeto, consideramos como componentes da **Região da Grande Dourados** os seguintes 37 (trinta e sete) municípios: Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Douradina, Deodópolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Caarapó, Juti, Jateí, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã, Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Baitaporã, Anaurilândia, Bela Vista, Bataguassu, Nova Andradina e Angélica, [...]. (UFGD, 2004, p. 9).

Embora no documento “Projeto de Criação e Implantação” não esteja declarada a interiorização como estratégia para o desenvolvimento regional, implicitamente é mencionada a intenção de suprir as lacunas do ensino superior público nessa região, referindo-se ao não atendimento do modelo multicampi da UFMS, de acordo com o que segue:

A UFMS, com sua característica multi-campi, já não consegue atender à Região da Grande Dourados, encontrando-se limitada nos quadros docente e técnico-administrativo, além da restrita infra-estrutura. O déficit de vagas públicas no ensino superior na região é mais uma justificativa para a implantação da UFGD. (Ibidem, p. 17).

O processo de criação da UEMS explicita em sua missão a estratégia da interiorização

e a preocupação em contribuir com a melhoria da educação básica. Assim, diante dessa característica é que se aprofundam os estudos sobre essa instituição, com o propósito de compreender a relação entre a educação superior e a educação básica que é estabelecida em Mato Grosso do Sul, a partir da implantação da UEMS.

No levantamento bibliográfico realizado sobre a educação superior no estado, especialmente sobre a UEMS, encontraram-se estudos que explicitam o papel da UEMS no processo de expansão e de interiorização da educação superior, inclusive destacando como sua finalidade a formação de professores para a educação básica (AMARAL, 2002). Diante desse contexto, destacam-se alguns desses estudos.

Lourdes Missio (2001), na dissertação intitulada “O curso de enfermagem da UEMS: um estudo da primeira turma de egressos – 1998”, realizou um estudo das trajetórias familiar, escolar e profissional dos primeiros egressos do curso de enfermagem da UEMS. Nessa pesquisa a autora também descreve um breve histórico da criação e implantação da UEMS. Entre suas considerações, a autora explicita que os egressos de 1998 tiveram uma rápida inserção no mercado de trabalho relacionado à área hospitalar, saúde pública e ensino, o que permite inferir do papel positivo da instituição na formação de quadros profissionais no interior do estado.

A dissertação de Maria Odete Amaral (2002), intitulada “A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada - 1979 – 1998”, apresenta a história da UEMS da sua criação aos principais fatos relacionados com sua implantação, no período compreendido entre o ato de criação e a regulamentação legal (1979-1998). Segundo a autora, a UEMS sustentou-se numa proposta inicial que tem por base a vocação para o desenvolvimento regional e a missão voltada para a formação de profissionais da educação. Para Amaral, a UEMS se propõe a vencer distâncias, não só as físicas, as geográficas, mas também as do conhecimento e ressalta que “o cumprimento de sua vocação regional depende de sua integração com as comunidades, nas possibilidades e desafios que oferecerem o seu entorno, na solução dos problemas e construção de centros de cultura e ciência” (p. 144). De forma geral, a autora explicita a importância do processo de interiorização da educação superior no contexto do estado de Mato Grosso do Sul.

Eloísa Bittencourt Fernandes (2003), autora da dissertação intitulada “Expansão universitária em Mato Grosso do Sul – 1979 – 2001”, analisou o processo de expansão implementado no Mato Grosso do Sul, focando as universidades existentes no estado no período mencionado, que eram: UFMS e UEMS, públicas e Universidade Católica Dom

Bosco (UCDB) e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), privadas. Entre outras características, Fernandes analisou o processo de interiorização dos cursos de graduação. Para a autora, o processo de interiorização dos cursos de graduação e o aumento da oferta de cursos noturnos contribuíram sobremaneira para a expansão da educação superior no estado.

Milena Ines Sivieri Pistori (2004), em sua dissertação intitulada “Expansão e interiorização dos cursos de direito em Mato Grosso do Sul – 1965 – 2002”, analisou o processo de expansão e interiorização dos cursos de Direito no estado e sua relação com as políticas públicas de educação superior no Brasil. Para a autora, essa expansão e interiorização no estado iniciaram-se apenas em meados da década de 1990, tendo como precursora a UEMS. Pistori conclui que a expansão e a interiorização dos cursos de Direito no estado ocorreu de forma desordenada “fato caracterizado a partir da década de 1990 devido à implementação de políticas públicas decorrentes da Reforma do Estado efetivada a partir de 1995 e conformativas com as diretrizes dos organismos multilaterais” (p. 153). De certa forma, esse trabalho contribui para explicitar o estado de Mato Grosso do Sul como ponto de confluência entre as políticas nacionais e loco-regionais.

Na dissertação intitulada “Políticas de Educação Superior e as Universidades Estaduais: um estudo sobre os cursos noturnos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS”, de Eliane Terezinha Túlio Ferronato (2008), são analisadas as características do ensino noturno na UEMS e sua relação com as políticas públicas de educação superior no Brasil. Entre as considerações da autora, a UEMS apresenta uma preocupação com a expansão e com a interiorização da educação superior e cumpre seu papel em atender um contingente de jovens que residem no interior do estado que se encontravam excluídos dos bancos universitários.

Essas pesquisas na área da educação superior, especialmente quando abordam a expansão e a interiorização da UEMS, têm contribuído para descrição e a fundamentação do presente trabalho, uma vez que sinalizam para a importância do processo de interiorização desencadeado em Mato Grosso do Sul, especialmente o implantado pela UEMS.

2.2. Criação da UEMS

O estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, teve sua primeira Constituição promulgada em 1979. A criação da UEMS ocorreu por meio da Emenda Aditiva nº 50, de 24 de abril de 1979, com o seguinte texto: “... *Face a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, quando da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, esta será instalada na cidade de Dourados*”²⁸ (AMARAL, 2002, p. 32). Nas Disposições Gerais e Transitórias dessa Constituição, no Artigo 190, ficou determinado: “*Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados*”.

A criação da UEMS foi ratificada, dez anos após a primeira Constituição do estado, por meio do Artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição Estadual de 1989, com a seguinte redação: “Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja instalação e funcionamento deverão ocorrer no início do ano letivo de 1992”. Observa-se que com a ratificação da criação da UEMS continuou a cidade de Dourados como sede da universidade e acrescentou-se a previsão do ano de 1992 para instalação e funcionamento da instituição.

O município de Dourados, criado por meio do Decreto nº 30, de 20 de dezembro de 1935, está localizado no sul do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste. Situa-se aproximadamente a 220 km de Campo Grande, capital do estado. Possui uma área territorial de 4.086 km² e uma população de 181.869 habitantes, sendo apontado como o segundo maior município do estado em densidade demográfica (IBGE/2007). Em 1996 a população era de 153.191. Já nessa época era o segundo município mais populoso do estado, sendo Campo Grande o primeiro, com 600.069 (IBGE/1996). No período de 1996 a 2007 Dourados teve um crescimento populacional em torno de 15,77%.

A economia do município caracteriza-se pela agricultura, com a produção de grãos de soja e milho, a pecuária, com a criação de bovinos e a produção de aves, ovos e mel de abelha e o comércio. No ano de 2006, o Produto Interno Bruto (PIB)²⁹ de Dourados foi de R\$ 1.930.401,00 e o PIB *per capita* era de R\$ 10.359,00, este último superior ao de Campo

²⁸ Mato Grosso do Sul. Assembléia Constituinte. Emenda Aditiva nº 50 de 14/04/79. Campo Grande-MS, Assembléia Legislativa, 1979 (AMARAL, 2002, p. 32).

²⁹ PIB - Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/srmpibmunicipios.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

Grande, correspondente a R\$ 10.244,00 (IBGE/2009). Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o município de Dourados registrou em 1991 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)³⁰ de 0,734 e no ano 2000 aumentou para 0,788, índices próximos da capital do estado (0,770 e 0,814).

Segundo dados estatísticos da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED) do ano de 2008, a educação básica em Dourados contava com escolas públicas das redes municipais, estaduais e privadas. O município oferece a educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, ensino médio e superior. As escolas municipais somam 42, sendo 27 na área urbana e 15 na área rural, além de 24 Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM), enquanto as escolas estaduais perfazem um total de 23, sendo 18 na área urbana e 5 na área rural. Em 2008, foram matriculados 24.822 alunos na rede municipal e 22.594 na rede estadual do município. A educação superior é ofertada em Dourados pelas esferas estadual, federal e pela rede privada. O município, em 2009, contava com a presença das universidades públicas UEMS, UFGD e da educação superior privada, Faculdades Anhanguera de Dourados, Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), cursos na modalidade à distância da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP interativa) e a Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman (FTBAW).

2.3. Implantação da UEMS

A UEMS, apesar de ser criada na Constituição estadual de 1979 e ratificada na Constituição de 1989, só foi implantada em 1994, ou seja, após 14 anos de sua proposta inicial. Essa lacuna permite questionar sobre as razões para essa ruptura no processo de sua criação.

Cumprir destacar que em 1979, com o processo de divisão do estado de Mato Grosso, havia a Universidade Estadual de Mato Grosso, que tinha um campus localizado em

³⁰ O (IDH-M) é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes a Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). O IDH-Longevidade é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer. O IDH-Educação é obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola. O IDH-Renda é obtido a partir do indicador renda *per capita* média. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=cmu&nome_ind=Características%20do%20município#>. Acesso em: 10 out. 2009.

Dourados, identificado como Centro Pedagógico de Dourados (CPD), que com a federalização passou a ser identificado como Centro Universitário de Dourados (CEUD). Com isso pode-se subentender possíveis relações da sociedade sul-mato-grossense que, ao construir seu texto constitucional, intentasse manter vínculos com a educação superior. No entanto, as bases materiais para essa implantação não estavam presentes. O que foi constituído a partir dos anos de 1990.

A criação da UEMS está muito mais relacionada com o desenvolvimento educacional da região do que com os aspectos voltados para o desenvolvimento econômico. Pode-se observar que, com a divisão do estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, a prioridade para Dourados estava relacionada com a implantação do Distrito Industrial de Dourados (SOUZA, 1995).

Ainda, pode-se mencionar que ao se tratar da implantação do Distrito Industrial de Dourados não houve nenhuma previsão sobre a criação de universidades para essa região. Segundo Souza,

A divisão político-administrativa do antigo Mato Grosso e a conseqüente criação de Mato Grosso do Sul, em 1979, não alteram as proporções de criação de distritos industriais, especialmente, no caso de Dourados. Pelo contrário, pode-se afirmar que a partir da divisão administrativa a implantação do Distrito Industrial de Dourados, passou a ser a primeira prioridade para Mato Grosso do Sul. (SOUZA, 1995, p. 64).

A UEMS seria implantada em 1994. O contexto dos anos de 1990 era permeado por um processo de democratização instituído com a promulgação da Constituição Federal, o que permitiu a luta da sociedade por medidas e políticas sociais, inclusive as educacionais.

Em Dourados, onde se localiza a sede da UEMS, havia carência de instrução, que pode ser observada pela mudança da estrutura social do campo para a cidade, conforme retrata Freitas (1997), referindo-se ao ano de 1991,

Quanto à instrução de chefes de domicílios, na faixa *sem instrução e com 1 a 3 anos de instrução*, Dourados apresentava uma situação pior que Campo Grande e Corumbá. Na faixa *sem instrução a menos de oito anos de instrução*, Dourados apresentava uma posição pior que Campo Grande e Corumbá, porém, menos precária que a situação do estado de Mato Grosso do Sul. (FREITAS, 1997, p. 97).

Com o nível de instrução de Dourados apresentando situação e posição desfavoráveis perante outras duas grandes cidades do estado, a escolarização tornou-se uma questão de

urgência o que passou a ser uma prioridade do governo municipal (FREITAS, 1997).

Nesse sentido, pode-se observar que a UEMS seria implantada tendo como objetivo a sua relação com os aspectos educacionais da região, especialmente a formação de professores. Segundo o PDI institucional,

A Comissão para Implantação da UEMS tinha como intuito a elaboração de uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado”. (PDI-2009-2013, p. 12).

Ferronato informa que:

Na verdade, esta sempre foi a finalidade maior para a criação de uma universidade estadual no estado de Mato Grosso do Sul, pois este, ao desmembrar-se do estado de Mato Grosso, herdou uma rede de ensino precária, com um déficit escolar enorme, de maneira que a grande maioria dos professores da educação básica necessitava de qualificação. (FERRONATTO, 2009, p. 59).

A concretização da implantação da UEMS ocorre por meio do Decreto nº 7.202, de 10 de maio de 1993, que “Designa a Secretaria de Estado de Educação para tomar as medidas necessárias a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul com sede em Dourados e, da outras providências”.

A UEMS foi implantada em 15 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias³¹, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, nos seguintes centros urbanos: Dourados (sede), Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas³²

³¹ A UEMS é organizada por Unidades Universitárias, não se denominando *multicampi*, apesar de possuir algumas características desse modelo. Segundo Fialho, “Essa análise, entretanto, permite evidenciar uma trajetória dos sentidos atribuídos à palavra (*multicampi*) – como a idéia de *quantidade*, como a idéia de *localização geográfica* e como a idéia de *lugar da produção* -, corroborando noções que circulam no meio universitário e que fazem reencontrar as dimensões relativas à estrutura organizacional desconcentrada e à dispersão físico-territorial. Essa expressão (*multicampi*), portanto, cujos significados nem sequer se encontram absorvidos pela língua vernácula, embora *já consagrada para dizer de uma modalidade de ensino superior*, vai além do mero ato de designar alguma coisa: ela aponta para um fenômeno que se pretende diferenciado de outros, a exemplo dos modelos universitários cuja configuração não se restringe a um único lugar enquanto localização física, por exemplo” (FIALHO, 2005, p. 51, grifos da autora).

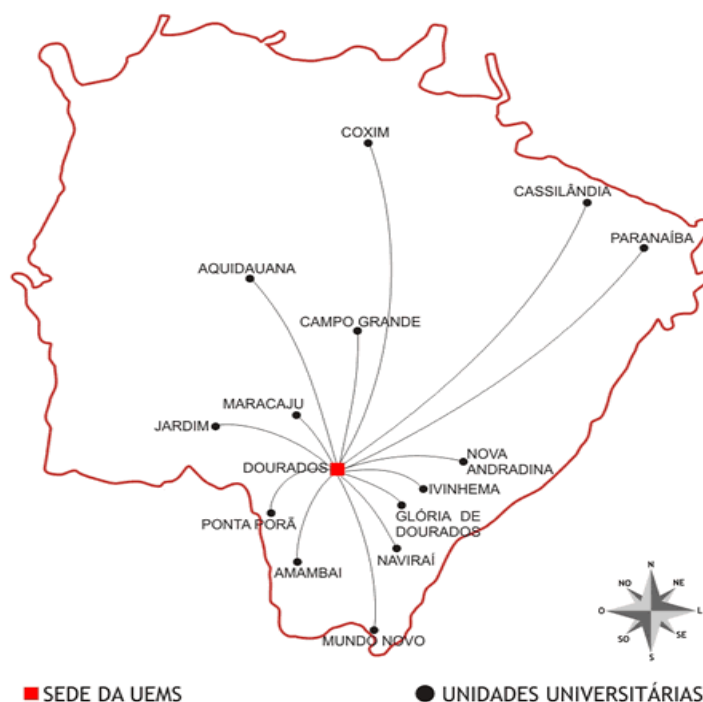
³² A Resolução CEPE/UEMS nº 040, de 24 de maio de 1996, estabeleceu a extinção da Unidade Universitária de Três Lagoas a partir do mês de agosto daquele ano, uma vez que o único curso ofertado – Direito – passou a ter a demanda atendida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ambas funcionavam no mesmo local (PDI-2009-2013, p. 12-13).

(PDI-2009-2013, p. 12-13).

Observa-se que a UEMS foi implantada em 15 municípios, sendo que em 1996 foi extinta a Unidade de Ensino de Três Lagoas, que foi sendo desativada gradativamente após cinco anos de sua implementação, com a formatura dos alunos, e em 2001 foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande³³. Cabe salientar que essa foi a única alteração no quadro de Unidades da UEMS. Pode-se inferir que não houve uma expansão de Unidades Universitárias da UEMS desde a sua criação. No entanto houve uma expansão de cursos e vagas, conforme será descrito posteriormente.

Dessa forma, atualmente, as Unidades Universitárias da UEMS estão distribuídas em diferentes pontos geográficos do estado. Conforme o mapa abaixo se pode visualizar a localização das Unidades Universitárias da UEMS no estado de Mato Grosso do Sul.

Localização das Unidades Universitárias da UEMS no Estado



FONTE: UEMS.

Considerando o total de 78 municípios localizados no estado (IBGE, 2008), é possível observar que a abrangência das instituições públicas em Mato Grosso do Sul atinge 24,36%

³³ Em 2001, por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001, foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande, com a finalidade de atender à demanda do curso de graduação Normal Superior (PDI-2009-2013, p. 12-13).

do total desses municípios. A UEMS, atendendo a 15 municípios, representa um percentual de cobertura de 19,23%.

Por meio da Lei nº 1.461³⁴, de 20 de dezembro de 1993, o Poder Executivo foi autorizado a instituir e implantar a UEMS sob a forma de Fundação, vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul³⁵, gozando de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar. A Lei explicita, entre outras ações, o objetivo, a responsabilidade pela administração e o quadro de pessoal da instituição.

Os recursos financeiros da UEMS foram garantidos, inicialmente pela Lei nº 1.543³⁶, de 08 de dezembro de 1994, “três por cento do total consignado ao ensino na forma do previsto no art. 198 da Constituição Estadual³⁷” para o ano de 1995 e a partir de 1996 “um mínimo de quatro por cento aos programas de manutenção e desenvolvimento das atividades relacionadas com a Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul”. Revogada pela Lei nº 2.583/2002, esta garante em 2003 o índice percentual de 2% da receita tributária, no orçamento anual do estado e para os anos subsequentes haverá aumentos gradativos até alcançar, em 2008, 3% da receita tributária. Cabe salientar que em 2007, a Lei 3.485/2007³⁸ revoga parágrafos da Lei 2.583/2002, interferindo na autonomia financeira da Universidade.

Para a criação e desenvolvimento da educação superior há a necessidade de previsão de recursos financeiros específicos, que são caros e raros (CUNHA, 2004). Esse fato, no contexto estadual ainda se agrava, quando é contextualizado com o art. 211 da Constituição Federal, que dita: “os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio”, que, embora não descarte a possibilidade da criação de instituições de educação superior, condiciona o atendimento de forma prioritária à educação básica. Na LDB, em seu Art. 10, os Estados ficam, entre outros, incumbidos de “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio”. Observa-se que na LDB a

³⁴ Lei nº 1.461/1993: “autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”. Dois dias depois, o Governador do estado institui a UEMS por meio do Decreto nº 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Nesse Decreto no Art. 1º a UEMS é instituída com “natureza fundacional com objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão”; Art.2º A UEMS “reger-se-á por Estatuto e Regimento Geral” e Art.3º trata dos “recursos financeiros da Universidade”.

³⁵ Atualmente (2009) a UEMS está vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia(SEMAC), do Estado de Mato Grosso do Sul.

³⁶ A Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Revogou a Lei nº 1.543/1994.

³⁷ *Art. 198. A manutenção e o desenvolvimento do ensino do Estado far-se-á mediante a aplicação dos dispositivos contidos na Constituição Federal. (Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul).

³⁸ LEI Nº 3.485, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, “*Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro do ano de 2008*”. Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2008, revogando os §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002.

prioridade do estado é o ensino médio, assegurando o ensino fundamental, o que é dever e prioridade dos municípios.

Nesse sentido, observa-se que na rede estadual sul-mato-grossense são oferecidos os ensinos fundamental, médio e superior. A UEMS foi criada na primeira Constituição (1979), o que gerou muita discussão, devido ao não atendimento satisfatório do nível básico de ensino no estado (AMARAL, 2002). Importante observar que, no Art. 211 da Constituição Federal está assegurada prioridade para os ensinos fundamental e médio. A oferta de cursos no nível superior implicou a vinculação de novos recursos específicos para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, houve discussão na sociedade sul-mato-grossense sobre a criação da UEMS, uma vez que o estado teria que se posicionar sobre a veiculação dos recursos financeiros que seriam destinados à educação superior. Nesse contexto, a justificativa para a criação da instituição era o desenvolvimento regional e principalmente a formação de professores, como necessidade emergente da educação estadual naquele momento. Pode-se observar, pela análise do Quadro 1, que a UEMS cria inicialmente mais cursos de licenciatura, ou seja, cursos voltados para a formação de professores para atuarem na educação básica.

2.4. Cursos de graduação ofertados na UEMS

Os cursos ofertados na UEMS, segundo seu Estatuto, são de graduação, pós-graduação, extensão e outros. Nesse trabalho priorizam-se os cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, por estarem diretamente relacionados à formação inicial de professores.

Inicialmente, segundo o Regimento Geral da UEMS, a instituição adotou a estratégia de rotatividade dos cursos, sendo eles permanentes em sua oferta e temporários em sua localização. Dessa forma, a rotatividade dos cursos nas Unidades deveria ocorrer sempre que sua necessidade social não fosse mais justificada. Em 2002, os cursos passaram a ser permanentes, sendo estabelecidos Pólos de Conhecimento³⁹ nas Unidades que concentram

³⁹ Segundo o PDI/2002 da UEMS, “Diante desse contexto, potencialmente qualquer uma das Unidades da UEMS poderá tornar-se um pólo de conhecimento. Para tanto, deverá possuir, até 2007, o seguinte conjunto de características: definir sua área de atuação, ter, no mínimo, três cursos de graduação em funcionamento e bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos, apresentar condições de desenvolver ensino, pesquisa e extensão, por meio de projetos que envolvam a comunidade acadêmica, assumir o compromisso de produzir e disseminar o conhecimento de sua área de opção, apresentar condições para ampliar a oferta de cursos nos próximos cinco anos, corpo docente e corpo técnico qualificados, concursados e residentes nos locais em que atuam. [...]” (p. 5).

condições para esse fim, ou seja, “[...] cursos permanentes de graduação, ações de extensão, grupos de pesquisa, estrutura física e pedagógica adequada, instalações, tecnologia e recursos humanos qualificados [...]” (PDI-2002, p. 4).

Segundo consta no Relatório da Comissão para Regularização Legal da UEMS (TEBET, 1996, p. 70), os cursos foram definidos a partir do resultado de propostas e de estudos avaliativos de uma comissão, precedidos de ampla consulta à comunidade. Nesse sentido, foram implantados 18 cursos distribuídos nas 15 Unidades da Universidade, conforme se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1 – Cursos de graduação da UEMS oferecidos no Vestibular de julho de 1994.

Unidade	Curso/Habilitação	Tipo de Graduação	Vagas	Inscritos
Amambai	Letras – Hab. Port./Espanhol	Licenciatura	50	169
Aquidauana	Zootecnia	Bacharelado	50	92
Cassilândia	Ciências – Hab. Matemática	Licenciatura	40	140
	Letras – Hab. Port./Inglês	Licenciatura	40	159
Coxim	Ciências – Hab. Biologia	Licenciatura	40	168
Dourados	Ciência da Computação	Bacharelado	50	616
	Enfermagem e Obstetrícia	Bacharelado	50	171
Glória de Dourados	Matemática – Lic. Plena	Licenciatura	40	149
Ivinhema	Pedagogia – Hab. Pré-escola e Séries Iniciais	Licenciatura	50	120
Jardim	Ciências – Hab. Biologia	Licenciatura	50	122
Maracaju	Administração Rural	Bacharelado	40	108
	Ciências – Hab. Matemática	Licenciatura	40	84
Mundo Novo	Ciências – Hab. Biologia	Licenciatura	50	337
Naviraí	Ciências Hab. Matemática	Licenciatura	50	147
Nova Andradina	Letras – Hab. Port./Inglês	Licenciatura	50	174
Paranaíba	Direito	Bacharelado	40	681
Ponta Porã	Administração / Comércio Exterior	Bacharelado	50	278
Três Lagoas	Direito	Bacharelado	50	1.647
TOTAL			830	5.362

Fonte: Elaborado com dados do Vestibular/UEMS; TEBET, 1996, p. 70.

No Quadro 1 pode-se observar que, do total de 18 cursos, 11 são de licenciatura, o que representa um percentual de 61,11% dos cursos para a formação de professores. Ressalta-se que foram implantadas 12 Unidades com apenas um curso e, entre estas, 5 Unidades com

curso de bacharelado, não configurando nestas a formação de professores, que são as Unidades de Aquidauana, Três Lagoas, Ponta Porã, Paranaíba e Dourados. Outro dado importante é que em Dourados, sede da UEMS, não houve a implantação de cursos de licenciatura. Em 1994 havia dois cursos de bacharelado, tendo como justificativa a necessidade da formação de profissionais para suprir a região, face ao seu crescimento e desenvolvimento (TEBET,1996, p. 21).

Essas informações explicitam incoerências no processo de implantação da UEMS, que embora tenha definido, sob a forma de missão institucional, o seu foco no desenvolvimento da educação básica, a sua sede não previu a oferta de cursos de licenciatura.

Decorridos 14 anos da implantação da UEMS, observa-se que o quadro de cursos de graduação sofreu alterações. Nesse período, cursos foram extintos e outros criados, como se pode verificar na relação dos cursos oferecidos para 2007, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Cursos de graduação da UEMS oferecidos no Vestibular de 2006 para ingresso em 2007.

Unidade	Curso	Tipo de Graduação	Total de Vagas
Amambai	História	Licenciatura	40
Aquidauana	Agronomia	Bacharelado	50
	Zootecnia	Bacharelado	50
Campo Grande	Normal Superior (pólo/Campo Grande)	Licenciatura	50
Cassilândia	Agronomia	Bacharelado	50
	Letras (Hab. Português/Inglês)	Licenciatura	40
	Matemática	Licenciatura	40
Coxim	Ciências Biológicas	Licenciatura	40
Dourados	Ciência da Computação	Bacharelado	50
	Ciências Biológicas	Licenciatura	50
	Direito	Bacharelado	50
	Enfermagem	Bacharelado	40
	Física (matutino)	Licenciatura	40
	Física (noturno)	Licenciatura	40
	Letras (Hab. Português/Espanhol)	Licenciatura	40
	Letras (Hab. Português/Inglês)	Licenciatura	40
	Matemática	Licenciatura	40
	Normal Superior (pólo/Dourados)	Licenciatura	50
	Química (noturno)	Licenciatura	40
	Química (vespertino)	Licenciatura	40
	Sistemas de Informação	Bacharelado	50
	Turismo (matutino)	Bacharelado	40
Turismo (noturno)	Bacharelado	40	
Glória de Dourados	Geografia	Licenciatura	40

Unidade	Curso	Tipo de Graduação	Total de Vagas
Ivinhema	Ciências Biológicas	Licenciatura	40
	Geografia	Licenciatura	40
Jardim	Letras (Hab. Português/Inglês)	Licenciatura	50
	Turismo	Bacharelado	40
Maracaju	Administração (Hab. em Administração Rural)	Bacharelado	40
	Pedagogia (Hab. em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino fundamental)	Licenciatura	40
Mundo Novo	Ciências Biológicas	Licenciatura	40
Naviraí	Direito	Bacharelado	40
	Química	Licenciatura	40
	Letras (Hab. Português/Inglês)	Licenciatura	40
Nova Andradina	Matemática	Licenciatura	40
Paranaíba	Direito (matutino)	Bacharelado	40
	Direito (noturno)	Bacharelado	40
	Pedagogia (Hab. em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	Licenciatura	40
Ponta Porã	Administração (Hab. em Administração em Comércio Exterior)	Bacharelado	50
	Ciências Contábeis	Bacharelado	50
	Ciências Econômicas	Bacharelado	50
Total			1.770

FONTE: Elaborado com dados do Vestibular/UEMS.

No Quadro 2 verifica-se que a UEMS oferta 41 cursos para o ano de 2007, sendo 24 licenciaturas e 17 bacharelados, distribuídos em 15 Unidades Universitárias no estado. Comparando a evolução dos cursos que em 1994 eram 18, conforme Quadro 1, e em 2007 a oferta é de 41 cursos, observa-se que houve um acréscimo de 23 cursos, o que representa um aumento significativo de 127,77%. A oferta de licenciaturas em 1994 era de 11 cursos e em 2007 passa para 24 cursos, traduzindo uma evolução significativa em termos percentuais, chegando à marca de 118,18%.

No entanto, cabe observar que em 1994 as licenciaturas representavam 61,11% do total de cursos, e esse percentual caiu para 58,53% em 2007, o que demonstra uma tendência na criação de cursos de bacharelado ao longo do período de consolidação da UEMS. Observa-se a evolução dessa tendência no vestibular de 2010, quando a UEMS oferece 55 cursos, sendo 27 de licenciatura, 24 de bacharelado e 4 tecnológicos (UEMS, 2010). Comparando com os dados do vestibular de 1994, as licenciaturas diminuíram para 49,09% em 2010.

Na Unidade de Dourados houve uma evolução significativa dos cursos que passaram de 2 em 1994 para 15 em 2007, sendo que 9 são de licenciatura e os outros 6 são de bacharelado. No entanto, em Dourados passam a ser ofertados cursos de licenciatura o que em

1994 não havia. Os cursos de licenciaturas, excetuando as Unidades de Aquidauana e Ponta Porã, estão presentes nas outras Unidades Universitárias da UEMS. É importante ressaltar que a instituição, ao interiorizar os cursos, proporcionou um aumento significativo de vagas⁴⁰ que passaram de 830 em 1994 para 1.770 em 2007, representando um acréscimo de 113,25%.

Embora a UEMS tenha sinalizado para uma tendência de diminuição do seu foco na licenciatura que caiu de 61,11%, em 1994, para 58,53%, por outro lado a instituição ampliou a oferta de licenciaturas para mais Unidades. Em 1994 havia cinco Unidades com oferta exclusiva de cursos de bacharelado, que eram Aquidauana, Dourados, Ponta Porã, Paranaíba e Três Lagoas, e em 2007 observa-se que são apenas duas Unidades sem a oferta de cursos de licenciatura que são: Aquidauana e Ponta Porã.

2.5. Interiorização da UEMS

O objetivo desta seção consiste na análise da interiorização da UEMS, com vistas a caracterizar o seu papel na oferta da educação superior no contexto do estado de Mato Grosso do Sul.

Diante da breve descrição no início deste capítulo em relação à criação, implantação e interiorização implementada pela UEMS no estado, levantam-se as seguintes questões: Houve expansão da UEMS por meio da interiorização após sua implantação? Quais as contribuições que essa interiorização trouxe às políticas educacionais do estado? E, mais especificamente, quais contribuições a educação superior interiorizada trouxe à educação básica pública?

A missão inicial da UEMS explicitava a intenção em promover a interiorização da educação superior no estado, conforme se pode observar no texto sobre a missão institucional a seguir transcrita: “Gerar e disseminar o conhecimento, voltada para a interiorização, e com compromisso em relação aos outros níveis de ensino” (UEMS, 2008b).

Cumprir destacar, que no atual PDI, a UEMS altera a sua missão inicial que passa a ser: “Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades

⁴⁰ A UEMS oferece, a partir do vestibular de 2004, nos cursos de graduação da instituição, 70% de vagas gerais, 20% em regime de cotas para negros e 10% aos indígenas. Esses 30% de vagas em regime de cotas foi beneficiado pela Lei Estadual nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a reserva de vagas aos vestibulandos índios e pela Lei Estadual nº 2.605, de 06 de janeiro de 2003, que dispõe sobre reserva de vagas para negros nos cursos de graduação da UEMS (PDI-2009-2013). Cumpre ressaltar a importância da implementação dessa modalidade de ação afirmativa, o que demonstra uma das especificidades das universidades públicas estaduais, ou seja, a interiorização e democratização do acesso à educação superior.

humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia” (UEMS, 2009). Embora semelhante e mantendo o seu foco na interação com os outros níveis de ensino, a UEMS substitui o caráter de interiorização, voltando-se para o “compromisso democrático de acesso à educação superior”.

Nesse sentido, questiona-se por que houve mudanças na missão da UEMS, no que se refere à sua estratégia de interiorização?

Sem pretensões de responder a essa questão, mas buscando contribuir para a descrição do contexto do desenvolvimento da UEMS, pode-se mencionar que em 2001 houve a criação de uma Unidade na capital do estado, o que vai descaracterizar a atuação institucional no interior do estado.

No entanto, pode-se perceber que a sua origem está atrelada a um processo de interiorização da educação superior, uma vez que a sua sede e as 14 Unidades implantadas inicialmente estavam localizadas em cidades do interior do estado.

Segundo Almeida, Fideles e Pistori (2004):

[...] É importante mencionar que o modelo de interiorização que ocorre na UEMS não é o mesmo que acontece em alguns estados ou seja, da capital para o interior. Ele ocorre do interior para o interior, sendo que a sede da UEMS localiza-se em Dourados (cidade do interior do estado) e as unidades em municípios do interior, apesar de já possuir unidade na capital do estado [...] (ALMEIDA; FIDELIS; PISTORI, 2004, p. 10).

Pode-se observar pela transcrição acima que o processo de interiorização implementado pela UEMS inicia-se do interior para o interior, ao mesmo tempo em que cria, posteriormente, cursos na capital do estado.

A UEMS foi criada como instituição universitária, vinculada ao poder público, ou seja, com um modelo de financiamento direto do estado, o que a diferencia de outros estados como, por exemplo, o de Goiás, em que a interiorização da educação superior ocorreu por meio de parcerias do estado com as fundações municipais e em Santa Catarina, por meio das fundações comunitárias (DOURADO, 2001).

As Unidades da UEMS estão localizadas em municípios que se constituem entre

aqueles com os de maior densidade demográfica⁴¹ do estado, ou seja, em sua maioria com mais de 20.000 habitantes, conforme se pode observar na Tabela 7. Observa-se que no estado há uma relação simétrica entre a densidade demográfica e o número de alunos egressos da educação básica.

Tabela 7 - População dos municípios de Mato Grosso do Sul com instalação de Unidades da UEMS – 1996 e 2007.

Municípios	1996	2007		2005	
	Total	Total	Grupo de idade		Concluintes Ensino Médio
			15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Mato Grosso do Sul	1.129.066	2 265 274	212 966	208 944	20.738
Amambaí	27.935	33.426	3.257	2.950	224
Aquidauana	40.394	44.920	4.004	3.944	535
Campo Grande	600.069	724.524	67.070	69.635	7.779
Cassilândia	19.570	20.916	1.807	1.685	206
Coxim	28.888	31.816	2.994	3.052	271
Dourados	153.191	181.869	17.160	17.911	1.890
Glória de Dourados	10.606	9.644	857	754	97
Ivinhema	21.792	20.567	1.926	1.744	231
Jardim	20.570	23.341	2.136	1.945	249
Maracaju	24.621	30.912	2.997	3.129	228
Mundo Novo	16.445	15.968	1.555	1.291	100
Naviraí	34.670	43.391	4.277	4.182	299
Nova Andradina	34.216	43.495	4.071	4.101	378
Paranaíba	37.594	38.969	3.441	3.404	327
Ponta Porã	58.505	72.207	7.361	6.259	718

Fonte: IBGE, Contagem da População 1996 e 2007; INEP/EDUDATA.

Verificando-se os dados da Tabela 7, observa-se que a população dos 15 municípios em 1996 era de 1.129.066, passando para 1.335.965 em 2007, um aumento de 18,62%. A UEMS está localizada em municípios com uma população significativa que representa 58,97%, num estado que conta com 78 municípios. Com os dados de 2007 pode-se perceber que a população jovem de 15 a 24 anos representa 18,62% no estado. Cabe ressaltar que essa faixa de idade é composta pelos jovens que concluem o ensino médio e ingressam e concluem também o ensino superior. Outro dado importante é que em 2005 um total de 20.738 alunos concluiu o ensino médio no estado, sendo que 13.532 são dos 15 municípios com presença

⁴¹ Ver população do Estado de Mato Grosso do Sul no site: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contagem_da_Populacao_2007/](http://ftp.ibge.gov.br/Contagem_da_Populacao_2007/)>.

física da UEMS, representando 65,25% dos concluintes. A UEMS oferece 1.770 vagas para 2007 o que, comparado a um quantitativo em média anual de 13.000 jovens concluintes do ensino médio nesses 15 municípios, observa-se que existe uma significativa população jovem em busca das vagas na educação superior.

2.6. Relação entre a UEMS e a educação básica

A relação da UEMS com a educação básica está explicitada não só em sua missão institucional, mas também em seus outros documentos organizacionais, o que permite observar o seu propósito em contribuir com a melhoria da educação básica no estado.

No Regimento Geral e no Estatuto da UEMS, está explicitado que essa universidade tem como objetivo, entre outros, “harmonizar a educação superior com a educação básica e profissional, propiciando a incorporação de inovações que contribuam para o desenvolvimento e a melhoria da aprendizagem”.

No mesmo sentido o PDI-2009-2013 reforça esse objetivo de que a instituição em pauta deve buscar “contribuir para a melhoria da Educação Básica no Estado de Mato Grosso do Sul”.

Nesse sentido, procura-se compreender essa relação da UEMS com a educação básica por meio das suas ações no campo do ensino, extensão e pesquisa. Em relação ao ensino especificamente, busca-se identificar o seu papel na formação inicial de professores, ou seja, nos seus cursos de graduação de licenciatura e identificar a oferta de ações de extensão e atividades de pesquisa desenvolvidas em suas Unidades Universitárias que tenham relação com a educação básica.

A Tabela 8 demonstra o quantitativo de concluintes nas licenciaturas da UEMS num período de 10 anos, obtendo-se um crescimento gradativo significativo.

Tabela 8 – Número de graduados na UEMS nos cursos de licenciatura, por Unidade Universitária, no período de 1998 – 2007.

Cursos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Amambai											
História	0	0	0	0	0	0	0	0	16	23	39
Letras-Hab. Port./Espanhol	28	0	35	33	0	0	0	0	0	0	96
Matemática	0	0	0	0	0	0	25	8	13	0	46
Normal Superior	0	0	0	0	0	66	0	0	50	1	117
Normal Superior Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12
Ciências – Hab./Matemática	0	0	0	0	20	26	5	0	0	0	51
Aquidauana											
Normal Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	56	0	56
Cursos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Normal Superior Indígena	0	0	0	0	0	0	26	6	0	0	32
Campo Grande											
Normal Superior	0	0	0	0	0	41	47	46	93	82	309
Cassilândia											
Letras-Hab. Port./Inglês	22	0	30	26	29	26	27	31	21	32	244
Matemática	0	0	0	0	0	0	11	8	14	14	47
Normal Superior	0	0	0	0	0	0	0	37	0	0	37
Ciências-Hab./Matemática	12	2	21	19	17	21	4	0	0	0	96
Coxim											
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0	0	15	23	11	26	75
Normal Superior	0	0	0	0	0	40	0	46	45	0	131
Ciências-Hab./Biologia	15	3	20	24	17	21	2	0	1	0	103
Dourados											
Letras – Hab. Port./Inglês	0	0	0	0	0	0	0	20	25	23	68
Letras – Hab. Port./Espanhol	0	0	0	0	16	23	22	25	28	25	139
Física – Mat/Not	0	0	0	0	0	0	13	13	16	10	52
Química – Vesp/Not	0	0	0	0	0	0	0	9	13	15	37
Normal Superior	0	0	0	0	0	42	32	43	42	0	159
Ciências – Hab. Matemática	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	17
Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	13
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0	0	0	25	14	22	61
Glória de Dourados											
Geografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12
Matemática	14	0	18	25	10	17	24	27	9	0	144
Ivinhema											
Pedagogia	38	1	39	39	0	0	0	0	0	0	117

Cursos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Ivinhema											
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0	0	21	24	19	27	91
Ciências – Hab./Biologia	0	0	0	0	30	24	0	0	0	0	54
Jardim											
Ciências – Hab./Biologia	20	3	23	30	5	0	0	0	0	0	81
Letras – Hab. Port./Inglês	0	0	0	0	23	20	34	19	31	30	157
Normal Superior	0	0	0	0	0	41	47	39	76	0	203
Maracaju											
Ciências – Hab./Matemática	16	0	9	26	1	0	0	0	0	0	52
Pedagogia	0	0	0	0	28	29	30	18	17	34	156
Mundo Novo											
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0	0	14	21	23	14	72
Normal Superior	0	0	0	0	0	37	0	0	0	0	37
Ciências – Hab./Biologia	18	0	34	26	31	29	0	0	0	0	138
Naviraí											
Ciências – Hab./Matemática	10	0	16	24	0	0	0	0	0	0	50
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0	0	20	17	4	1	42
Química	0	0	0	0	0	0	0	3	23	14	40
Normal Superior	0	0	0	0	0	0	45	50	1	0	96
Ciências – Hab./Biologia	0	0	0	0	24	39	0	0	0	0	63
Nova Andradina											
Letras – Hab./Port/Inglês	28	0	40	35	0	0	0	32	39	36	210
Ciências – Hab./Matemática	0	0	0	0	12	18	0	3	0	0	33
Normal Superior	0	0	0	0	0	0	0	49	87	1	137
Matemática	0	0	0	0	0	0	9	15	5	8	37
Paranaíba											
Pedagogia	0	0	0	0	0	0	0	0	24	29	53
Normal Superior	0	0	0	0	0	41	0	0	0	0	41
Ponta Porá											
Normal Superior	0	0	0	0	0	42	33	40	0	0	115
Total	221	09	285	307	263	643	523	697	835	485	4268

Fonte: DRA-UEMS.

Analisando a Tabela 8, verifica-se que em 1998 foram graduados 221 alunos na UEMS e em 2007 um total de 485, acima do dobro do total inicial, representando um aumento percentual de 119,45%. Nesse período de dez anos o número de concluintes nos cursos de graduação de licenciaturas da universidade chegou a 4.268. O curso com o maior número de

graduados foi o Normal Superior com 1.438 alunos, representando 33,69% em relação ao total de concluintes do período em tela. Observa-se que o número de concluintes foi aumentando gradativamente no período 1998-2006, sendo que no ano de 2007 houve diminuição no número de concluintes. Essa diminuição de graduados em 2007 é devido à extinção do curso Normal Superior.

Em termos de formação docente é possível observar que a UEMS vem se efetivando como instituição formadora de quadros para a educação básica no interior do estado, uma vez que conta com um total significativo de concluintes nos cursos de licenciatura da instituição e considerando que muitos dos graduados atuam nesse nível de ensino nos municípios do estado. O estado de Mato Grosso do Sul conta com a maioria dos professores da educação básica com uma escolaridade de nível superior, conforme se pode observar na Tabela 9.

Tabela 9 - Número de Professores de Educação Básica por Escolaridade, em Mato Grosso do Sul, em 30/05/2007.

Unidade da Federação	Professores de Educação Básica					
	Total	Escolaridade				
		Fundamental	Ensino Médio		Superior	
			Normal/Magistério	Ensino Médio	Com Licenciatura	Sem Licenciatura
Brasil	1.882.961	15.982	474.950	103.341	1.160.811	127.877
MS	24.909	175	2.347	1.703	19.243	1.441

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Analisando a Tabela 9, observa-se que em 2007 o estado contava com 24.909 professores na educação básica e que, desses, 19.243 com licenciatura, perfazendo um total de 77,25%, superando o índice nacional que era de 61,65%. Os professores do estado com ensinos fundamental e médio e sem licenciatura perfazem um total de 5.666, representando um percentual de 22,75% enquanto que no Brasil nesses mesmos níveis há um percentual de 38,35%. Com esses dados pode-se inferir que houve um aumento significativo de professores com nível superior em relação aos anos de 1990, quando “[...] nos municípios da área de influência da UEMS, 60% dos professores que atuam nas áreas dos cursos oferecidos pela Universidade, não possuem a devida habilitação profissional [...]” (TEBET, 1996, p. 7).

A UEMS tem entre seus objetivos, conforme já mencionado, a formação de profissionais para a educação básica, sendo essa também uma das justificativas para a sua criação. No período de 1998 a 2007 essa instituição teve um total de graduados nos cursos de

licenciatura de 4.268, sendo que desse total, 1.438 alunos se formaram no curso Normal Superior.

O Curso de Graduação Normal Superior⁴² surgiu “a partir das necessidades sul-mato-grossenses que, em 1999 apontava um total de 1.877 professores sem a devida formação para o exercício da docência [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 7). Segundo a autora, o curso foi organizado de forma diferenciada dos demais cursos da UEMS, sendo ainda o primeiro a entrar em funcionamento em nível nacional nessa modalidade. O curso foi organizado em dois polos⁴³: Campo Grande e Dourados. Pode-se observar que o curso Normal Superior tinha como objetivo a formação de professores e ao mesmo tempo interioriza a educação superior, ou seja, envolveu diretamente 10 municípios do interior do estado.

Com esses dados levanta-se a seguinte questão: Quantos e onde os professores formados pela UEMS estão atuando? Sem pretensões de responder a essa questão em sua totalidade, mas buscando contribuir com a análise da relação da educação superior com a educação básica, busca-se em 10 municípios do estado informações quanto à formação dos professores da educação básica, focando os graduados na UEMS, que estão atuando junto a essas redes de ensino. Nesse sentido a Tabela 10 permite a visualização dos dados encontrados.

⁴² O Curso de Graduação Normal Superior, habilitação em magistério na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foi criado através da Resolução CEPE/UEMS nº 131, de 6 de outubro de 1999. (OLIVEIRA, 2009, p. 6).

⁴³ “Para melhor funcionamento o curso foi organizado em dois pólos: Campo Grande, formado pelos municípios de Campo Grande, Jardim, Coxim, Miranda e Paranaíba; e Dourados, formado pelos municípios de Dourados, Amambai, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã agregando a estes os municípios circunvizinhos.” (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Tabela 10 - Formação inicial dos professores que estão atuando junto à rede de educação básica segundo dez municípios selecionados do estado de Mato Grosso do Sul, 2009.

Municípios	Sem licenciatura	GRADUADOS				Total
		UEMS	IES públicas	IES privadas	IES/outros estados	
Amambai	36*	104	8	97	37	282
Aparecida do Taboado	-	5	6	10	78	99
Bela Vista	-	-	-	-	-	**
Bonito	-	-	-	-	-	**
Campo Grande	8	22	195	1.612	69	1.906
Chapadão do Sul	-	-	-	-	-	**
Naviraí	5	68	17	167	39	296
Paranaíba	10	36	10	84	101	241
Paranhos	32	2	4	54	19	111
São Gabriel do Oeste	-	8	27	139	56	230

Fonte: SEMED; GEMED.

*35 são professores indígenas.

**Municípios não informaram os dados.

Na Tabela 10 verifica-se que, em Amambai, os professores formados na UEMS representam 36,87% dos docentes que estão em serviço na rede municipal de educação do município. Também, destaca-se que logo em seguida estão os professores formados em IES privadas que representam 34,39% do total de professores. Em Aparecida do Taboado um percentual de 5,05% dos professores são formados na UEMS e 78,78% nas IES de outros estados. No município de Campo Grande 1,15% são graduados na UEMS e 84,57%, nas IES privadas. Naviraí tem um total de 22,97% dos professores formados na UEMS e 54,41%, nas IES privadas. No município de Paranaíba 14,93% dos professores são formados na UEMS, 41,90%, nas IES de outros estados e 34,85%, nas IES privadas. Em Paranhos 1,80% dos docentes são graduados na UEMS e 48,64%, nas IES privadas. No município de São Gabriel do Oeste 3,47% são formados na UEMS e 60,43%, nas IES privadas.

Pode-se observar que todos os municípios contam com docentes formados na UEMS, sendo que em Amambai, Naviraí e Paranaíba há os maiores percentuais de professores formados por essa instituição, em relação às outras categorias, uma vez que há Unidades da UEMS localizadas nesses municípios.

É interessante observar que é expressivo o número de professores formados nas IES privadas, considerando que dos sete municípios que apresentaram informações completas em

quatro há um maior número de docentes graduados nessas instituições. Também se pode observar que nos municípios que fazem fronteira com o estado de São Paulo, como Aparecida do Taboado e Paranaíba, é significativo o número de professores formados em outros estados. Esses dados corroboram estudos nacionais que apontam para uma tendência presente na sociedade brasileira em que a formação de professores está sendo implementada pelas faculdades privadas (FREITAS, H. 2007). Nesse sentido, observa-se que a presença da universidade pública no interior do estado, como ocorre no município de Amambai, abre possibilidades de a formação de professores estar centrada no lócus de formação público, onde estaria *a priori* a maior qualidade da educação superior (CUNHA, 2004).

Quanto aos professores sem licenciatura, observa-se que Amambai e Paranhos apresentam maiores índices. Amambai justifica esse quadro, uma vez que há a presença marcante de professores indígenas, que atuam junto às escolas municipais localizadas nas reservas indígenas do município que, em virtude de suas características históricas, tiveram difícil acesso à educação escolarizada.

Cabe ressaltar que a UEMS, conforme os dados da Tabela 10, cumpre sua missão de interiorização, focando principalmente a formação inicial dos professores para a educação básica do estado de Mato Grosso do Sul. Além da formação inicial oferecida por meio do ensino, a UEMS realiza também a extensão e a pesquisa, conforme mencionado.

Nesse sentido, na LDB/1996 em seu Art. 43, que trata da finalidade da educação superior, é explicitado, em seu inciso VII, que esse nível de ensino deve “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Em consonância com esse artigo, no Regimento Geral da UEMS o ensino, a pesquisa e a extensão são tratados como funções básicas da instituição e, conforme explicitado em seu Art. 74, “serão exercidas de modo indissociável e obedecerão a uma política geral de prioridades, voltada, em princípio, para a realidade sul-mato-grossense, sem prejuízo da liberdade acadêmica e sem perder de vista o contexto universitário mundial”.

A extensão universitária na UEMS está normatizada por meio das Resoluções⁴⁴

⁴⁴ RESOLUÇÃO COUNI-UEMS Nº 289, de 9 de novembro de 2005. Estabelece a Política da Extensão Universitária no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº 579, de 14 de dezembro de 2005. Estabelece as Normas Gerais de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº 580, de 14 de dezembro de 2005. Normatiza o desenvolvimento das ações de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS-PROEC, p. 25, 36 e 59).

COUNI-UEMS Nº 289/2005, CEPE-UEMS Nº 579/2005 e CEPE-UEMS Nº 580/2005. As ações de extensão da UEMS são desenvolvidas de diversas formas, ou seja, por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos, inseridos nas Áreas Temáticas de Extensão Universitária. Conforme a Resolução CEPE-UEMS Nº 580/2005, Projeto de Extensão Universitária é o “conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, com objetivo definido, mediante ações sistematizadas”. Os projetos podem ser permanentes ou com prazo mínimo de oito meses, sendo seis meses de ação com o público alvo. Cabe salientar que os projetos visam “articular os processos formativos e de produção de conhecimento e possibilitar ações interativas entre a universidade e a sociedade”.

Como se pode verificar nos documentos mencionados, a extensão universitária é uma função importante na universidade, quando pretende demonstrar a sua articulação com a sociedade. Especificamente em relação à extensão, procura-se analisar a relação da universidade com a educação básica por meio dos projetos de extensão da UEMS direcionados a esse nível de ensino.

Na Tabela 11 busca-se verificar a ação da UEMS na sociedade sul-mato-grossense, especialmente em relação à educação básica nos municípios onde se encontra a presença física da universidade. Nesse sentido, busca-se nos projetos de extensão analisar a contribuição que essa instituição tem proporcionado à educação básica na formação continuada de professores, na aprendizagem dos alunos e na melhoria da qualidade educacional nos municípios onde a UEMS está localizada.

Ressalta-se que no documento Plano Nacional de Extensão é apresentado como linhas programáticas da extensão a formação continuada, entendida, nesse documento, como: “Processos de qualificação profissional (educação continuada – educação permanente), de caráter seqüencial e planejada a médio e longo prazos, articulada ao processo de trabalho do profissional; educação permanente” (COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001, p. 13). No entanto, não foram encontrados projetos articulados dentro dessa linha diretiva.

Tabela 11 – Projetos de extensão das Unidades Universitárias da UEMS, área da educação, no período⁴⁵ de 2001 – 2007.

Unidades Universitárias	Número de projetos (2001-2007)	Público Diretamente Atingido (P.D.A.) (2001-2007)	Total de Professores das redes municipal, estadual e privada – 2008 (Ens. Fund. e Médio)	Número de alunos do Ensino Fundamental e Médio (redes municipal, estadual e privada), 2007
Amambai	10	1.060	473	7.457
Aquidauana	-	-	461	10.531
Campo Grande	7	2.543	9.080	154.313
Cassilândia	22	5.762	322	3.991
Coxim	17	1.306	420	7.035
Dourados	72	22.527	2.186	39.621
Glória de Dourados	8	609	205	1.797
Ivinhema	23	4.176	319	4.049
Jardim	19	710	382	5.747
Maracaju	13	1.940	465	7.091
Mundo Novo	1	25	217	3.471
Naviraí	7	559	510	9.376
Nova Andradina	12	3.325	659	9.803
Paranaíba	23	2.407	550	7.806
Ponta Porã	1	45	1.160	20.838
Total	235	46.994	17.409	292.926

Fonte: PROEC/UEMS/INEP/IBGE/Cidades@

Os projetos quantificados na Tabela 11 são aqueles ligados à área da educação cadastrados na Divisão de Extensão da UEMS, conforme Anexo 1, constante no final deste trabalho.

No período de 7 anos foram realizados 235 projetos de extensão na área educacional com os mais diversos temas. Na maioria dos municípios são oferecidos dois projetos em média por ano. Pode-se observar que nas 15 Unidades existe um público de professores e alunos do ensino fundamental e médio totalizando mais de 300.000 pessoas.

Pode-se observar que os temas dos projetos de extensão estão relacionados a diversas temáticas, não estando vinculados a linhas diretivas ou programas de extensão institucionais. Segundo o documento Plano Nacional de Extensão, programas de extensão são entendidos como: “Conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum” (COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001, p. 15).

Os temas tratados nos projetos de extensão da área de educação foram: aprendizagem

⁴⁵ A UEMS não tem dados catalogados dos projetos realizados no período anterior a 2001, o que inviabilizou o fornecimento desses dados no período de realização da presente investigação.

de algumas disciplinas, como por exemplo, nas áreas de Matemática, Português e Biologia, como forma de reforço escolar. Foram realizados também, projetos voltados para a formação continuada, alfabetização, meio ambiente, sexualidade, diversidade, leitura e produção de textos, brinquedoteca, formação de bibliotecas, estudos de PCN's e Planos de Educação (municipal e estadual), cinema, arte e informática na educação.

Alguns projetos, embora possam trazer vínculos indiretos para a educação básica, estão focados em áreas específicas do conhecimento na própria educação superior. Esses projetos somam um total de 13, o que faz um percentual de 5,53%. Esses projetos podem ser exemplificados a seguir: “Capacitação para psicólogo perito examinador de trânsito”; “Ensino de espanhol básico para profissionais de restaurantes, hotelaria e turismo em Dourados”; Espanhol para profissionais de comércio de Dourados”; “Francês instrumental”; “Poesias na terceira idade”; “Curso preparatório para mestrado e doutorado para afro-descendentes indígenas”; “Inglês para viagem”; “Ações estratégicas para implantação da EAD na UEMS”; Programa Rede de saberes: permanência de indígenas no ensino superior”; “Curso preparatório para ingresso de estudantes indígenas no ensino superior/ MEC/SESu/PROEXT/UEMS”; “A permanência do estudante indígena na UEMS: uma proposta de ação”; “Laboratório de Ciências do Turismo”; Literatura, leituras & reflexões: projetos de capacitação para pós-graduação”; “Na tela do cinema, a mulher brasileira: imagem, discurso e preconceitos”.

De forma geral, observa-se que os projetos de extensão estão relacionados em sua maioria aos cursos oferecidos nas Unidades, como por exemplo na unidade de Cassilândia, que oferece os cursos de graduação em Matemática e Letras. Os projetos estão voltados para assuntos dessas áreas, ou seja, Língua Inglesa, Português e Matemática. Outro exemplo é a Unidade de Aquidauana, com cursos de Agronomia e Zootecnia, que não ofereceu projetos na área educacional.

Em síntese, pode-se constatar que em todas as Unidades da UEMS em que há a oferta de cursos de licenciatura são oferecidos à rede educacional municipal projetos de extensão direcionados à educação básica, que *a priori* oportunizaria a participação da comunidade local, especialmente dos professores e alunos. Até mesmo na Unidade de Ponta Porã em que não há a oferta de cursos de licenciatura, há oferta de um projeto de extensão nessa área, que tem como tema: “Matemática para as séries iniciais”.

Dessa forma, observa-se que há iniciativas por parte da UEMS em estabelecer articulação com a educação básica. O que se observou é que não há projetos permanentes ou

programas institucionais voltados para a melhoria da educação básica, ou mesmo para a educação continuada de profissionais para essa área.

Além dos projetos de extensão, a UEMS oferece também projetos de pesquisa. A pesquisa na UEMS está regulamentada pela Resolução CEPE-UEMS nº 553/2005⁴⁶. Conforme o Regulamento do Programa de Pesquisa da UEMS, têm-se como objetivo estimular a pesquisa destacando-se, entre outros, a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pela universidade; a minimização das disparidades regionais na distribuição da competência científica no País e a participação de alunos nos projetos.

Os projetos de pesquisa da UEMS deverão ser originais, ter relevância e viabilidade técnica, podendo participar deles os professores e alunos da instituição além de colaboradores de outras instituições. Os projetos poderão ser apresentados nas categorias⁴⁷ “projeto UEMS”, “projeto interinstitucional” e “projeto vinculado a Programa de Pós-Graduação”.

Assim, realizou-se uma análise dos projetos de pesquisa da UEMS, buscando verificar, por meio das ações de pesquisa, a contribuição da instituição com a educação básica dos municípios. Nesse sentido, busca-se identificar nexos com a área de educação nos projetos de pesquisa cadastrados na Divisão de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação⁴⁸ dessa instituição, conforme Anexo 2, constante no final deste trabalho. Cabe ressaltar que nessa análise, surgiram alguns questionamentos como: Quais projetos estão relacionados com a melhoria da educação básica? Como a UEMS, por meio desses projetos, busca atingir sua missão institucional, melhoria da educação básica? Não pretendendo responder a essas questões, mas buscando trazer contribuições para a reflexão sobre os nexos entre a educação superior e os bons resultados do Ideb, apresenta-se o mapeamento dos projetos de pesquisa desenvolvidos no período de 1998 a 2007.

Nesse sentido, a UEMS, durante 10 anos, realizou nos cursos de licenciatura da

⁴⁶ RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº 553, de 22 de setembro de 2005. - Homologa a Deliberação nº 004, de 8 de setembro de 2005, da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que aprova o Regulamento do Programa de Pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e revoga a Resolução CEPE-UEMS Nº 363, de 25 de março de 2003, com alterações. Disponível em: <<http://www.uems.br/propp/conteudopesquisa/normatizacao.htm>>. Acesso em: 25/10/2009.

⁴⁷ RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº 553/2005: Art. 13. Os projetos de pesquisa poderão ser apresentados nas seguintes categorias: I - projeto UEMS, do qual participa(m) pesquisador(es) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; II - projeto interinstitucional, coordenado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, do qual participa(m) pesquisador(es) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e de outra(s) instituição(ões); III - projeto interinstitucional, coordenado por outra instituição, com participação de pesquisador(es) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; IV - projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador(es) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, vinculado a Programa de Pós-Graduação.

⁴⁸ A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: “responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle, supervisão e avaliação das atividades de pesquisa e pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/propp.php>>. Acesso em: 05/11/2009

instituição, um total de 282 projetos de pesquisa, sendo que 121, que perfazem um total de 42,90%, estão relacionados à área da educação. São projetos com temas diversos, sendo que 19% estão diretamente relacionados à formação de professores, aprendizagem e qualidade da educação. Como por exemplo, sobre essas temáticas, selecionaram-se alguns temas como: “Aprendizagem significativa em Matemática: uma proposta para formação continuada para os educadores em Matemática” (Cassilândia); “Formação de professores e Prática Pedagógica” (Dourados); “O computador como recurso tecnológico no processo de aprendizagem de Matemática” (Glória de Dourados); “Investigação, coleta e confecção de Materiais Didático-Pedagógicos (MDP) e Atividades de Matemática para o Ensino Fundamental” (Glória de Dourados); “A formação inicial no curso de Pedagogia: uma análise na perspectiva política” (Ivinhema); “Programa de formação continuada de educadores, parâmetros em ação no estado de Mato Grosso do Sul: um estudo do pretendido e do alcançado” (Maracaju); “Matemática e Biologia: Um relacionamento científico que pode contribuir para eficiência no processo ensino aprendizagem” (Naviraí); “Matemática e Biologia: Um relacionamento científico que pode contribuir para eficiência no processo ensino aprendizagem” (Nova Andradina); “TV Escola - Uma estratégia para a melhoria da qualidade na educação” (Paranaíba) e “O professor e a sala de aula: o que fundamenta a sua prática docente?” (Ponta Porã).

Pode-se verificar que a maioria dos projetos está relacionada às áreas específicas do conhecimento. Especificamente, são 57,10% dos projetos que não estão relacionados com a área educacional propriamente dita, como é o caso de 161 projetos, que focam áreas específicas dentro dos cursos de licenciatura, como por exemplo: “Algebras de *Lie* com estruturas complexas”; “Decaimento exponencial da energia para um tipo de equações hiperbólicas”; “As comunidades de peixes e a qualidade da água em trechos do rio Corumbataí-SP”; “Estudo químico das folhas de uma espécie de *Cinnamomum* (Lauraceae) que ocorre no município de Japorã-MS”. Verifica-se que esses projetos tratam da área de Química, Matemática e Biologia, relacionados aos cursos ofertados nas Unidades da UEMS, mas não tratam da formação de professores. Assim, acredita-se que esses projetos trouxeram pouca contribuição aos bons resultados do Ideb.

Há que se ressaltar que alguns projetos têm como foco empírico outros espaços que não o estado de Mato Grosso do Sul, como é o caso dos projetos: “As comunidades de peixes e a qualidade da água em trechos do rio Corumbataí-SP”; “Ecologia Alimentar de *Serrapinnus notomelas* (Characiformes, Cheirodontinae), na Região de Desembocadura do Rio Paranapanema com o Reservatório de Jurumirim, SP”; “Hematologia, biometria, taxa de

micronúcleos e teor de compostos organoclorados em peixes da bacia hidrográfica do Piracicaba”; “Biologia populacional comparativa do caranguejo *Sesarma rectum* Randall, 1840 (Crustacea, Decapoda, Grapsidae) em manguezais do litoral norte paulista”. Esse fato ocorre em virtude da UEMS incentivar o processo de titulação docente e adotar como uma das linhas de projetos de pesquisa os vinculados a programas de capacitação docente.

Em relação especificamente à formação continuada de professores pode-se mencionar que há um total de 3,90% de projetos de pesquisa, que são os seguintes:

- Amambai: “O aspecto formativo no uso do recurso audiovisual aplicado ao ensino e o papel desempenhado pelo professor no processo de formação do conhecimento”.
- Cassilândia: “Contribuição do curso de Matemática da UEMS para a formação de professores: concepções e avaliações de seus alunos. (1ª. Fase)”; “Professor : atuação em decorrência da formação” e “Aprendizagem significativa em Matemática: uma proposta para formação continuada para os educadores em Matemática”.
- Dourados: “Formação de professores e Prática Pedagógica”.
- Ivinhema: “Formação continuada do professor de Educação Física do Ciclo I do Ensino Fundamental - Dourados/MS. (1ª Fase)”; “A formação inicial no curso de Pedagogia: uma análise na perspectiva política. (1ª Fase)” e “A Dimensão Política na formação inicial: um novo olhar para a prática docente”.
- Maracaju: “Programa de formação continuada de educadores, parâmetros em ação no estado de Mato Grosso do Sul: um estudo do pretendido e do alcançado” e “Formação de professores: reflexões sobre os saberes docentes de alguns egressos (2002) do Curso de Pedagogia da UEMS”.
- Ponta Porã: “O professor e a sala de aula: o que fundamenta a sua prática docente?”.

Pode-se observar que do total de 15 unidades universitárias há projetos que tratam da formação de professores em apenas 6 Unidades, inclusive há um projeto em Ponta Porã, onde não há a oferta de cursos de licenciatura.

De forma geral, pode-se perceber que os projetos de pesquisa não estão articulados em uma linha de pesquisa institucional que leve em conta a formação de professores, ou a melhoria da educação básica no estado.

A duração dos projetos de pesquisa tem uma média entre um e dois anos. O público direto dos projetos são os professores pesquisadores, que assumem a função de coordenador

do projeto, os colaboradores e estagiários. Estes últimos são alunos vinculados aos cursos da UEMS.

Em uma análise mais global, pode-se perceber que o curso Normal Superior trouxe grandes contribuições para a formação inicial de professores em todas as unidades que serviram de polo para a sua oferta. No entanto na oferta de projetos de pesquisa deixou lacunas, uma vez que municípios em que serviu de base para a sua oferta deixou de desenvolver pesquisas em sua área de atuação.

Verifica-se que dos projetos de extensão ofertados, 94,47% estavam direcionados para a área educacional, tratando especialmente da educação básica. No entanto os projetos de pesquisa têm um percentual significativamente menor, uma vez que apenas 42,90% estão direcionados para essa área do conhecimento.

Em síntese, é possível observar que a UEMS tem grande potencial para influenciar os bons resultados do Ideb em suas três funções, que são o ensino, a extensão e a pesquisa. No entanto, observa-se que sua atuação está mais diretamente ligada aos bons resultados do Ideb no que se refere ao ensino, especialmente na formação de quadros de professores para a educação básica. No que se refere à pesquisa e à extensão ainda há necessidade de se estabelecerem políticas institucionais mais direcionadas para a melhoria da educação básica, uma vez que se constitui em um dos itens de sua missão institucional.

CAPÍTULO III

A INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL: SUA RELAÇÃO COM OS BONS RESULTADOS DO IDEB

Neste capítulo, objetiva-se identificar os nexos da interiorização da educação superior, por meio da UEMS, com os bons resultados do Ideb nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba⁴⁹.

Para tanto, em primeiro lugar descreve-se o que é e para que serve o Ideb. Em segundo lugar, caracterizam-se nos aspectos socioeconômico e educacional os dez municípios do estado de Mato Grosso do Sul com bons resultados no Ideb, conforme segue: Amambai, Aparecida do Taboado, Bela Vista, Bonito, Campo Grande (capital), Chapadão do Sul, Naviraí, Paranaíba, Paranhos e São Gabriel do Oeste. Em terceiro lugar, analisam-se os bons resultados do Ideb nos três municípios do interior do estado que conta com a presença da UEMS, com vistas a identificar possíveis nexos.

3.1. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

O Ideb constitui-se em uma ferramenta da política educacional em curso na implementação da melhoria da qualidade, na medida em que compõe uma das ações previstas

⁴⁹ Entre os dez municípios selecionados para esta pesquisa, Amambai, Naviraí e Paranaíba foram privilegiados neste capítulo por contarem com a presença física da UEMS.

no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estabelecido por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Segundo o documento intitulado “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, publicado pelo MEC, em 2007:

Com a Prova Brasil e o Educacenso estavam dadas as condições para a criação do IDEB, expresso numa escala de zero a 10. Com o novo indicador, o PDE procura superar algumas dificuldades do PNE em torno desta questão central: o tratamento dado à qualidade (MEC, 2008, p. 21).

O Ideb foi implementado em 2007, pelo INEP. Esse indicador é composto por dois componentes importantes para aferir a qualidade da educação: fluxo escolar⁵⁰ e médias de desempenho nas avaliações. Um dos fatores ressaltados pelo INEP é que “Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas” (INEP, 2009).

O cálculo do Ideb é realizado por meio de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP. O primeiro componente é obtido a partir do Censo Escolar⁵¹ que é realizado anualmente pelo INEP. O segundo é obtido por meio do SAEB⁵² (para cálculo dos Idebs das unidades da federação e nacional) e a Prova Brasil⁵³ (para Idebs dos municípios e suas escolas). O indicador mede a qualidade da educação numa escala de zero a dez.

Esse indicador de qualidade da educação ocorre de dois em dois anos, sendo que a primeira medição de dados foi levantada em 2005 e, posteriormente, em 2007. Nesse sentido,

⁵⁰ O fluxo escolar envolve as taxas de promoção, repetência e evasão escolar. Segundo o INEP (2004, p. 19): “Em um sistema educacional é possível avaliar a progressão dos alunos a partir das taxas de transição entre séries, isto é, para cada série existe um fluxo de entrada e de saída: fluxo de entrada: alunos promovidos (alunos na série s no ano m , que estavam matriculados no ano $m - 1$ na série $s - 1$) e alunos repetentes (alunos na série s no ano m , que estavam matriculados no ano $m - 1$, na série s); fluxo de saída: alunos promovidos à série seguinte (alunos na série $s + 1$ no ano $m + 1$, que estavam matriculados no ano m na série s), alunos repetentes (alunos na série s no ano $m + 1$, que estavam matriculados no ano m na série s) e alunos evadidos”.

⁵¹ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

⁵² O SAEB foi aplicado pela primeira vez em 1990. Os alunos fazem prova de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas). Avalia estudantes de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e também estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/ind.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=98>. Acesso em: 15 dez. 2009.

⁵³ A Prova Brasil foi criada em 2005. A prova avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas). Avalia apenas estudantes de ensino fundamental, de 4ª e 8ª séries e ao mesmo tempo avalia as escolas públicas localizadas em área urbana. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=98>. Acesso em: 15 dez. 2009.

o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e rede até o ano de 2022. O propósito do MEC é que o país alcance média 6,0 em 2022, equivalente à média dos países desenvolvidos, ou seja, “a fixação da média seis a ser alcançada considerou o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵⁴, quando se aplica a metodologia do Ideb em seus resultados educacionais” (INEP, 2009).

Com os dados da Tabela 12 podem-se visualizar os Idebs calculados até o momento e as projeções para o país até 2021.

Tabela 12 - Ideb 2005, 2007 e Projeções para o Brasil para 2021

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	4	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7
Estadual	3,9	4,3	4	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3	3,2	3,1	4,9
Municipal	3,4	4	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3	4,8
Privada	5,9	6	6	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3	5,6	5,6	5,6	7

Fonte: INEP.

Comparando os Idebs de 2005 e 2007, observa-se que no primeiro ano a média nacional foi de 3,8 nos anos iniciais do ensino fundamental passando para 4,2 no segundo ano avaliado. Pode-se observar ainda que a meta para 2007 tanto nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, quanto no ensino médio ultrapassaram as projeções. Verifica-se também que os Idebs das redes públicas estadual e municipal são menores que os da rede privada, esta última contendo uma nota seis nos anos iniciais do ensino fundamental e com índices bem próximos dessa média nos outros níveis de ensino.

O propósito do Brasil é alcançar a média 6,0 no Ideb até 2022 e, conforme se verifica entre as ações previstas no PDE, além do Ideb há um conjunto de ações que envolvem a busca

⁵⁴ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

da qualidade. Entre elas estão: a criação do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), a definição de um piso salarial para os professores e a formação de professores.

A formação de professores está focada em três estratégias distintas, uma vez que prevê a expansão das vagas nas universidades federais, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a formação de professores em cursos à distância junto à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ainda a edição do Programa PRODOCÊNCIA, voltado para o fortalecimento das licenciaturas nas universidades públicas brasileiras. Diante desse quadro, podem-se levantar algumas questões como: As escolas têm quadro de pessoal docente e administrativo qualificado? O que as universidades públicas estão fazendo para a melhoria da qualidade da educação básica? Qual a relação entre a educação superior e a educação básica? O que os resultados do Ideb podem explicitar sobre a relação da universidade pública com as instituições de educação básica?

Sem pretensão de responder ao conjunto de questões levantadas, mas buscando explicitar a complexidade existente no processo de melhoria da qualidade da educação básica, o presente trabalho apresenta algumas considerações sobre a temática, com vistas a engendrar o foco proposto neste capítulo ao buscar relacionar os resultados do Ideb de três municípios sul-mato-grossenses com a presença da universidade estadual que adotou a estratégia da interiorização como sua missão institucional.

Segundo o MEC (2009) “a partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC ofereceu apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino” e que “o aporte de recursos se deu a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação⁵⁵ e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR)⁵⁶”. O MEC ainda ressalta que os 5.563 municípios brasileiros aderiram a esse compromisso em 2008.

⁵⁵ O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, é um programa estratégico do PDE, e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

⁵⁶ O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que cada um dos 5.563 municípios do país deve fazer para um período de quatro anos — 2008 a 2011 —, como parte do PDE. O PAR é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, professores e da comunidade local. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=378>. Acesso em: 14 dez. 2009.

É importante ressaltar que o Ideb é apontado pelo INEP como uma ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁵⁷ para a educação básica, sendo um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação.

Considerando que todos os municípios do Brasil aderiram ao compromisso de elevar o nível da qualidade da educação é importante observar o desenvolvimento da educação em Mato Grosso do Sul, que se constitui no foco do presente trabalho.

Na Tabela 13 se podem verificar os Idebs nos 78 municípios do estado.

Tabela 13 - Idebs observados em 2005, 2007 e Meta para 2007 no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) nos municípios de Mato Grosso do Sul.

Municípios	IDEB Observado				Meta Projetada	
	2005		2007		2007	
	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
Água Clara	3,4	4,1	3,8	4,0	3,5	4,1
Alcinópolis	2,6	-	4,5	4,4	2,7	-
Amambai	2,9	3,2	3,9	3,6	3,0	3,3
Anastácio	2,8	-	2,8	-	2,9	-
Anaurilândia	3,0	-	4,0	-	3,1	-
Angélica	3,6	-	3,9	-	3,7	-
Antonio João	2,7	-	3,6	3,5	2,7	-
Aparecida do Taboado	3,8	-	4,4	-	3,9	-
Aquidauana	2,8	3,0	3,5	4,1	2,9	3,0
Aral Moreira	2,3	-	2,8	3,0	2,4	-
Bandeirantes	4,1	-	4,3	-	4,2	-
Bataguassu	3,7	-	3,9	-	3,8	-
Bataiporã	2,8	-	3,6	-	2,9	-
Bela Vista	2,7	-	3,5	3,7	2,8	-
Bodoquena	3,5	-	4,2	-	3,6	-
Bonito	2,3	2,4	3,9	3,5	2,5	2,5
Brasilândia	3,4	2,8	4,3	4,0	3,5	2,9
Caarapó	3,2	3,5	3,8	4,2	3,3	3,5
Camapuã	3,3	-	3,5	3,5	3,4	-
Campo Grande	4,2	3,7	5,1	4,5	4,3	3,8
Caracol	3,4	3,9	4,3	3,8	3,4	3,9
Cassilândia	3,8	-	4,1	4,0	3,8	-
Chapadão do Sul	3,9	4,0	4,4	4,3	4,0	4,1
Corguinho	2,8	-	4,0	3,7	2,8	-
Coronel Sapucaia	3,2	2,8	3,5	3,3	3,3	2,8
Corumbá	3,1	2,7	3,4	3,0	3,1	2,8
Costa Rica	3,6	-	3,9	3,8	3,7	-
Coxim	3,0	2,8	3,4	3,3	3,1	2,9

⁵⁷ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem como prioridade uma educação básica de qualidade. O PDE inclui metas de qualidade para a educação básica, as quais contribuem para que as escolas e Secretarias de Educação se organizem no atendimento aos alunos. Também cria uma base sobre a qual as famílias podem se apoiar para exigir uma educação de maior qualidade. O plano prevê ainda acompanhamento e assessoria aos municípios com baixos indicadores de ensino. Disponível em: <http://pde.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=115&Itemid=136>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Municípios	IDEB Observado				Meta Projetada	
	2005		2007		2007	
	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
Deodápolis	2,8	-	3,6	3,5	2,9	-
Dois Irmãos do Buriti	3,0	3,2	3,5	3,5	3,1	3,2
Douradina	-	-	3,9	-	-	-
Dourados	3,6	3,3	4,1	3,5	3,7	3,3
Eldorado	2,1	3,6	3,0	3,3	2,3	3,6
Fátima do Sul	3,4	-	4,3	-	3,5	-
Figueirão	-	-	-	-	-	-
Glória de Dourados	3,2	-	4,0	-	3,3	-
Guia Lopes da Laguna	3,2	3,7	3,5	3,9	3,3	3,7
Iguatemi	3,1	-	4,2	-	3,2	-
Inocência	3,0	-	3,8	-	3,1	-
Itaporã	3,9	-	4,5	-	4,0	-
Itaquiraí	2,7	-	3,0	-	2,7	-
Ivinhema	3,1	-	3,3	3,1	3,1	-
Japorã	2,9	2,6	2,4	2,9	3,0	2,7
Jaraguari	3,3	-	3,7	-	3,4	-
Jardim	3,5	3,8	3,9	3,7	3,6	3,8
Jateí	-	-	-	-	-	-
Juti	2,6	-	3,1	-	2,6	-
Ladário	2,9	2,9	3,3	3,3	3,0	2,9
Laguna Carapã	3,4	3,7	4,2	3,9	3,5	3,8
Maracaju	3,8	3,8	4,2	3,9	3,9	3,8
Miranda	2,8	3,0	3,1	3,3	2,9	3,0
Mundo Novo	2,0	-	2,8	2,2	2,2	-
Naviraí	3,9	3,8	4,4	4,2	4,0	3,8
Nioaque	2,9	-	3,1	3,5	2,9	-
Nova Alvorada do Sul	3,4	3,5	3,9	3,7	3,5	3,5
Nova Andradina	3,5	2,9	3,8	3,3	3,6	2,9
Novo Horizonte do Sul	2,6	3,0	3,0	2,3	2,7	3,0
Paranaíba	3,6	3,4	4,4	4,2	3,7	3,4
Paranhos	3,2	3,7	4,3	3,7	3,3	3,7
Pedro Gomes	3,4	-	3,7	-	3,5	-
Ponta Porã	3,3	2,7	4,0	3,7	3,3	2,8
Porto Murtinho	3,1	3,2	3,5	3,6	3,1	3,2
Ribas do Rio Pardo	3,3	3,9	3,7	3,7	3,4	4,0
Rio Brillhante	3,3	3,0	3,8	3,2	3,4	3,1
Rio Negro	-	-	4,1	3,7	-	-
Rio Verde de Mato Grosso	3,7	-	4,1	-	3,7	-
Rochedo	3,1	2,7	3,4	2,9	3,2	2,8
Santa Rita do Pardo	3,0	3,9	3,7	3,7	3,1	3,9
São Gabriel do Oeste	4,3	4,2	4,9	4,2	4,4	4,2
Selvária	3,1	-	4,0	-	3,2	-
Sete Quedas	3,0	-	3,0	3,6	3,1	-
Sidrolândia	3,7	3,5	4,0	3,8	3,8	3,5
Sonora	4,0	-	4,4	4,3	4,1	-
Tacuru	3,4	-	3,4	3,8	3,5	-
Taguarussu	3,6	-	3,2	4,1	3,7	-
Terenos	3,4	-	3,8	-	3,5	-
Três Lagoas	3,8	-	4,0	3,4	3,8	-
Vicentina	-	-	3,4	-	-	-

Fonte: elaborada com dados do INEP.

Na Tabela 13 pode-se observar que, no ano de 2007, nas redes escolares municipais, nos anos iniciais do ensino fundamental, em 67 municípios, considerados 74 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, a meta prevista foi superada, representando um percentual de 90,54%. Para os anos finais, de 36 municípios, 2 alcançaram e 27 superaram a meta prevista, representando 80,55%. Com esses dados pode-se considerar que tanto nos anos iniciais como nos anos finais do ensino fundamental das redes escolares municipais do estado, ocorreu uma significativa participação dos municípios no cumprimento da meta para melhoria da qualidade da educação no ano de 2007.

No entanto, esses dados, por si sós, não são garantidores da qualidade esperada.

3.2. Algumas características dos dez municípios selecionados

Os dez municípios tratados neste capítulo foram selecionados em virtude de apresentarem bons resultados do Ideb no contexto do estado, considerando os melhores resultados em 2007 e os maiores índices de variação positiva entre os anos de 2005 e 2007, conforme mencionado anteriormente. Esses municípios são: Amambai, Aparecida do Taboado, Bela Vista, Bonito, Campo Grande, Chapadão do Sul, Naviraí, Paranaíba, Paranhos e São Gabriel do Oeste.

Dessa forma, podem-se verificar na Tabela 14 tanto os municípios que apresentaram maior Ideb em 2007, como os municípios que apresentaram aumento do Índice, comparando os dados de 2005 e 2007.

Tabela 14 - Idebs observados em 2005, 2007 e Meta para 2007 no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) em dez municípios de Mato Grosso do Sul.

Municípios	IDEB Observado						Meta Projetada	
	2005	2007	VAR *	2005	2007	VAR*	2007	
	Anos iniciais	Anos iniciais		Anos finais	Anos finais		Anos iniciais	Anos finais
Amambai	2,9	3,9	1,00	3,2	3,6	0,40	3,0	3,3
Aparecida do Taboado	3,8	4,4	0,60	-	-	-	3,9	-
Bela Vista	2,7	3,5	0,80	-	3,7	-	2,8	-
Bonito	2,3	3,9	1,60	2,4	3,5	1,10	2,5	2,5
Campo Grande	4,2	5,1	0,90	3,7	4,5	0,80	4,3	3,8
Chapadão do Sul	3,9	4,4	0,50	4,0	4,3	0,30	4,0	4,1
Naviraí	3,9	4,4	0,50	3,8	4,2	0,40	4,0	3,8
Paranaíba	3,6	4,4	0,80	3,4	4,2	0,80	3,7	3,4
Paranhos	3,2	4,3	1,10	3,7	3,7	0	3,3	3,7
São Gabriel do Oeste	4,3	4,9	0,60	4,2	4,2	0	4,4	4,2

Fonte: elaborada com dados do INEP.

* Variação.

O Ideb de 2007 de todos os municípios, conforme Tabela 14, dos anos iniciais como dos anos finais do ensino fundamental superaram os índices verificados em 2005 assim como a meta prevista para 2007. Dessa forma, a presença desses municípios com bons Idebs, sugere a seguinte reflexão: Quais as características socioeconômicas desses municípios? Quais os dados educacionais presentes nesses municípios? Há características comuns entre esses municípios?

Acredita-se que ao responder a essas questões, se estará contribuindo com as explicações que possam vir a justificar as possíveis razões para esses bons resultados do Ideb.

Os municípios selecionados contam com uma população em média entre 10.000 a 30.000 habitantes, excetuando Campo Grande, capital do estado, com mais de 700.000 habitantes. São municípios considerados de pequeno porte, mas que representam 41,85% da população do estado, contando com Campo Grande. Eles ocupam uma área territorial de 42.493 km², o que significa 11,86% do território do estado. A Tabela 15 possibilita a visualização da área territorial e população dos municípios mencionados.

Tabela 15 – População e área territorial em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 1996 e 2007.

Municípios	População 1996	População 2007	Área territorial (km²)
Mato Grosso do Sul	1.927.834	2.265.274	358.158
Amambai	27.935	33.426	4.202
Aparecida do Taboado	16.959	19.819	2.750
Bela Vista	20.437	22.868	4.896
Bonito	15.252	17.275	4.934
Campo Grande	600.069	724.524	8.096
Chapadão do Sul	8.489	16.193	3.851
Naviraí	34.670	43.391	3.194
Paranaíba	37.594	38.969	5.403
Paranhos	10.232	11.092	1.302
São Gabriel do Oeste	14.585	20.524	3.865

Fonte: Elaborada com dados do IBGE.

A Tabela 16 apresenta alguns indicadores socioeconômicos desses municípios, de forma a contribuir para a análise desse processo.

Tabela 16 – Alguns Indicadores socioeconômicos em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 1991, 2000 e 2007.

Municípios	PIB (mil reais) (2007)	PIB <i>per capita</i> (mil reais) (2007)	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM- Educação, 1991	IDHM- Educação, 2000
Brasil	2.661.344.525	14.465	0,696	0,766	0,745	0,849
Mato Grosso do Sul	28.121.420	12.411	0,716	0,778	0,773	0,864
Amambai	305.263	9.132	0,693	0,759	0,699	0,810
Aparecida do Taboado	287.315	14.497	0,698	0,763	0,702	0,818
Bela Vista	170.469	7.454	0,709	0,755	0,769	0,843
Bonito	157.384	9.111	0,675	0,767	0,695	0,830
Campo Grande	8.944.688	12.346	0,770	0,814	0,857	0,915
Chapadão do Sul	450.419	27.816	0,752	0,826	0,801	0,885
Naviraí	532.385	12.269	0,696	0,751	0,721	0,824
Paranaíba	400.041	10.266	0,700	0,772	0,717	0,847
Paranhos	55.501	5.004	0,629	0,676	0,651	0,730
São Gabriel do Oeste	444.969	21.126	0,721	0,808	0,797	0,867

Fonte: IBGE; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH)

O PIB *per capita* de Mato Grosso do Sul, conforme a Tabela 16, está abaixo do nacional em 14,20%. Observa-se que dos dez municípios sete, inclusive a capital, estão com

um PIB *per capita* menor que o estadual, enquanto três municípios superam os valores estadual e nacional. Já o IDHM e o IDHM-Educação de 1991 e 2000 de âmbitos nacional, estadual e dos municípios tiveram uma elevação em relação aos anos em tela. Pode-se observar ainda que o IDHM e o IDHM-Educação do estado são maiores que os de âmbito nacional nesses mesmos anos. Os maiores IDHM e IDHM-Educação entre os municípios do interior são os de Paranaíba e os menores são os de Paranhos.

Em busca de caracterizar os municípios em relação à educação básica é imprescindível destacar alguns dados das escolas e da vida escolar como, por exemplo, o total de escolas existentes em cada município e os níveis de ensino oferecido. Nesse sentido na Tabela 17 podem-se visualizar essas situações da educação nos municípios.

Tabela 17 – Número de Escolas Municipais em dez municípios de Mato Grosso do Sul, na educação básica, 2009.

Municípios	Escolas		Níveis de Ensino		
	Urbanas	Rurais	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Amambai	6	5	X	X	-
Aparecida. do Taboado	8	-	X	X	-
Bela Vista	5	7	X	X	-
Bonito	6	2	X	X	-
Campo Grande	82	9	X	X	*
Chapadão do Sul	3	5	X	X	**
Naviraí	6	4	X	X	-
Paranaíba	5	3	X	X	-
Paranhos	2	3	X	X	-
São Gabriel do Oeste	5	-	X	X	-
Total Geral	128	38	-	-	-

Fonte: SEMED,s; GEMED; Censo Escolar/SED/MS

* Campo Grande: O Ensino médio é oferecido apenas na Escola Agrícola (rural).

** Chapadão do Sul: Na escola CEM Aroeira, é oferecido o Ensino Médio em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

Conforme a Tabela 17 observa-se que os municípios têm uma média entre 5 e 12 escolas, excetuando Campo Grande com um total de 91 escolas. Com exceção de Bela Vista, os outros municípios contam com mais escolas urbanas. Pode-se observar ainda que Aparecida do Taboado e São Gabriel do Oeste não possuem escolas rurais. Todos os

municípios oferecem na sua rede escolar, entre outros níveis⁵⁸, a educação infantil e o ensino fundamental.

Outro fator importante para a caracterização da educação nos municípios é o quantitativo de matrículas nas escolas municipais. Nesse sentido, a Tabela 18 demonstra o total de matrículas por município.

Tabela 18 – Matrículas no ensino fundamental, por dependência administrativa, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2007.

Municípios	Matrículas						Total
	1ª a 4ª séries			5ª a 8ª séries			
	M	E	P	M	E	P	
Amambai	2.683	1.001	49	1.460	1.108	80	6.381
Aparecida do Taboado	1.036	701	52	-	1.508	62	3.359
Bela Vista	1.598	825	180	940	1.101	191	4.835
Bonito	1.601	372	126	538	1.132	128	3.897
Campo Grande	39.183	12.193	9.247	30.160	20.011	8.322	119.116
Chapadão do Sul	1.183	217	164	920	323	135	2.942
Naviraí	2.447	1.360	190	1.604	1.720	205	7.526
Paranaíba	1.417	1.566	314	1.072	1.675	301	6.345
Paranhos	1.629	305	-	646	571	-	3.151
São Gabriel do Oeste	1.294	489	183	751	854	164	3.735

Fonte: Elaborada com dados do INEP.

Legenda: M=Municipal; E=Estadual e P=Privada.

Observa-se que na primeira etapa (1ª a 4ª séries) do ensino fundamental as matrículas nas escolas municipais são maiores que as estaduais. As matrículas nas duas etapas do ensino fundamental das escolas privadas não são significativas em relação às municipais e às estaduais. Os municípios têm um número maior de matrículas na primeira etapa em relação à segunda etapa (5ª a 8ª séries). Verifica-se que, na segunda etapa, em seis municípios do estado existem escolas estaduais com o número de matrículas maiores que as municipais, mas mesmo assim o número de matrículas destas últimas são expressivas.

No total geral das matrículas do ensino fundamental nos municípios do interior, conforme a Tabela 18, Naviraí tem o maior número e Chapadão do Sul, o menor. Já na primeira etapa o município de Amambai tem o maior número de matrículas enquanto Aparecida do Taboado tem um menor número de alunos matriculados. Entre os municípios do interior seis deles têm uma média de 3.000 alunos enquanto três deles têm uma média de

⁵⁸ Ver: Censo Escolar, disponível em:

<<http://www.sed.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=1381&show=2121>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

6.000. Nesse sentido, cabe ressaltar que são municípios considerados de pequeno e médio porte com uma população entre 11 a 43 mil habitantes.

Não se pretende fazer análise sobre o total de alunos que concluem o ensino fundamental nesses municípios, mas a título de informação pode-se visualizar o número de concluintes nesse nível de ensino na Tabela 19.

Tabela 19 – Concluintes no ensino fundamental, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2005.

Municípios	Concluintes
Amambai	157
Aparecida do Taboado	Dado não disponível
Bela Vista	116
Bonito	47
Campo Grande	4.673
Chapadão do Sul	141
Naviraí	217
Paranaíba	207
Paranhos	59
São Gabriel do Oeste	78

Fonte: Edudatabrasil/INEP

O total de funções docentes é outro fator importante na caracterização da educação nesses municípios. No presente capítulo, busca-se apontar o total de funções docentes, considerando o ano de 2007, ano em que foi verificado pela segunda vez o Ideb. Observa-se que em 2007, pelo quantitativo de professores das séries iniciais e finais do ensino fundamental das redes municipais, há um significativo número de docentes com formação superior, principalmente nas licenciaturas. A Tabela 20 auxilia na visualização da formação docente nos municípios selecionados.

Tabela 20 – Funções docentes, por nível e formação, rede municipal, em dez municípios de Mato Grosso do Sul, 2007.

Municípios	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
	C/ LIC	C/ GR	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total	C/ LIC	C/ GR	C/ EM	C/ NM	S/ EM	Total
A	67	5	15	21	4	112	59	7	3	4	2	75
AT	47	2	1	1	1	52	0	0	0	0	0	0
BV	67	3	6	21	3	100	57	2	5	7	1	72
B	39	5	3	23	0	70	27	2	1	5	0	35
CG	1.509	56	56	32	0	1.653	1.165	50	102	19	0	1.336
CS	43	4	1	4	0	52	39	1	0	0	0	40
N	58	2	1	12	0	73	77	2	0	0	0	79
PB	72	8	2	8	0	90	51	7	2	3	0	63
P	20	4	1	12	10	47	22	0	0	0	0	22
SGO	50	9	0	7	0	66	41	3	0	2	0	46

Fonte: Elaborada com dados Indicadores Demográficos e Educacionais/INEP

Legenda - Funções Docentes: c/lic - com licenciatura; c/gr - com graduação; c/em - com ensino médio; c/nm - com normal médio; s/em - sem ensino médio. Municípios: A – Amambai; AT – Aparecida do Taboado; BR – Bela Vista; B – Bonito; CG – Campo Grande; CS – Chapadão do Sul; N – Naviraí; PB – Paranaíba; P – Paranhos; SGO – São Gabriel do Oeste.

Analisando a Tabela 20, verifica-se que o número de funções docentes com formação superior especificamente nas licenciaturas é significativo em comparação às médias nacional e estadual. Segundo dados do Censo Escolar do INEP de 2007, o número de professores que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental no Brasil e no estado, respectivamente, é de 685.025 e 10.805, sendo 376.421 (54,94%) e 8.384 (77,59%) e, nas séries finais, os totais são de 736.502 e 10.466, sendo 540.496 (73,38%) e 8.778 (83,87%). Observa-se que o estado tem percentual maior que o nacional nas duas etapas do ensino fundamental. Pode-se verificar que os municípios sul-mato-grossenses selecionados têm um quadro de professores com licenciaturas bem significativo em termos percentuais comparativamente aos percentuais médios do Brasil, conforme Tabela 21.

Tabela 21 – Porcentagem das funções docentes, por nível e formação nas licenciaturas, rede municipal, em dez municípios de Mato Grosso do Sul (MS), 2007.

Municípios	Anos Iniciais do Ensino Fundamental			Anos Finais do Ensino Fundamental		
	Total	C/LIC	%	Total	C/LIC	%
Brasil	685.025	376.421	54,94	736.502	540.496	73,38
MS	10.805	8.384	77,59	10.466	8.778	83,87
Amambai	112	67	59,82	75	59	78,66
Aparecida do Taboado	52	47	90,38	0	0	0
Bela Vista	100	67	67	72	57	79,16
Bonito	70	39	55,71	35	27	77,14
Campo Grande	1.653	1.509	91,28	1.336	1.165	82,20
Chapadão do Sul	52	43	82,69	40	39	97,50
Naviraí	73	58	79,45	79	77	97,46
Paranaíba	90	72	80	63	51	80,95
Paranhos	47	20	42,55	22	22	100
São Gabriel do Oeste	66	50	75,75	46	41	89,13

Fonte: Elaborada com dados Indicadores Demográficos e Educacionais/INEP

Legenda - c/lic - com licenciatura

Foi possível observar que há variação discrepante entre os percentuais de formação com licenciatura entre os professores que atuam nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, sendo que os percentuais inferiores encontram-se entre os docentes que atuam nos anos iniciais. Esse fato é justificado uma vez que até 1996, com a aprovação da LDB, e ainda hoje⁵⁹, embora como forma de exceção⁶⁰, a formação de professores em nível médio (magistério) qualifica para esse nível de ensino, enquanto que para os anos finais do ensino fundamental a qualificação era dada em nível de graduação, mesmo que considerada licenciatura curta⁶¹.

Mas, pode-se observar que, embora não seja determinante na definição dos bons resultados do Ideb, há uma simetria entre os aspectos econômicos e os percentuais de qualificação docente. Os municípios com os menores índices de renda *per capita*, apresentados na Tabela 16, também apresentam os menores percentuais de qualificação docente, que são os municípios de Amambai, Bela Vista, Bonito e Paranhos.

⁵⁹ O art. 61 da LDB, com redação dada pela Lei nº 12.014/2009, informa que: “Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio”.

⁶⁰ Segundo o art. 87 da LDB: “É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...]§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

⁶¹ Nesse sentido, ver Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Cabe ressaltar que o município de Paranhos destaca-se devido a apresentar uma porcentagem inferior a 50% de professores com nível superior nas séries iniciais do ensino fundamental e, por outro lado, tem 100% de docentes qualificados nesse nível atuando nas séries finais. Nesse município verifica-se que 25,53% dos professores das séries iniciais têm formação no curso normal de nível médio, conforme Tabela 20. Esse dado corrobora as explicações que têm como base os efeitos da LDB, especialmente quando se observa a confluência dos artigos 61 e 87 junto aos sistemas de ensino.

No quadro de professores desses municípios pode-se observar, conforme Tabela 10 do Capítulo II, que os municípios relacionados contam em sua rede municipal com o seguinte quantitativo de professores formados na UEMS:

- Amambai – foram 104 professores formados;
- Naviraí – foram 68 professores formados;
- Paranaíba – foram 36 professores formados;
- Campo Grande – foram 22 professores formados;
- São Gabriel do Oeste – foram 8 professores formados;
- Aparecida do Taboado – foram 5 professores formados,
- Paranhos – foram 2 professores formados.
- Os municípios de Bela Vista, Bonito e Chapadão do Sul não apresentaram informações estatísticas sobre esses dados, embora tenham mencionado, nas entrevistas realizadas com os gestores educacionais desses municípios, que há professores formados na UEMS em suas redes de ensino.

Nesse sentido, pode-se observar que há professores formados pela universidade pública estadual em todos os municípios selecionados. Também, observa-se que o maior número de professores formados está nos municípios em que há a presença física da universidade, como é o caso de Amambai, Naviraí, Paranaíba e Campo Grande.

De forma geral, constatou-se que os municípios com bons resultados do Ideb estão entre os com densidade demográfica de 11 a 43 mil habitantes, excetuando Campo Grande. Pode-se observar que esses municípios se situam na média dos municípios do estado uma vez que 52,56% dos municípios estão concentrados nessa faixa populacional. Há 39,74% de municípios com menos de 11 mil habitantes e 7,69% de municípios com mais de 44 mil

habitantes.

Pode-se constatar que municípios de médio a pequeno porte no estado de Mato Grosso do Sul apresentaram melhores condições para o resultados do Ideb, uma vez que 9 dos 10 municípios selecionados estão entre os 41 municípios com densidade demográfica na faixa de 11 a 43 mil habitantes. Apenas o município de Campo Grande tem densidade demográfica entre os 6 municípios com população superior a 44 mil habitantes. Nenhum município que se localiza entre os 31 com população abaixo de 11 mil habitantes encontra-se na amostra dos municípios com bons resultados do Ideb.

Estudos sobre a eficácia escolar apresentam dados semelhantes quando se refere a pesquisas sobre escolas. Nesse sentido, Lee (2008) informa que “Em todos os casos, nossos resultados favorecem escolas que são menores do que a maioria das escolas de ensino médio dos EUA. Os resultados indicam que as escolas que recebem menos de mil alunos representam contextos que são especialmente eficazes e eqüitativos” (p. 291).

A autora, ainda afirma que:

[...] parece haver um ponto de equilíbrio. As escolas devem ser grandes o suficiente para oferecer um currículo digno de crédito, mas pequenas o suficiente para que os membros da escola possam conhecer bem uns aos outros. Escolas pequenas funcionam como comunidades. [...]. Entretanto, nossos resultados de uma amostra grande e nacionalmente representativa de escolas de ensino médio sugerem que o aprendizado é limitado em escolas muito pequenas ou muito grandes. (LEE, 2008, p. 293).

É possível inferir que redes escolares de pequeno a médio porte, portanto, ligadas a municípios com densidade demográfica entre 11 mil a 43 mil habitantes, quando cotejadas com os parâmetros do estado de Mato Grosso do Sul, apresentam condições mais propícias para bons resultados do Ideb.

Há que se destacar que a UEMS tem 66,67% de suas unidades instaladas em municípios com população que variam de 11 a 43 mil habitantes. Há ainda 26,67% de unidades instaladas em municípios com população acima de 44 mil habitantes e apenas 6,66%, ou seja uma unidade, instalada em município com menos de 11 mil habitantes.

Em termos quantitativos, ainda pode-se observar que a presença da UEMS concentra-se nos municípios com densidade demográfica acima de 44 mil habitantes, uma vez que dos

seis municípios com essa característica no estado há a presença da UEMS em quatro deles⁶², o que representa um percentual de 66,67% dos municípios maiores atendidos. A presença da UEMS em município de médio porte representa um percentual de 24,39% de municípios atendidos, enquanto que o percentual de atendimento a municípios com densidade demográfica inferior a 11 mil habitantes é de 3,22%.

Esses dados são interessantes na medida em que explicitam condições mais favoráveis presentes nos municípios com maiores densidades demográficas para os bons resultados do Ideb, uma vez que contam de forma mais efetiva com a presença de instituição de educação superior⁶³. No entanto, a presença de instituição de educação superior, por si só, não é garantia de bom resultado no Ideb no município.

Outro ponto a ser destacado, refere-se aos fatores socioeconômicos, na medida em que eles não justificam, por si sós, os bons resultados do Ideb, uma vez que se pode observar discrepâncias entre municípios com os melhores resultados do Ideb e com indicadores socioeconômicos abaixo das médias nacional e estadual como é o caso dos municípios de Paranhos e Bonito. No entanto, vale ressaltar que os três municípios, entre os selecionados, que apresentaram índices socioeconômicos acima das médias nacional e estadual apresentaram os melhores resultados do Ideb tanto em 2005 quanto em 2007, que são os municípios de Aparecida do Taboado, Campo Grande e Chapadão do Sul.

Esses dados problematizam artigos de jornais que divulgam informações que refutam as implicações econômicas como fatores intervenientes nos resultados do Ideb, como é o caso da matéria “A sabedoria que o dinheiro não compra”, publicada no Correio Brasiliense, em 9 de janeiro de 2010.

Os dados apresentados destacam a formação de professores como fator interveniente nos bons resultados do Ideb. Os municípios selecionados apresentam percentuais de titulação docente acima da média nacional, para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Apenas o município de Paranhos tem percentual inferior a média nacional para essa etapa.

Nesse sentido, foca-se o papel da UEMS, especificamente, nos municípios em que

⁶² Os dois municípios com densidade superior a 44 mil habitantes em que não há a presença da UEMS são Corumbá e Três Lagoas. Lembra-se que em 1994 foi instalada uma unidade da UEMS em Três Lagoas, sendo desativada, posteriormente, conforme Resolução CEPE/UEMS nº 040/1996. (PDI-2009-2013, p. 12-13).

⁶³ Nesse sentido, ver Tabela 7 que consta no capítulo 1.

existe a presença física da instituição⁶⁴, no sentido de explicitar a sua atuação mais direta, uma vez que se observou a presença de professores formados por essa instituição em todos os municípios selecionados.

3.3. A presença da UEMS nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba

Entre os municípios selecionados com bons resultados do Ideb pode-se observar que há a presença de instituições de educação superior em 24 municípios do estado. No entanto, entre os 10 municípios selecionados com bons resultados do Ideb observou-se a presença de instituição de educação superior, pública e/ou privada em 7 municípios.

Desses sete municípios constituirão como foco empírico do presente estudo os municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba, onde há a presença da UEMS desde 1994, com cursos de licenciatura, tendo tido turmas formadas a partir de 1998. Os municípios de Chapadão do Sul, Bela Vista, Bonito e Campo Grande não serão referenciados, pois apesar da presença de instituição de educação superior, há fatores que os descaracterizam do estudo. Campo Grande se constitui na capital do estado, o que descaracteriza o interesse do presente estudo em avaliar o processo de interiorização da educação superior. Os cursos foram implantados, nos outros três municípios, após o ano de 2006 o que não oferecia condições de contribuir com a formação de professores para o cômputo do Ideb realizado nos anos de 2005 e 2007. Especificamente, em Bonito e Chapadão do Sul, os cursos ofertados são de bacharelados, e, portanto não forma professores, o que traria contribuições para o bom resultado do Ideb.

Nesse sentido, explicitam-se os nexos entre a presença da UEMS e os bons resultados do Ideb nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba. Ressalta-se que entre os dez municípios selecionados para esta pesquisa, em relação ao Ideb das redes escolares municipais com mais de mil alunos nas séries iniciais do ensino fundamental regular (até a 4ª série), Amambai se constitui no 3º e Paranaíba no 5º melhor resultado no índice de variação positiva considerando os anos de 2005 e 2007 e Naviraí se constitui no 3º melhor resultado considerando o Ideb de 2007.

⁶⁴ O presente estudo tem como centro de suas análises o processo de expansão das instituições de educação superior, pela estratégia da interiorização. Portanto, apesar de haver a presença da UEMS na capital do estado, Campo Grande não se constituirá como ponto empírico do presente estudo.

3.3.1. A Unidade Universitária da UEMS em Amambai

O município de Amambai foi fundado em 28 de setembro de 1948 por meio do Decreto-Lei nº 131. Amambai está localizada na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai. Sua distância de Campo Grande, capital do estado, é de 346 km e de Dourados, sede da UEMS é de 188 km. O município ocupa uma área de 4.258 km² e segundo o censo demográfico do IBGE, de 2007, possui uma população de 33.426 habitantes. Segundo dados obtidos no *site* da cidade (2009), o município conta com três aldeias indígenas com uma população de mais de 7.000 habitantes.

A base econômica do município de Amambai é a agropecuária, contando também com demais setores como indústria, comércio e serviços (IBGE/Cidades@, 2009).

Segundo o *site*⁶⁵ da Prefeitura Municipal de Amambai, o sistema educacional no município é formado por nove escolas e quatro Centros de Educação Infantil da rede municipal, seis escolas da rede estadual, duas escolas da rede particular, um Centro de Educação Infantil e uma Escola Especial – filantrópicos, na educação superior uma universidade pública – UEMS e uma faculdade privada – Faculdades Integradas de Amambai (FIAMA).

A implantação da unidade universitária da UEMS em Amambai ocorreu em 1994 simultaneamente com as outras 14 unidades da instituição. O primeiro vestibular foi realizado em julho de 1994 com o oferecimento de 50 vagas no curso de Letras – Habilitação em Português/Espanhol. Em 1994 apenas o curso de Letras foi oferecido para o município com a justificativa de que “A necessidade social do curso justifica-se pela necessidade de atendimento à demanda de professores habilitados para o ensino de 1º e 2º graus na região” (TEBET, 1996, p. 22).

A Unidade de Amambai oferecia um curso no município em 2007. No Quadro 3 podem-se observar os cursos oferecidos desde a implantação da Unidade Universitária na cidade de Amambai.

⁶⁵ Ver *site*: <<http://www.pmamambai.com.br/>> Acesso em: 20 dez 2009.

Quadro 3 – Cursos oferecidos na Unidade Universitária de Amambai, período de 1994 a 2007.

Cursos	Situação dos Cursos		Concluintes 1998 - 2007
	Extinto de 1994 a 2007	Em funcionamento em 2007	
Ciências – Habilitação Matemática	X	-	51
História	-	X	39
Letras – Habilitação Português/ Espanhol	X	-	96
Matemática	X	-	46
Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	X	-	117
Normal Superior Indígena – Habilitação em Magistério na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino	X	-	12

Fonte: Elaborada com dados do NULEN/DRA/UEMS

Pode-se observar que desde 1994 foram oferecidos seis cursos em Amambai, que resultaram num total de 361 alunos egressos. O curso Normal Superior teve o maior número de concluintes, totalizando um percentual de 32,40%, seguido de Letras, com 26,59%.

Constatou-se que do total de 361 egressos, no período de 1998 a 2007, foi incorporado à rede municipal de educação de Amambai um total de 104, conforme dados apresentados no Quadro 3. Esses dados permitem projetar um aproveitamento direto de 28,80% dos profissionais egressos da UEMS para a rede municipal de educação de Amambai.

Destaca-se que a UEMS ofertou o Curso Normal Superior e o Curso Normal Superior Indígena destinados à formação de professores em serviço.

O índice de professores titulados em Amambai é de 59,82% nos anos iniciais do ensino fundamental; é de 78,66% nas séries finais do ensino fundamental, o que está abaixo das médias nacional e estadual para os anos iniciais do ensino fundamental e abaixo da média estadual para os anos finais do ensino fundamental, apesar da atuação da UEMS no processo de formação de professores, uma vez que chega a casa dos 28,80% de incorporação junto à rede, além de um número total de formandos. No entanto, segundo informações dos gestores educacionais do município⁶⁶, o problema maior na formação de professores em Amambai concentra-se na formação de professores indígenas, que devido as suas características

⁶⁶ Foram realizadas entrevistas junto aos secretários de educação das três últimas gestões (2000 – 2003; 2004 – 2007; e da atual iniciada em 2008) e de seus assessores no dia 20 de agosto de 2009, pela equipe de pesquisadores do estudo intitulado “Bons resultados do IDEB: fatores explicativos”. Os dados das entrevistas foram disponibilizados sob a forma de transcrições escritas e de gravações, pela coordenada, em Mato Grosso do Sul, prof^a Dr^a Dirce Nei Teixeira de Freitas

históricas e às dificuldades de acesso à escolarização, abaixa a média da rede municipal. Lembra-se que o município de Amambai conta com três reservas indígenas com um total de 7 mil habitantes.

A Unidade da UEMS de Amambai desenvolve as mesmas atividades acadêmicas que ocorrem em sua sede, tendo como referencial uma única missão institucional, que se volta para a contribuição para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade da educação básica.

De forma geral, em Amambai a UEMS busca a formação e qualificação dos professores para atuarem junto à rede de educação básica, por meio da oferta de cursos de graduação na modalidade de licenciatura. A instituição, ainda desenvolve atividades de pesquisa e extensão junto à Unidade de Amambai. Nesse sentido buscou-se analisar os projetos de pesquisa e extensão que foram desenvolvidos no período de 1998 a 2007, no sentido de explicitar nexos dessas atividades junto aos bons resultados do Ideb.

Segundo informações coletadas junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UEMS foram desenvolvidos dez projetos de extensão na unidade de Amambai, conforme se pode verificar no Anexo 1. Observa-se que desse total de projetos, um era na área de formação de professores, tratando especificamente da “prática de produção de leitura de textos”; cinco projetos referenciam a educação escolar indígena; dois eram ligados à educação de jovens e adultos, e outros dois projetos focavam reforço escolar na área de Matemática.

Destaca-se que apenas um projeto, intitulado “Ensino básico da língua guarani” foi reeditado. Todos os demais foram realizados em um único período de oferta. A média de tempo de duração dos projetos é de 14 meses, com uma média de realização de três projetos por ano.

Pode-se observar que o interesse central dos projetos não estava ligado à formação de professores, uma vez que apenas um projeto focava a formação continuada de professores, embora todos os cursos ofertados na unidade fossem de licenciatura. A área de concentração dos projetos estava ligada à questão indígena.

O tratamento dos projetos desenvolvidos concentrava-se diretamente nos alunos, por meio de reforço escolar, preparação para vestibular, alfabetização dos jovens e adultos, e, mais diretamente a comunidade indígena. Não se buscava atuar junto a entes multiplicadores das ações.

Outro ponto a ser destacado está na autonomia dos projetos, sem a preocupação com sua articulação sob a forma de um programa institucional voltado para a formação continuada de professores ou mesmo para a melhoria da qualidade da educação básica, uma vez que se constitui em um dos eixos presentes na missão institucional. Dessa forma, infere-se pela ausência de uma política institucional que seja capaz de implementar a missão de melhoria da educação básica, pelo viés da extensão.

Ainda, nesse sentido, verificou-se que alguns projetos estavam ligados a programas nacionais, desenvolvidos pelo MEC como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) e o Programa Diversidade na Universidade, também conhecido como Projeto Inovador de Curso (PIC).

Em relação aos projetos de pesquisa desenvolvidos na Unidade de Amambai foram nove cadastrados na Divisão de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEMS, no período de 1998 a 2007, conforme Anexo 2. Desses projetos apenas um tratava da formação de professores, intitulado “O aspecto formativo no uso do recurso audiovisual aplicado ao ensino e o papel desempenhado pelo professor no processo de formação do conhecimento”. Os demais projetos focaram temas relacionados à literatura, à avaliação de sustentabilidade, às questões relacionadas à reforma agrária e a assentamentos rurais, e outros dois projetos não se referem à Unidade de Amambai. Os projetos desenvolvidos por docentes de Amambai sem vínculo com a cidade eram: “Biologia populacional comparativa do caranguejo *Sesarma rectum* Randall, 1840 (Crustacea, Decapoda, Grapsidae) em manguezais do litoral norte paulista”; e “Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Central/ Campo Grande: aplicação da técnica DELFOS”.

Pode-se observar que não há política institucional de pesquisa voltada para a formação de professores ou mesmo para a melhoria da qualidade da educação básica na Unidade de Amambai. Embora todos os cursos ofertados sejam de licenciatura, os projetos focaram as áreas específicas da literatura, como: “O funcionamento das proposições simples no processo de organização das cantigas de amigo de Dom Diniz”, “Uma análise da morte através do romance de cavalaria: *arts muriendi* na literatura medieval”, e “História Medieval - uma proposta de análise pelo viés literário”; na área de avaliação de sustentabilidade o projeto tratava da “Avaliação da sustentabilidade da indústria do couro no MS.”; na área da reforma agrária e assentamento rural, os projetos desenvolvidos foram: “A posse da terra e a fixação do homem no campo e sua relação com as origens dos assentados”, e “A gênese do assentado e sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária”.

De forma geral, pode-se perceber uma incompatibilidade entre os projetos de extensão e os projetos de pesquisa desenvolvidos nessa Unidade. Enquanto o foco das atividades de extensão está relacionado às questões indígenas, os projetos de pesquisa tratam de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, pode-se problematizar sobre o atendimento da relação de indissociabilidade entre pesquisa e extensão tratada no art. 207 da Constituição Federal⁶⁷ e na Política Nacional de Extensão, que define extensão como “[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (RENEX, 2007).

Dessa forma, observa-se que os projetos de pesquisa foram incipientes no trato com as questões voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica e/ou mesmo da formação de professores. Em síntese, pode-se inferir que os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos, em seus aspectos de dinamicidade, sistematização e teor da área atendida, não viabilizaram bases de articulação entre a universidade e as instituições de educação básica locais, de forma a contribuir para os bons resultados do Ideb.

As ações efetivas realizadas ficaram a cargo das atividades de ensino, uma vez que contribuíram para a formação inicial e em serviço de profissionais para compor os quadros das redes de ensino de educação básica.

Na opinião dos gestores das escolas e da Secretaria Municipal de Educação de Amambai foram apontadas várias razões e iniciativas para o alcance dos bons resultados do Ideb. Entre essas razões e iniciativas encontram-se a formação inicial e continuada de professores. A formação continuada, segundo os gestores, ocorre por meio de projetos da Secretaria de Educação, pelos coordenadores, parcerias com universidades e principalmente pelos programas do MEC. Nesse sentido, os programas mencionados pelos gestores, entre outros, são os seguintes: o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA)⁶⁸; o Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental em Língua

⁶⁷ O art. 207 da Constituição Federal reza que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

⁶⁸ O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa) é um curso de aprofundamento da Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC) destinado a professores e formadores, orientado pela concepção profissional do professor e pelo conjunto de saberes que ele adquiriu desde a condição de aluno, de maneira teórica ou experiencial. O curso se orienta pelo objetivo de desenvolver as competências profissionais necessárias a todo professor que ensina a ler e escrever. Por intermédio desse projeto serão oferecidos meios para criar um contexto favorável para a construção de competências profissionais e conhecimentos necessários a todo professor que alfabetiza. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

Portuguesa e Matemática (GESTAR)⁶⁹ e o Pró-Letramento⁷⁰. Segundo os gestores, são vários os projetos oferecidos às escolas, sendo que, em sua maioria, estão vinculados ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

Pode-se observar pela manifestação dos gestores que a formação de professores é uma das razões que justificam os bons resultados do Ideb. E, nesse ponto, pode-se observar que a UEMS trouxe contribuições efetivas por meio da oferta de cursos de licenciatura e de especialização.

Segundo uma das gestoras da educação de Amambai, que permaneceu na Secretaria Municipal de Educação no período de 1997 a 2004, houve parceria com a UEMS por meio de projetos para capacitação de professores. Outro gestor comentou que no período de 1998 a 2000 a educação do município contava com a parceria da UEMS, principalmente na formação de professores, e que a partir desse período a formação ficou mais por conta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁷¹ e outros programas do MEC. O que os gestores apontam também como a principal parceria foi o convênio do curso Normal Superior. Ressalta-se que se comenta também sobre outros cursos e que a universidade implantou na cidade, como os cursos de Letras, Matemática e História. Entretanto, ainda há uma falta de professores em outras áreas como, por exemplo, Física e Química. Outra relação da UEMS com a educação básica do município ocorre com os alunos estagiários da universidade nas escolas municipais.

Os gestores apontam que houve projetos da UEMS no município, apesar de que não identificaram quais projetos e comentaram mais sobre a formação dos professores por meio do curso Normal Superior. Para eles, esse curso fortaleceu a educação no município.

Quanto aos professores que atuam na educação básica no município, segundo os gestores, existem muitos docentes, talvez a maioria, formados nas Unidades da UEMS, assim como nos cursos oferecidos na cidade, ou seja, Letras, História, Matemática e Normal

⁶⁹ O Gestar é um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial. De 2001 a 2003, atuou na formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental — primeiro ao quinto (GESTAR-I). Em 2004, a formação estendeu-se aos professores das séries finais — sexta à nona (GESTAR-II). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11074:formacao-do-professor-programa-ampliado&catid=211>. Acesso em: 14 dez. 2009.

⁷⁰ O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12346:pro-letramento-apresentacao&catid=301:pro-letramento&Itemid=698>. Acesso em: 14 dez. 2009.

⁷¹ Explicita-se que o gestor está se referindo às ações desenvolvidas pelo MEC para estudos junto aos professores de educação básica para o conhecimento e a implementação dos PCNs, como era o caso do Programa PCN em Ação.

Superior. Nesse sentido, pode-se constatar que existem 104 docentes formados na UEMS, ou seja, 55,61% que atuam na rede municipal de educação de Amambai de um total de 187 professores, conforme Tabela 20.

Para os gestores municipais, a UEMS contribuiu para os bons resultados do Ideb no município, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, uma vez que mencionam a parceria da UEMS, por meio de seus docentes, no processo de capacitação de professores. Acredita-se que essa parceria ocorra de forma mais esporádica, com a participação de docentes por meio de palestras e pequenos cursos, durante as capacitações⁷² promovidas pela Secretaria Municipal. Esse fato demonstra um processo de articulação entre universidade e instituição de educação básica. Mas, para tratar dos programas mais amplos e sistemáticos na formação continuada de professores, os gestores referem-se às ações do Ministério da Educação, como o GESTAR, Pró-Letramento e Parâmetros em Ação.

Ao cotejar os projetos de extensão desenvolvidos pela UEMS com as informações dos gestores pode-se constatar a participação esporádica dos professores da UEMS, uma vez que não há nenhum projeto ou programa sistemático de parceria entre universidade e instituição de educação básica focado no atendimento e na melhoria da educação básica no município.

Pode-se considerar que o principalnexo da UEMS com os bons resultados do Ideb no município de Amambai está na formação inicial e na formação em serviço de professores, uma vez que os dados são significativos, especificamente 55,61% dos professores que estão atuando na rede municipal foram formados pela UEMS. No entanto, as ações voltadas para a pesquisa e a extensão podem ser consideradas incipientes, carecendo de maior articulação e bases institucionalizadas em seu PDI.

3.3.2. A Unidade Universitária da UEMS em Naviraí

O município de Naviraí obteve sua emancipação político-administrativa por meio da Lei Estadual nº 1.944, de 11 de novembro de 1963, deixando de ser um distrito de Caarapó. A cidade de Naviraí localiza-se no sul do estado de Mato Grosso do Sul com uma distância de 355 km de Campo Grande, capital do estado, e a 131 km de Dourados, sede da UEMS. A área territorial do município é de 3.194 km² e segundo dados demográficos do IBGE de 2007 foi

⁷² Adota-se o termo “capacitação” para tratar da formação continuada de professores, pois se trata da expressão utilizada pelos gestores entrevistados.

registrada uma população de 43.391 habitantes.

Ainda, com base nos dados do IBGE, referentes à base de dados Cidades@, é possível observar que a economia do município é baseada no setor produtivo, ou seja, nas várias empresas e cooperativas de grande porte como na produção de açúcar, álcool e fios de algodão, além das indústrias frigoríficas. A geração de renda também se encontra na agricultura, com o plantio de mandioca, soja, milho, trigo, arroz, girassol, algodão e principalmente cana-de-açúcar e na pecuária, com a criação de gado.

Segundo o *site*⁷³ da Prefeitura Municipal de Naviraí a rede municipal de ensino é composta por seis escolas, dois Centros de Educação Infantil e duas creches municipais. Na educação superior conta-se com as seguintes instituições: UEMS, UFMS, FINAV, UNIDERP-interativa e UNIGRAN-Net.

Em Naviraí a Unidade Universitária da UEMS foi implantada em 1994 simultaneamente com as outras 14 Unidades da instituição. O primeiro vestibular foi realizado em julho de 1994, com o oferecimento de 50 vagas para o curso de Ciências – Habilitação em Matemática. Observa-se que apenas um curso foi oferecido em 1994 para o município com a justificativa de que “A necessidade de professores habilitados na área justifica a implantação do curso e atende a expectativa da comunidade” (TEBET, 1996, p. 31).

A Unidade Universitária da UEMS em Naviraí oferecia dois cursos no município em 2007. No quadro a seguir exposto podem-se observar os cursos oferecidos desde a implantação da Unidade Universitária na cidade de Naviraí.

Quadro 4 – Cursos oferecidos na Unidade Universitária de Naviraí, período de 1994 a 2007.

Cursos	Situação dos Cursos		Concluintes 1998 - 2007
	Extinto de 1994 a 2007	Em funcionamento em 2007	
Ciências – Habilitação Biologia	X	-	63
Ciências – Habilitação Matemática	X	-	50
Ciências Biológicas	X	-	42
Direito	-	X	26
Normal Superior – Hab. em Magistério na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	X	-	96
Química	-	X	40

Fonte: Elaborado com dados do NULEN/DRA/UEMS

⁷³ Os dados estatísticos sobre a educação de Naviraí constam no *site*: Disponível em: <<http://www.navirai.ms.gov.br/informacoes-e-estatisticas>>. Acesso em: 12 out. 2009.

O Quadro 4 demonstra que desde 1994 foram oferecidos seis cursos em Naviraí que propiciaram um total de 317 alunos egressos. O curso Normal Superior teve o maior número de concluintes, totalizando um percentual de 30,28% e Ciências – Habilitação Matemática, curso inicialmente almejado pela comunidade, com 15,77%. Cabe ressaltar que a UEMS ofereceu apenas um curso de bacharelado, o curso de Direito. Todos os demais cursos ofertados no município são na modalidade de licenciatura.

Observa-se que a UEMS ao ofertar cursos de licenciatura aproxima-se das instituições de educação básica. Conforme mencionado anteriormente, há 68 professores formados pela UEMS que estão atuando na rede municipal de educação de Naviraí, o que representa um total de 44,74% do total de 152 professores, conforme Tabela 20. Esses dados permitem afirmar que houve uma apropriação significativa de egressos da UEMS junto à rede de educação básica do município, o que sinaliza para uma efetiva contribuição da UEMS nos bons resultados do Ideb. Essa constatação emana da opinião dos gestores educacionais de Naviraí.

Na opinião dos gestores das escolas e da Gerência Municipal de Educação⁷⁴ (GEMED) de Naviraí⁷⁵, foram apontadas entre as razões e iniciativas para o alcance dos bons resultados do Ideb em 2007 a formação inicial e continuada de professores. Segundo os gestores, até o ano de 2000 havia um número expressivo de professores sem graduação, com formação em magistério, de nível médio. Por esse motivo, houve uma focalização nas medidas voltadas para a formação de professores, na graduação e na formação continuada. Os gestores ressaltam a parceria com a UEMS para a formação inicial de professores e de pós-graduação, nível de especialização. Também houve, por parte da GEMED, incentivo aos professores por meio da concessão de bolsas de estudos para os que se especializassem nas instituições privadas.

As informações dos gestores atestam que o município de Naviraí incentivou a formação de professores, tanto a inicial como a continuada. A formação continuada ocorreu principalmente por meio da pós-graduação, nível de especialização, e dos programas do MEC como por exemplo, o PROFA, o Gestar e o Pró-Letramento.

⁷⁴ A nomenclatura “Gerência Municipal de Educação” é utilizada no organograma geral do município para se referir ao órgão administrativo central para a área de educação no município, assemelhando-se ao padrão de Secretaria Municipal de Educação, comumente utilizado pelos municípios no estado de Mato Grosso do Sul.

⁷⁵ Foram realizadas entrevistas junto aos secretários de educação das três últimas gestões (2000 – 2003; 2004 – 2007; e da atual iniciada em 2008) e de seus assessores no dia 12 de maio de 2009, pela equipe de pesquisadores do estudo intitulado “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório dos fatores explicativos”, Os dados das entrevistas foram disponibilizados sob a forma de transcrições escritas e de gravações, pela coordenadora da equipe em Mato Grosso do Sul, prof^a Dr^a Dirce Nei Teixeira de Freitas.

A relação da UEMS com a educação básica de Naviraí é mencionada pelos gestores educacionais do município como parceira na formação de professores, referindo-se ao curso Normal Superior, e pelo uso do Laboratório de ciências da UEMS pelos alunos de aceleração do 6º ao 9º ano das escolas municipais.

Os gestores educacionais de Naviraí comentam que até o ano de 2000 o quadro de professores do município ainda contava com uma maioria de docentes que tinham apenas a formação do magistério. Para eles foi um grande desafio do município, entre outros, a formação de professores. Nesse sentido, segundo os gestores, a educação municipal investiu muito na capacitação e formação dos professores. Atualmente, todos os professores são graduados nas licenciaturas e uma maioria possui especialização. Esse fato é atribuído principalmente à parceria com a UEMS, referindo-se especialmente ao curso Normal Superior.

Em relação aos projetos da UEMS no município, os gestores citaram apenas o Projeto Tereré, que está relacionado à formação de jovens e adultos, como interessante e que formou muitos jovens em Naviraí.

Nesse sentido, buscam-se na UEMS os projetos de extensão realizados nesse município para análise da relação entre esse instituição e a educação básica de Naviraí. Os projetos de extensão cadastrados na Divisão de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UEMS, perfazem um total de sete, conforme consta no Anexo 1. Pode-se observar que os projetos, em sua maioria, estão ligados ao Curso de Química que é oferecido pela Unidade Universitária desse município. Especificamente, dos sete projetos, cinco são ligados ao ensino de Química e dois ao estudo dos PCN's.

Assim, constata-se que dos sete projetos de extensão da Unidade de Naviraí, dois referem-se à formação de professores, intitulados “Capacitação dos professores do Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos) na área de ciências naturais com ênfase em química” e “Capacitação dos professores do ensino fundamental (1º ao 4º ciclo) na área de ciências naturais com ênfase em química”; há dois projetos relacionados aos PCN's e três são focados no ensino de Química. Cabe ressaltar que os dois projetos de formação de professores focam a área de Química.

Pode-se observar que apesar da UEMS em Naviraí ter oferecido cinco cursos de licenciaturas entre os anos de 1994 a 2007, os projetos para formação de professores foram realizados por um desses cursos, estando relacionados à experimentação em laboratório, como

se pode verificar pelos projetos intitulados “Experimentação no Ensino de Química”, “Ensino de Química através de Laboratório” e “Show da Química”.

Cabe ressaltar que todos os projetos de extensão realizados na Unidade estavam relacionados ao ensino, inclusive houve dois projetos específicos para formação continuada de professores, realizados no período de 2001 a 2003, editados uma vez cada um.

A média de duração dos projetos é de 24 meses de realização, com oferta, em média, de dois projetos por ano.

Por meio dessas informações, pode-se inferir que a articulação entre a universidade e as instituições de educação básica no município de Naviraí tem se constituído efetivamente por meio da formação inicial e em serviço de professores. Esse dado é observado tanto no percentual de professores formados pela UEMS vinculados à rede de educação que se constitui em 44,74%, quanto pela entrevistas com os gestores municipais, que reforçam a parceria por meio do curso Normal Superior e da utilização do laboratório de Ciências.

Ao cotejar as informações fornecidas pelos gestores municipais com os projetos de extensão realizados, observa-se sincronia. A Unidade de Naviraí da UEMS centrou suas atividades junto à área de Química, centrando parte de suas atividades na experimentação e no uso de laboratório, tanto para os dois projetos ligados à capacitação de professores, quanto nos demais projetos que intitulavam: “Experimentação no Ensino de Química”, “Ensino de Química através de Laboratório” e “Show da Química”.

Em relação aos projetos de pesquisa cadastrados na Divisão de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEMS, no período de 1998 a 2007, eles perfazem um total de 11, conforme constam no Anexo 2.

Nos projetos de pesquisa observa-se que nenhum está relacionado diretamente à formação de professores, uma vez que se trata de cursos de licenciatura. No entanto há cinco projetos voltados para o ensino-aprendizagem e o estudo da escola, intitulados: “Tecnologias computacionais: o uso da informática na escola pública e a qualidade do ensino-aprendizagem”, “Matemática e Biologia: Um relacionamento científico que pode contribuir para eficiência no processo ensino-aprendizagem”, “Análise de Softwares Educacionais”, “Representação plana no ensino da geometria”, “O terreno pantanoso da leitura e da cidadania: estudo sobre uma escola pública de Naviraí-MS”.

Há dois projetos de pesquisa que não tratam do município de Naviraí, os quais são “As comunidades de peixes e a qualidade da água em trechos do rio Corumbataí-SP” e “Estudo

fitoquímico de plantas medicinais e aromáticas do Cerrado e Pantanal de Mato Grosso do Sul”. Os outros quatro projetos estão voltados para áreas específicas da Biologia e Química, intitulados “Estudo Químico das Folhas e da casca do caule de *Guarea Kunthiana* A. Juss”; “Valorização do serviço de coleta de lixo: o caso de Naviraí-MS”, “Análise sócioambiental em área urbana: o caso da ocupação das margens do Córrego do Touro em Naviraí-MS” e “Estudo das interações elétron-fônons e elétron-elétron e materiais cerâmicos: determinação das propriedades termodinâmicas”.

Pode-se observar que dos onze projetos desenvolvidos na Unidade de Naviraí, cinco projetos focaram diretamente a preocupação com a educação básica, o que representa um percentual de 45,45%. Embora se trate de um número significativo, observa-se um maior entrosamento entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na Unidade.

Em síntese, pode-se inferir que a Unidade de Naviraí da UEMS vem estabelecendo formas de articulação com as instituições de educação básica, mesmo que não ocorra sob a forma de política expressa em bases institucionalizadas. As ações realizadas até o momento, sob a forma de projetos de ensino, extensão e pesquisa permitem aferir que a presença da universidade pública tem as condições de bases materiais capazes de influenciar bons resultados do Ideb.

3.3.3. A Unidade Universitária da UEMS em Paranaíba

O município de Paranaíba foi criado pela Lei nº 05, de 10 de julho de 1857. Localizada ao leste do estado de Mato Grosso do Sul, a cidade encontra-se a uma distância de 410 km de Campo Grande, capital do estado, e 628 km de Dourados, sede da UEMS. Segundo dados demográficos do IBGE, de 2007, o município conta com uma população de 38.969 habitantes, sendo sua área territorial de 5.403 km².

A economia do município é formada pela agropecuária e pelo comércio. Na agricultura, produz entre outros, mandioca, milho, soja e cana-de-açúcar. A base econômica principal é a pecuária, com uma produção em 2007 de 494.208 cabeças de bovino e 233.339 de aves, conforme dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2009).

O município conta com um sistema educacional formado por 2 Centro de Educação Infantil e 8 escolas da rede municipal, 6 escolas da rede estadual e 2 Centros de Educação Infantil (CEI) e 4 escolas da rede privada, conforme dados do Censo Escolar de 2008 da

Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul (SED). Na educação superior Paranaíba conta com a UEMS, UFMS, Faculdade Integradas de Paranaíba (FIPAR) e Universidade Virtual Norte do Paraná (UNOPAR).

No município de Paranaíba, a Unidade Universitária da UEMS foi implantada em 1994 simultaneamente com as outras 14 unidades da instituição. O primeiro vestibular foi realizado em julho de 1994 com o oferecimento de 40 vagas para o curso de Direito. Cabe ressaltar que diferentemente dos municípios de Amambai e Naviraí, que justificavam a implantação de cursos de licenciaturas pela necessidade de formação de professores, Paranaíba ofereceu um curso de bacharelado. Assim, o município ofereceu apenas um curso com a justificativa de que “O desejo pelo curso de Direito foi manifestado em pesquisa realizada no município e região, referendada na inscrição do vestibular, 681 candidatos disputaram as 40 vagas oferecidas” (TEBET, 1996, p. 33). Cabe ressaltar que em Paranaíba foram implantados os cursos de licenciatura Normal Superior em 2000, Pedagogia em 2003 e licenciatura/bacharelado em Ciências Sociais em 2007.

A Unidade Universitária da UEMS em Paranaíba oferecia dois cursos no município em 2007. No Quadro 5 podem-se observar os cursos oferecidos desde a implantação da Unidade Universitária na cidade de Paranaíba.

Quadro 5 – Cursos oferecidos na Unidade Universitária de Paranaíba, período de 1994 a 2007.

Cursos	Situação dos Cursos		Concluintes 1998 - 2007
	Extinto de 1994 a 2007	Em funcionamento em 2007	
Direito *	-	X	316
Normal Superior – Hab. em Educação Infantil e Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	X	-	41
Pedagogia	-	X	53

Fonte: Elaborado com dados do NULEN/DRA/UEMS

* Curso de Direito(matutino e noturno).

O Quadro 5 demonstra que desde 1994 foram oferecidos três cursos em Paranaíba que propiciaram um total de 410 alunos egressos. O curso de Direito teve o maior número de concluintes, totalizando um percentual de 77,07%. Cabe ressaltar que a UEMS ofereceu inicialmente um curso de bacharelado, mas no decorrer dos anos foram criados cursos de

licenciatura. Dessa forma, observa-se que os cursos Normal Superior e Pedagogia formaram 22,93% do total de alunos egressos, o que se pode considerar que a necessidade de formação de professores ocorreu também nesse município.

Nas entrevistas, os gestores da educação de Paranaíba informam que há professores formados pela UEMS, principalmente nos cursos de Pedagogia e Normal Superior. Cabe ressaltar que os cursos mencionados pelos gestores são ofertados pela UEMS no município de Paranaíba.

Observa-se que a UEMS ao ofertar cursos de licenciatura aproxima-se das instituições de educação básica. Conforme já mencionado, há 36 professores formados pela UEMS que estão atuando na rede municipal de educação de Paranaíba, o que representa um total de 23,53% do total de 153 professores, conforme Tabela 20.

Apesar da formação inicial de professores ter ocorrido a partir de 2003, observa-se que houve uma apropriação de seus egressos junto à rede de educação básica do município, o que demonstra uma articulação entre a Unidade de Paranaíba da UEMS e as instituições de educação básica, que se constitui em um dos indicadores de nexos com os bons resultados do Ideb.

Na opinião dos gestores das escolas e da Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba⁷⁶ foram apontadas várias razões e iniciativas para o alcance dos bons resultados do Ideb do ano de 2007. Nesse sentido, como as possíveis razões e iniciativas para o resultado positivo no Ideb, foram apontadas a formação inicial e continuada dos professores. A formação continuada dos professores foi realizada pela Secretaria Municipal de Educação e por meio dos programas do MEC. Os programas do MEC mencionados pelos gestores, entre outros, são os seguintes: PROFA, Pró-Letramento; Olimpíadas de Matemática e Sala de Recurso.

Cabe ressaltar que, segundo os gestores, o município de Paranaíba tem também uma preocupação com os “alunos do campo”, ou seja, alunos da zona rural. Os gestores citaram que há mais de doze anos existe um projeto chamado “Educação no Campo”, no qual o município investe em transporte para alunos da zona rural mais próxima da cidade, em salas de computadores e salas de recursos, entre outras ações nas escolas do campo.

⁷⁶ Foram realizadas entrevistas junto aos secretários de educação das três últimas gestões (2000 – 2003; 2004 – 2007; e da atual iniciada em 2008) e de seus assessores no dia 06 de agosto de 2009, pela equipe de pesquisadores do estudo intitulado “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório dos fatores explicativos”. Os dados das entrevistas foram disponibilizados sob a forma de transcrições escritas e de gravações, pela coordenada da equipe em Mato Grosso do Sul, prof^a Dr^a Dirce Nei Teixeira de Freitas

De forma geral, na opinião dos gestores educacionais, as iniciativas e medidas que influenciaram os bons resultados do Ideb estão direcionadas às ações desencadeadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas ações desenvolvidas pelo MEC, pois pouco foi mencionado sobre a presença das universidades no município.

Especificamente, quando se questionou sobre o papel da UEMS na relação com os bons resultados do Ideb no município, os gestores mencionaram que há uma boa relação com essa universidade. Os gestores apontam como parcerias as ações desenvolvidas pela UEMS, ou seja, as capacitações, cursos e projetos realizados no município, como por exemplo sobre “Educação Infantil” e “Formação do Ensino Fundamental de nove anos”. Uma das ações recorrentes, mencionada pelos gestores, foi a parceria na “Conferência Intermunicipal de Educação”, na qual a UEMS é apontada como grande colaboradora. Pode-se perceber que a relação apontada pelos gestores está relacionada com os projetos desenvolvidos pela UEMS, a colaboração por meio de palestras e cursos ministrados pelos professores da universidade nos eventos e das atividades de pesquisa e estágio dos acadêmicos estagiários da instituição nas escolas municipais.

Os gestores mencionam que a UEMS tem projetos junto às escolas do município de Paranaíba, sem especificar quais; apontam para a formação de professores e para a sala de aula. Eles comentam que os coordenadores de cursos da UEMS verificam na escola os temas que precisam ser trabalhados. Pode-se perceber pelas entrevistas que os gestores estão preocupados com problemas de aprendizado dos alunos, quando solicitam à UEMS projetos voltados para a sala de aula.

Ao analisar os projetos de extensão constatou-se que foi a Unidade da UEMS que mais desenvolveu projetos, considerando os três municípios analisados. Ao todo foram realizados 22 projetos de extensão.

De todos os projetos desenvolvidos apenas um não estava direcionado para o município de Paranaíba, que se referia à “Educação Continuada de professores: pressupostos, princípios e estratégias para o desenvolvimento nas escolas Públicas Estaduais de Cassilândia”. Cumpre destacar que esse projeto foi desenvolvido também no município de Paranaíba. De forma geral, os projetos estavam todos direcionados para a educação básica, sendo que dois projetos focavam a educação infantil, que eram: “Ensino Fundamental de nove anos: reflexão, implementação e possibilidade” e “Educação Infantil: integração e formação sob o prisma de um novo contexto”.

A média de duração dos projetos de extensão na unidade de Paranaíba foi na ordem de 12 meses, apontando uma média de seis projetos por ano.

Entre as características dos projetos pode-se perceber que houve reedições de projetos em várias instâncias, como foi o caso dos projetos de formação continuada de professores, intitulados: “Programa de Formação Continuada para docentes da Educação Básica do Bolsão Sul-Matogrossense” editado por mais duas vezes, além de sua oferta diversificada sob os seguintes títulos: “Programa de Formação Continuada para docentes, coordenadores pedagógicos e diretores da Rede Municipal de Educação de Paranaíba”, “Educação Continuada: Metodologia, Didática e Fundamentos da Prática Docente nos Ciclos I e II do Ensino Fundamental”, “Programa - Grupos de Estudos de Docentes e Profissionais da Educação Básica do Bolsão Sul-Mato-Grossense”. Também houve oficinas de artes, educação física e literatura; ciclos de palestras; e grupos de estudo, conforme demonstram os títulos dos projetos a seguir expostos: “Oficinas de arte: produção de livros artesanais para crianças”, “Ensino de Línguas e Literatura nas Séries Iniciais: uma abordagem metodológica”, “Grupo de Estudo de Séries Iniciais II”, “Grupo de Estudo de Educação Física”, “Oficina de Arte”, “Cinema, Café e Filosofia” e “I Ciclo de Palestras: escola e sociedade”.

Embora os projetos tenham sido diversificados, tenham apresentado reedições, a nomenclatura dos projetos tenha apresentado conceitos amplos como “programa de formação continuada de professores”, os efeitos dos projetos de extensão não ecoaram de forma significativa na opinião dos gestores, uma vez que mencionaram a parceria com a UEMS, apenas quando questionados a esse respeito.

Em relação aos projetos de pesquisa realizados na Unidade de Paranaíba foram encontrados seis, sendo quatro direcionados para a área da educação básica e dois projetos com características de áreas específicas de bacharelados. Os projetos das áreas específicas de bacharelados foram: “A representatividade dos gêneros textuais nas práticas comunicativas”, e “Histórias de Vidas: construção da identidade dos parceiros do Assentamento Serra”. Os projetos na área de educação propriamente dita foram: “Contribuições da Disciplina IMC no desenvolvimento de um profissional pesquisador. (1ª. Fase)”; “TV Escola - Uma estratégia para a melhoria da qualidade na educação”; “Educação do campo: uma análise da prática avaliativa docente no projeto ‘Porteiras do Saber’”; “Educação para o campo: uma investigação na rede pública de Mato Grosso do Sul”.

Desses projetos ressalta-se uma articulação interessante uma vez que um dos docentes da UEMS se propõe, sob a forma de pesquisa, a análise do projeto “Porteiras do Saber” que

foi desenvolvido e implementado pela rede municipal de educação de Paranaíba, tendo posteriormente sido renomeado “Porteiras Abertas”.

Em síntese, pode observar que a efetivação da ligação da UEMS com os bons resultados do Ideb no três municípios analisados incide na formação inicial e em serviço de professores. A formação continuada vem ocorrendo de forma mais incipiente, sendo mais destacada nos municípios de Naviraí e Amambai sob a forma de cursos de especialização. Embora em Paranaíba tenha constado um número significativo de ações voltadas para a formação continuada de professores essas ações não foram destacadas pelos gestores como razões ou medidas que justifiquem os bons resultados do Ideb. A Secretaria Municipal de Educação de Paranaíba destaca como ações próprias e do MEC as atividades de formação continuada de professores no município.

Pode-se observar que as ações comuns realizadas nas três Unidades da UEMS analisadas têm como foco a oferta de cursos de licenciatura. As atividades de extensão e de pesquisa não possuem diretrizes institucionais que apontem para eixos de articulação ou linhas de pesquisa voltadas para a melhoria da educação básica, conforme estabelecido em sua missão institucional.

No entanto, observa-se que o desenvolvimento desses projetos de pesquisa e extensão, mesmo que de forma incipiente e aleatória vem possibilitando a articulação entre a universidade e as instituições de educação básica, o que sinaliza para possibilidades de construção de bases materiais para contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade da educação básica.

A educação superior interiorizada possui condições de articulação entre a universidade e as instituições de educação básica, especialmente em municípios de pequeno a médio porte, como os aqui analisados, capazes de estabelecer conexões diretas com a melhoria da educação básica, especialmente, aquela traduzida nos bons resultados do Ideb.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito a compreensão da relação entre o processo de interiorização da educação superior implementado pela UEMS e a qualidade da educação básica no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, buscou-se com esta investigação apreender possíveis contribuições da educação superior, interiorizada pela UEMS, para a educação básica em três municípios deste estado, que se configuram entre os dez com bons resultados do Ideb.

O problema que direcionou a pesquisa constituiu-se nos seguintes termos: Quais os nexos gerados pelo processo de interiorização da educação superior implementado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na qualidade da educação básica de municípios sul-mato-grossenses?

A hipótese levantada inicialmente incidiu na possibilidade de uma relação positiva entre a presença da UEMS, especialmente por meio da formação de professores, e os bons resultados no Ideb das redes públicas de ensino básico na qual essa instituição está inserida, tendo como parâmetro os estudos sobre eficácia escolar, que indicam que a formação docente em nível superior apresenta um impacto positivo no desempenho médio das redes de ensino (ALVES, 2008).

Diante desse contexto, buscou-se conhecer os nexos da educação superior com os bons resultados do Ideb, não só considerando o número de professores com ensino superior, mas

também observando o desenvolvimento das Unidades Universitárias localizadas no interior com atividades de pesquisa e de extensão, em uma perspectiva qualitativa.

Essa perspectiva de análise da educação superior associada à educação básica, proposta neste trabalho, é instigante na medida em que propicia a observação do contexto da educação superior interiorizada na busca por melhoria da qualidade da educação básica que, ao ser desvelado, permite contribuições nas reflexões sobre as políticas educacionais sob dois ângulos. Um ângulo permite visualizar o conceito de qualidade da educação superior que, ao interiorizar-se, se subjeta aos parâmetros de fragilização de seus indicadores, podendo ser associada ao conceito de “paroquialização” da educação superior (CUNHA, 2004). O outro ângulo permite sinalizar para o conjunto de questões que buscam compreender os efeitos do sistema descentralizado de educação, a partir de um processo de colaboração, previsto constitucionalmente, mas que está em processo de discussão no contexto da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE)⁷⁷.

Diante dos objetivos, problema e hipótese levantados nesta pesquisa podem-se verificar as considerações que seguem. Em primeiro lugar, foi possível caracterizar a interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul, no contexto da expansão nacional desse nível de ensino.

A literatura referenciada, os documentos legais analisados e os dados estatísticos computados sobre a expansão e a interiorização da educação superior, tema focalizado neste trabalho, propiciaram a compreensão do processo de expansão, especialmente no período de 1995 a 2002, quando há a aceleração da expansão e a da interiorização, que se caracterizaram pelo viés da privatização. Também, observou-se que, após os anos de 2003, houve alteração no processo de expansão e interiorização da educação superior, quando há uma inversão nos percentuais de crescimento, uma vez que as instituições de educação superior pública, particularmente as IFES, passam a ter taxas de expansão maiores do que as instituições privadas. Cabe ressaltar que os dados estatísticos apontam que nesse segundo período a expansão e a interiorização das IES privadas tiveram continuidade, porém, com percentuais significativamente inferiores ao verificado no primeiro período.

O processo de expansão e de interiorização da educação superior pública em Mato Grosso do Sul ocorreu de forma semelhante ao processo nacional. No entanto, apresenta

⁷⁷ Nesse sentido, ver a página institucional do MEC, no link CONAE, acessível no seguinte endereço eletrônico: < http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=38&Itemid=59>. Acesso em 05 fev. 2010.

algumas particularidades. Nesse sentido, destaca-se que das três universidades públicas instaladas no estado, duas, UEMS e UFGD, contam com sede no interior e a UFMS, com sede na capital do estado, possui *campus* e Unidades distribuídos no interior, assim como a UEMS. Dessa forma, todas as instituições públicas estão inseridas no interior do estado. Entretanto, foi possível inferir que esse processo de interiorização carece de maior articulação entre os órgãos gestores das políticas estaduais e federais. Constataram-se a sobreposição de instituições públicas em alguns municípios e regiões e a falta de oferta em outros. Ainda houve Unidades Universitárias previstas e não implantadas e outras implantadas e posteriormente desativadas, o que denota carência de planejamento e medidas colaborativas entre as esferas federal e estadual no delineamento da política de educação superior.

Em segundo lugar, este trabalho propiciou a contextualização do papel da UEMS na busca por melhoria da qualidade da educação básica no estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que essa instituição declara em sua missão institucional a preocupação em contribuir com a melhoria da educação básica. Essa preocupação ainda está manifesta em seus documentos organizacionais, como Regimento Geral, PDI e o Estatuto da Universidade.

Constatou-se que a UEMS proporcionou formação de professores para as redes de educação básica nos dez municípios com bons resultados do Ideb no contexto do estado de Mato Grosso do Sul. Encontraram-se professores formados pela UEMS atuando junto às redes de educação básica, mesmo nos municípios em que não há a sua presença física, como é o caso dos municípios de Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul e Paranhos, por exemplo.

Também, verificou-se que foram desenvolvidas ações de extensão e pesquisa voltadas para o desenvolvimento da educação básica, em todas as Unidades da instituição. Nesse sentido, pode-se inferir que há iniciativas por parte da UEMS em estabelecer articulação com a educação básica. Entretanto, pode-se observar por meio da análise dos dados fornecidos pela instituição sobre os projetos desenvolvidos no período de 1998 a 2007, que não há ações permanentes ou institucionais que foquem a melhoria da educação básica ou especialmente que tratem da formação continuada de professores. A elaboração e o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e de extensão são de iniciativa dos próprios docentes, sem a definição prévia de linhas ou temáticas de atuação prioritárias definidas pela instituição. A pós-graduação *stricto sensu* também não está direcionada para a formação de professores, nem mesmo voltada para a melhoria da qualidade da educação básica, uma vez que os cursos em desenvolvimento são: Mestrado em Agronomia: Produção Vegetal, ofertado na unidade de

Aquidauana, e Mestrado em Recursos Naturais, realizado na cidade de Dourados⁷⁸.

Em síntese, pode-se considerar que as contribuições da UEMS para a educação básica estão relacionadas ao fato de a instituição oferecer (2007):

- 14 Unidades Universitárias instaladas no interior
- 24 cursos de licenciatura distribuídos em suas Unidades Universitárias
- 1.000 vagas destinadas para cursos de licenciatura
- Ações de pesquisa e extensão de iniciativa dos docentes
- Pós-graduação *lato sensu*, de caráter rotativo, visando à formação continuada de docentes da educação básica.

Pode-se inferir, ainda, que as justificativas para a criação da Universidade no estado, objetivando a formação de profissionais para a educação básica, têm demonstrado efetividade nas medidas desenvolvidas para a formação de professores, considerando que de 1998 a 2007 a instituição graduou em seus cursos de licenciatura um total 4.268 alunos, sendo que desse total, 1.438 professores, ou seja, 33,69% foram formados pelo Curso Normal Superior, que se constituiu em um programa de formação de professores em serviço.

O terceiro aspecto analisado pela pesquisa constituiu-se na identificação dos nexos das ações institucionais da UEMS com os bons resultados do Ideb das redes de educação básica, nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba. Esses municípios se constituíram em foco da pesquisa, uma vez que estão relacionados entre os dez municípios com bons resultados do Ideb, e contam com a instalação de Unidade Universitária da UEMS.

Dessa forma, buscou-se nas ações da UEMS, nos municípios de Amambai, Naviraí e Paranaíba, verificar e analisar o relacionamento dessa instituição com a rede municipal de educação desses municípios. Para tanto, o trabalho foi direcionado para a coleta de dados nas escolas municipais e Secretarias Municipais de Educação ou órgão semelhante. Dessa forma, foi possível cotejar os efeitos das ações desenvolvidas pela UEMS com os dados e as opiniões dos gestores, técnicos e coordenadores das redes e escolas municipais.

Pela análise dos dados socioeconômicos dos municípios estudados, pode-se inferir que esses dados, por si sós, não geram qualidade, ou seja, não justificam os bons resultados do Ideb, uma vez que se observam discrepâncias desses fatores entre municípios analisados. No

⁷⁸ Nesse sentido, ver a página institucional da UEMS, no link “cursos de pós-graduação da UEMS”, acessível no seguinte endereço eletrônico: < <http://www.uems.br/portal/posgraduacao.php> >. Acesso em 02 fev. 2010.

entanto, os municípios com melhores Idebs estão entre aqueles com os melhores desempenhos socioeconômicos, o que implica afirmar que as questões econômicas, embora não sejam condicionadoras dos resultados verificados pelo Ideb são fatores imprescindíveis para os seus bons resultados. Nesse sentido, submergem outras variáveis, para além das condições socioeconômicas, como fatores explicativos dos bons resultados do Ideb.

Nesse sentido, destaca-se como fator observado o tamanho do município e da rede escolar, confirmando dados semelhantes apresentados por outras pesquisas (LEE, 2008). Assim, menciona-se que municípios de médio a pequeno porte no estado de Mato Grosso do Sul apresentam melhores condições para os bons resultados do Ideb, uma vez que 9 dos 10 municípios selecionados estão entre os 41 municípios do estado com densidade demográfica na faixa de 11 a 43 mil habitantes, o que denota possibilidades de maior articulação entre os órgãos centrais e as escolas.

É interessante também ressaltar que a UEMS tem 66,67% de suas unidades instaladas em municípios com população nessa mesma faixa habitacional. Entretanto, a presença de instituição de educação superior, por si só, não é garantia de bom resultado no Ideb no município. Isso se explica, uma vez que se pode constatar, a título de exemplo, que Coxim, Ivinhema e Maracaju, entre outros municípios do estado, que têm uma população nessa faixa habitacional e que contam com universidades públicas e privadas, inclusive a UEMS, não se situam entre os municípios com bons resultados do Ideb.

Pode-se mencionar que nos municípios selecionados para este trabalho, foi recorrente a menção à formação de professores como possível razão para o resultado positivo obtido no Ideb, tanto a formação inicial quanto a formação continuada. Especificamente sobre a formação continuada observou-se, nas entrevistas coletadas junto aos gestores educacionais municipais, que os projetos desenvolvidos pelo MEC foram os mais sinalizados, considerando as referências sobre as ações desenvolvidas pela UEMS.

Nesse sentido, pode-se constatar que a periodicidade e a dinâmica dos projetos de extensão e os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela UEMS não têm sido capazes de produzir os efeitos esperados no contexto institucional municipal. Os nexos da UEMS com os bons resultados do Ideb são estabelecidos por meio da formação inicial de professores.

O problema inicialmente levantado indagava: Quais os nexos gerados pelo processo de interiorização da educação superior implementado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na qualidade da educação básica de municípios sul-mato-grossenses?

Tem como resposta que o processo de interiorização implementado pela UEMS estabeleceu nexos com os bons resultados do Ideb, considerando, especialmente, o papel na formação em nível superior de professores que passam a atuar junto às redes de ensino.

E mais do que isso, as ações desenvolvidas por meio de projetos de extensão e pesquisa demonstraram contribuir na construção de um lócus de articulação e de diálogo entre a Universidade e as instituições de educação básica, estabelecendo condições para mais nexos, mas que ainda necessitam de maior entrosamento, especialmente por meio da definição de políticas institucionais mais efetivas na consecução de sua missão. A pós-graduação *stricto sensu* se configura em uma lacuna nesse processo.

Observa-se que o processo de interiorização desenvolvido pela UEMS condensa em si condições para contribuir de forma mais efetiva para os bons resultados do Ideb. O desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, para além da formação inicial, explicita potencial de articulação entre educação superior e educação básica. Constatou-se a participação de docentes da Universidade na elaboração de documentos, como projeto político-pedagógico junto às escolas e redes, bem como em ações formativas de docentes e alunos, nas mesmas Unidades nas quais a maior parte dos projetos e ações desenvolvidas focaram outras áreas distintas das licenciaturas, conforme consta nos anexos 1 e 2.

Nesse sentido, explicita-se que esse potencial de interação que vem sendo construído no interior das Unidades Universitárias da UEMS pode ser mais bem explorado se, de fato, busca-se como missão institucional a melhoria da qualidade da educação básica.

Essas características sinalizam para uma maior necessidade de interação entre os três sistemas públicos envolvidos, ou seja, o municipal, o estadual e o federal, considerando sobretudo a relação entre os níveis da educação. Dessa forma, pode-se salientar que há necessidade de avaliações políticas do modelo de interiorização que vem sendo implementado pelas esferas estadual e federal e sua relação com as redes de educação básica, especialmente quando está na pauta da agenda da política brasileira de educação a construção de um sistema nacional articulado de educação.

A título de sugestões para estudos posteriores, este trabalho aponta para a necessidade de investigações mais aprofundadas em relação à expansão e à interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul, considerando ainda a relação desse nível de ensino com a educação básica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; FIDELES, Sirlene Moreira; PISTORI, Milena Inês Sivieri. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: Modelo diferenciado de interiorização. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 7., 2004, Goiânia. *Anais do VII EPECO*. Goiânia, GO: EPECO, 2004, p. 1 – 12.

ALVES, Fátima. Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n.134, p.413-440. maio-ago. 2008.

AMARAL, Maria Odete. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada – 1979 – 1998. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2002.

ANDRÉ, Marli. Avaliação revela impacto de um programa de formação de professores. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 149-168, jan./mar. 2008.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Reitor Perú em Brasília: presidente Lula destina R\$ 34 milhões para novas vagas e novos cursos na UFMS. Campo Grande: UFMS, 2008. Disponível em: < http://www.ufms.br/index.php?id=3¬icias_id=3578 >. Acesso em: 23 jul. 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. Campinas: autores Associados, 1997.

BITTAR, Mariluce; SILVA, Maria da Graça Martins da; VELOSO, Teresa Christina Mertens Aguiar. Processo de interiorização da educação superior na região Centro-Oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. *Série – Estudos (UCDB)*, Campo Grande, n. 16, p. 147 – 164, Jul-Dez/2003. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=243> Acesso em: 03 Set. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em: 30 jan. 2009.

_____. Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2001/D3860.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D2306.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

_____. Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm>. Acesso em: 15 mar. 2009.

_____. Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004. Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5225.htm>. Acesso em: 15 mar. 2009.

_____. Decreto Federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais do sistema federal de ensino. In: INEP. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. ed. Brasília: INEP, 2007, p. 173 – 199.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm >. Acesso em 15 abr. 2009.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm >. Acesso em: 05 jan. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 10 fev. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 03 jul. 2008.

BRASIL. LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula and GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. *Educar*. [online]. 2006, n.28, pp. 125-140.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação superior. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 73-84.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOSOSINI, Marília (orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

CNE. Parecer CNE-CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.uems.br/proe/sec/Parecer%20CNE-CP%20009-2001.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO FORUM DE PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária: sistema de dados e informação da extensão*. Rio de Janeiro: Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, 2001.

COUTO, Rodrigo. A sabedoria que o dinheiro não compra. *Correio Brasiliense*. Brasília, 10 jan. 2010. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/1/9/a-sabedoria-que-o-dinheiro-nao-compra>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - out. 2004.

_____. O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37 – 61, abr. 2003.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Comercialização no ensino superior: é possível manter a idéia de bem público?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 817 – 838, set. 2003.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs.). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003b, p. 97 – 116.

_____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703 - 725, Especial – out. 2004.

DIKER, Gabriela. La evaluación de la calidad como dispositivo de regulación social. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 20, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 1996.

DOREA, Ana Dayse Rezende. Reuni: um relato alagoano. *JB on line*. Brasília, 16 jul. 2009. Disponível em: < <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/07/16/e160711325.asp> >. Acesso em: 23 jul. 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

_____. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 235-253, set. 2002.

_____; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: _____(orgs.). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 17-30.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. *A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão*. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0598433752239.DOC>> Acesso em: 12 out. 2009.

FARIA, Susan. Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária. *Reforma da educação superior*. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=8217>. Acesso em 23 jul. 2009.

FERNANDES, Eloisa Bittencourt. *Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul – 1979 – 2001*. Campo Grande, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, 2003.

FERRONATTO, Eliane Terezinha Tulio. *Polícias de educação superior e as universidades estaduais: um estudo sobre os cursos noturnos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS*. Campo Grande, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, 2008.

FIALHO, Nadia Hage. *Universidade multicampi*. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheilub. *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 1, nº 3, set./dez. 1986.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *A avaliação da educação básica no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *A gestão educacional na interseção das políticas federal e municipal*. Campo Grande, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203 – 1230, out. 2007.

GENRO, Tarso. *Exposição de motivos ao anteprojeto de lei da educação superior*. Brasília: MEC, 2005b. Disponível em: <http://www.adufu.org.br/Reforma%20universitaria/Exposi%20o_de_motivos.htm>. Acesso em: 20 maio 2009.

GENRO, Tarso. A reforma da educação superior no Brasil. In: Seminário internacional Reforma e avaliação da educação superior – tendências na Europa e na América Latina. 2005a.

GOMES, Alfredo Macedo. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 277-300, set. 2002.

_____; MORAES, Karine Nunes de. A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate. In: 32. Reunião Anual da ANPED, 2009, Caxambu. *Anais*. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5848--Int.pdf> >. Acesso em: 23 out. 2009.

GRAMSCI, António. *Obras escolhidas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

GRESSLER; Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: L. Gressler, 2005.

INEP. *Prova Brasil*. Brasília, 2009. Disponível em <http://provabrasil.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=98>. Acesso em: 13 jul. 2008.

_____. *O que é o IDEB*. Brasília: INEP, 2008a. Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=13>. Acesso em: 13 jul. 2008.

_____. *Consulta ao índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB*. Brasília: INEP, 2008b. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/Site/> >. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. Censo da educação superior – 1995. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <[://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/1995/default.htm](http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/1995/default.htm)>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 1996. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/1996/default.htm>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 1997. Brasília: INEP, 1999. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/censo/1997/superior/miolo-Superior1-97.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

INEP. Censo da educação superior – 1998. Brasília: INEP, 1999. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior1-98.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 1999. Brasília: INEP, 2000. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo1_Sinopse_Superior99.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2000. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/Sinopse_Superior-2000.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2001. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2002. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2003. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2004. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2005. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2006. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

_____. Censo da educação superior – 2007. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

INEP. *Resumo Técnico: ENADE 2004*. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/enade/2004/resumo_tecnico.htm>. Acesso em: 06 Mai. 2009.

_____. *Dicionário de Indicadores Educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília: INEP/MEC, 2004.

LEE, Valerie E. Utilização de modelos hierárquicos lineares para estudar contextos sociais: o caso dos efeitos da escola. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (orgs.). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 273 – 296.

LEHER, Roberto. Para silenciar os *campi*. *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 88, p. 867 - 891, Especial - out. 2004.

LIMA, Manolita Correia. *A idéia de universidade subjacente ao programas de avaliação*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2002.

MADAUS, George F.; AIRASIAN, Peter W; KELLAGHAN, Thomas. Insumos escolares, processos e recursos. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 112 – 141.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 27, n. 94, p. 47 – 69, jan./abr. 2006.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 88, p. 845 - 866, Especial - out. 2004.

MANCEBO, Deise, et al. Tempos diferentes e condensados: contradição público-privado e modalidades do estatal em reformas da educação superior. In: MANCEBO, Deise, et al. (orgs.). *Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente*. São Paulo: Xamã, 2009, p. 7 – 16.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Assembléia Legislativa, 1993. Disponível em: <http://www.uems.br/proe/nulen/retrato_legal/02lei_1461_93.doc>. Acesso em 16 set. 2008.

MISSIO, Lourdes. *O curso de enfermagem da UEMS: um estudo da primeira turma de egressos – 1998*. São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade

Federal de São Carlos, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO; Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson Cardoso. Expansão e qualidade da educação superior em Goiás. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (org.). *Políticas públicas e educação: debates contemporâneos*. Maringá: Eduem, 2008, p. 177 – 199.

OLIVEIRA, Maria Bezerra Quast de. O curso normal superior da UEMS: interiorizando o ensino superior em Mato Grosso do Sul. *Arandu*. Dourados, n. 49, p. 5-9, ago-set-out. 2009.

OLIVEN, Arabela Campos. *A paroquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PALUMBO, Dennis. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: MEC. *Política de capacitação dos profissionais da educação*. Belo Horizonte: MEC/FNDE/Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, 1989. p. 35 – 61.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial, out. 2004.

PISTORI, Milena Ines Sivieri. *Expansão e interiorização dos cursos de direito em Mato Grosso do Sul – 1965 – 2002*. Campo Grande, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, 2004.

REAL, Giselle Cristina Martins. *A qualidade revelada na educação superior: impactos da política de avaliação no Brasil*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2007.

RENEX. *Política Nacional de Extensão*. Rio de Janeiro: Rede Nacional de Extensão, 2007. Disponível em: <
http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/02_Politica_Nacional_Extensao_COOPMED.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós- LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 348 p. (Coleção INEP 70 anos, v. 2).

ROTHEN, José Carlos. O vestibular do provão. *Avaliação*. Campinas, v. 8, n.1, p. 27 – 37, mar. 2003.

SANTOS, Wladimir dos. *O Provão: para além do discurso oficial – Representação do professor e anatomia do modelo*. São Paulo, 2001. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55 – 86, Mar. 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileiro no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Adauto de Oliveira. *Distrito Industrial de Dourados-MS: intenções, resultados e perspectivas*. Presidente Prudente, 1995. Dissertação, Universidade Estadual Paulista, 1995.

SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação e políticas educacionais: iniciativas em curso no Brasil. In: HIDALGO, Ângela Maria; SILVA, Ielizi Luciana Fiorelli (orgs.). *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90*. Londrina: Ed.UEL, 2001, p. 69 – 98.

SZEREMETA, Julio Felipe. Reuni permite a expansão da UFSC com campi em Joinville, Curitiba e Araranguá. *Sala de Imprensa*. Brasília, 7 maio 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1565&Itemid=37>. Acesso em 23 jul. 2009.

TANCREDI, Leticia. UFS cresce 342%. *Notícias*. Brasília: REUNI, 2008. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=173&Itemid=3>. Acesso em 23 jul. 2009.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, n. 13, p. 5 – 24, jan./fev./mar./abr. 2000.

TEBET, Ramez. *Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: uma conquista da comunidade*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1996.

UEMS. Resolução COUNI-UEMS nº 348, de 14 de outubro de 2008. *Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2009 a 2013*. Disponível em: <http://www.uems.br/proe/nulen/legislacao/legis_inst/res_couni/res_couni_348.doc>. Acesso em: 15 jul. 2009.

UEMS. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2002 - 2007*.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2009 a 2013*. Disponível em: <http://www.uems.br/internet/soc/PDI-UEMS_2009-2013_versao_finals.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

_____. *História*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/historia.php>>. Acesso em: 12 fev. 2008a.

_____. *Missão*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/missao.php>>. Acesso em: 12 fev. 2008b.

_____. *Estatuto*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.uems.br/internet/soc/estatuto%20uems.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

_____. *Regimento Geral*. Dourados: UEMS. Disponível em: <http://www.uems.br/internet/soc/regimento_geral.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2008.

_____. *Vestibular 2010*. Dourados: UEMS. Disponível em: <<http://www.vestibular.uems.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

UFGD. *Projeto de criação e implantação*. Dourados: UFGD, 2004. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/aufgd/profinal4.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2008.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI – 2008 -2012*. Dourados: Editora UFGD, 2008.

UFMS. *Histórico*. Campo Grande: UFMS. Disponível em:
<<http://www.ufms.br/index.php?id=12&modo=his>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Campo Grande: UFMS. Disponível em:
<<http://www.pdi.ufms.br/home/index.php>>. Acesso em: 13. nov. 2008.

UNESCO. *Tendências da educação superior para o século XXI: conferência mundial sobre o ensino superior: anais*, Paris, 5-9 out. 1998. Brasília: UNESCO: CRUB: MEC: CAPES, 1998.

_____. *Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

WEBER, Silke. A universidade e a qualidade da educação pública. *Em Aberto*. Brasília, ano 11, n. 53, p.64 – 72, jan/mar. 1992.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Município: _____

Data: ____/____/____

QUESTIONÁRIO

1) Caracterização da rede municipal de educação:

a) Número de escolas municipais:

Urbanas _____

Rurais _____

b) Séries oferecidas:

NÍVEIS DE ENSINO	SIM	NÃO
Educação Infantil		
Ensino Fundamental (1 ^a a 4 ^a séries)		
Ensino Fundamental (5 ^a a 8 ^a séries)		
Ensino Médio		

Observações (caso necessário):

2) Formação dos Professores:

Formação inicial dos professores	TOTAL	
	CONVOCADOS	CONCURSADOS
Sem curso de licenciatura		
Graduados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)		
Graduados em outras instituições públicas de educação superior no estado de Mato Grosso do Sul.		
Graduados em outras instituições privadas de educação superior no estado de Mato Grosso do Sul.		
Graduados em instituições de educação superior em outros estados.		

Observações (caso necessário):

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o Secretário de Educação Atual

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Entrevista com o Secretário de Educação Atual

Roteiro

1. Como é a relação da Secretaria Municipal de Educação com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)?
2. Há projetos ou alguma iniciativa que foi formulada ou está sendo realizada pela UEMS visando a melhoria da qualidade da educação nas escolas desse município?
3. Existem professores nas escolas municipais desse município que receberam a formação inicial ou continuada pela UEMS?

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o Ex-Secretário de Educação

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Entrevista com o Ex-Secretário de Educação

Roteiro

1. Como era a relação da Secretaria Municipal de Educação com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)?
2. Há projetos ou alguma iniciativa que foi formulada ou realizada pela UEMS visando a melhoria da qualidade da educação nas escolas desse município?
3. Existem professores nas escolas municipais desse município que receberam a formação inicial ou continuada pela UEMS?

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o principal Assessor do Secretário de Educação

Atual

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Entrevista com o principal Assessor do Secretário de Educação Atual

Roteiro

1. Como é a relação da Secretaria Municipal de Educação com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)?
2. Há projetos ou alguma iniciativa que foi formulada ou está sendo realizada pela UEMS visando a melhoria da qualidade da educação nas escolas desse município?
3. Existem professores nas escolas municipais desse município que receberam a formação inicial ou continuada pela UEMS?

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com o Técnico da Secretaria de Educação

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Entrevista com o Técnico da Secretaria de Educação

Roteiro

1. Como é a relação da Secretaria Municipal de Educação com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)?
2. Há projetos ou alguma iniciativa que foi formulada ou está sendo realizada pela UEMS visando a melhoria da qualidade da educação nas escolas desse município?
3. Existem professores nas escolas municipais desse município que receberam a formação inicial ou continuada pela UEMS?

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista com os diretores escolares

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Entrevista com os diretores escolares

Roteiro

1. Como é a relação da escola com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)?
2. Há projetos ou alguma iniciativa que foi formulada ou está sendo realizada pela UEMS visando a melhoria da qualidade da educação nessa escola?
3. Existem professores nessa escola que receberam a formação inicial ou continuada pela UEMS?

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE G – Roteiro de entrevista com coordenadores pedagógicos

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
Faculdade de Educação/FAED

Pesquisa:

“A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul” - (vinculada à pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”).

Mestrando: Valter Acássio de Mello (FAED/UFGD) (valteracassio@hotmail.com)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselle Cristina Martins Real (FAED/UFGD) (gcreal@terra.com.br)

Entrevista com os coordenadores pedagógicos

Roteiro

1. Como é a relação da escola com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)?
2. Há projetos ou alguma iniciativa que foi formulada ou está sendo realizada pela UEMS visando a melhoria da qualidade da educação nessa escola?
3. Existem professores nessa escola que receberam a formação inicial ou continuada pela UEMS?

Nome do informante: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Tempo de experiência no serviço público: _____

Forma de provimento do cargo: _____

Tempo de exercício na função: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Data: ____/____/____.

ANEXOS

ANEXO 1 - Relação dos Projetos de Extensão, cursos de licenciaturas da UEMS, no período de 2001 - 2007.

<i>Título do Projeto</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>C.H.Total</i>	<i>P. D.A.</i>	<i>P. I.A.</i>
		Amambai			
A prática da produção e leitura de textos	12/06/2001	11/12/2001	45	30	120
Ensino Básico da Língua Guarani	20/08/2001	21/12/2001	40	25	100
Reforço Escolar em Matemática - 1º e 2º Graus	15/04/2002	30/05/2004	120	45	180
Ensino Básico da Língua Guarani	15/04/2002	7/10/2002	40	27	108
Alfabetização e escolarização dos detentos da Cadeia Pública de Amambai.	05/05/2003	30/05/2006	2000	50	200
Projeto de Alfabetização de Jovens e adultos - MOVA - MS alfabetizando	19/05/2003	30/12/2005	1220	93	300
Oferta de curso preparatório para acesso de estudantes indígenas à Universidade	04/11/2003	04/03/2004	500	300	1200
Matemática para Vestibular - Reforço Escolar	01/07/2005	28/02/2006	118	370	1480
História, Memória e Educação: Trajetória, Formação e Práticas dos Professores Guarani Kaiowáe Nhandeva da Reserva Indígena de Amambai/MS	09/08/2005	10/11/2006	120	20	80
Mil Tons: cidadania e Diversidade étnica	10/03/2006	10/03/2007	600	100	400
		Campo Grande			
Curso de extensão de fundamentos histórico filosóficos da educação	16/04/2001	15/10/2003	120	23	92
Tópicos Fundamentais em Educação Especial	23/05/2001	20/12/2001	110	30	600
Capacitação para Psicólogo Perito Examinador de Trânsito	12/04/2002	22/06/2002	120	31	124
Tópico Fundamentais em Educação Especial	06/05/2002	07/02/2003	130	35	140
Plano Estadual de Educação	03/02/2003	15/10/2003	640	524	2096
Correntes Teóricas Presentes na Prática Educativa Atual	02/06/2004	23/12/2004	90	-	-
Plano Municipal de Educação de Campo Grande	19/09/2006	08/05/2007	552	1900	comunidade Campo Grande
		Cassilândia			
Plantão de Matemática	01/10/2001	31/08/2002	170	200	800
História para o Vestibular	02/10/2001	25/06/2002	217	40	160
Reforço de Matemática	10/09/2001	10/09/2002	510	100	400
Aulas práticas de Ciências e Biologia para as Escolas Públicas e	01/11/2001	30/11/2002	320	504	2016

Filantrópicas de Cassilândia /MS					
Núcleo de Apoio ao Ensino Básico - NAEBA	15/03/2002	15/02/2004	544	80	320
Mini - Curso de Língua Inglesa	02/04/2002	02/10/2002	96	73	292
Alfabetização e Lingüística: campos que se somam	19/08/2002	30/03/2003	148	40	160
Reforço de Matemática	09/09/2002	09/09/2003	102	250	1000
Capacitação de Professores para Planejamento, Implementação e Implantação de Projetos no Ensino Fundamental e Médio	01/02/2003	28/02/2004	160	32	128
Literatura Infante - Juvenil: estratégias e abordagens	15/02/2003	28/02/2004	272	1000	4000
Projeto Reforço em Língua Inglesa - em Escola Pública	01/04/2003	31/12/2005	230	100	400
Tendências Pedagógicas na Prática Escolar	02/06/2003	17/12/2003	96	10	40
Plantão de Matemática	01/08/2004	01/08/2005	408	123	492
Reforço de Matemática	01/09/2004	30/09/2008	816	263	1052
A leitura como uma prática para o desenvolvimento da compreensão, produção e análise textuais	05/02/2005	05/01/2006	288	64	156
Experimentoteca - Instrumentação para o Ensino das Ciências da Natureza	01/04/2005	31/03/2007	816	9	36
Reforço de Matemática	01/05/2005	31/01/2008	1020	155	620
Reforço de Língua Portuguesa	01/06/2005	01/12/2006	2040	844	3376
Educação Ambiental no Município de Cassilândia	01/08/2005	31/12/2009	140	24	96
Aulas práticas de Ciências e Biologia para as Escolas Públicas e Filantrópicas de Cassilândia/MS	01/09/2005	30/09/2007	480	1300	5200
Ensinando e aprendendo Matemática	05/07/2006	05/07/2007	136	271	1084
Ler e conhecer: muito prazer! - Incentivo á leitura no Ensino Fundamental	27/05/2007	24/05/2008	280	280	1120
		Coxim			
Geometria Plana e Espacial no Ensino Médio	01/10/2001	31/07/2002	80	31	124
Curso básico de produção de material didático em biologia a partir do uso de Computação Gráfica e da Fotografia	15/10/2001	14/01/2003	92	40	160

Capacitação de Professores para Planejamento, Implementação e Implantação de Projetos no Ensino Fundamental e Médio	01/11/2001	01/12/2002	160	22	88
Sedução do Olhar - Um processo para o Ensino de Educação Ambiental	01/03/2002	01/08/2003	92	44	176
Matemática Básica: Subsídios para o desenvolvimento de aula de reforço para alunos do ensino fundamental	01/04/2002	20/12/2002	144	33	142
Os Parâmetros Curriculares Nacionais para área de Matemática no ensino Fundamental - Ciclo 1 e 2	01/08/2002	31/07/2003	80	25	100
Experimente	03/09/2002	30/06/2003	330	40	160
Implementação do Museu Didático de Zoologia: estratégias de apoio para o ensino de Ciências e Biologia	01/12/2002	30/11/2004	680	80	320
A sedução do olhar-um processo para o ensino de Educação Ambiental	06/09/2003	30/07/2004	92	20	80
Práticas em Biologia Celular	13/09/2003	20/03/2004	52	10	40
Metodologia do Ensino de Matemática em consonância com os PCNs-Ensino Fundamental- Ciclo I e II	01/11/2003	20/12/2004	100	20	80
O Ensino de Biologia através da Construção de Modelos Interativos de Experimentos	25/02/2004	10/12/2004	60	36	144
Aulas de reforço para alunos do Ensino Médio	01/03/2004	16/12/2004	152	45	180
Práticas de Bioquímica	18/08/2004	13/04/2005	120	16	64
Tópicos em Genética Humana	18/09/2004	26/02/2005	76	36	144
Aulas de Reforço de Matemática para os alunos do Ensino Fundamental	01/06/2006	08/12/2006	135	305	1220
Síndrome do Déficit de Atenção com Hiperatividade: conseqüências na aprendizagem	01/08/2006	16/12/2006	40	503	2012
		Dourados			
Introdução à Psicologia Histórico - Cultural	01/02/2001	30/06/2001	275	120	480
Educação Infantil e Filantropia	18/05/2001	17/05/2003	78	15	60
Brinquedoteca na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Grupo Brincando com Letras	01/06/2001	01/09/2003	170	500	2000
Estudos de linguagem para professores indígenas	01/06/2001	01/05/2003	272	20	80

Ambiente Pedagógico Infomatizado no Desenvolvimento da Aprendizagem do Deficiente Mental Leve: Programação LOGO/MicroMundos	12/06/2001	11/06/2001	100	23	92
Formação Continuada no Ensino Fundamental	30/07/2001	03/08/2001	40	75	300
Apresentação de trabalhos através de Projetos sobre meio ambiente	31/07/2001	21/09/2001	40	40	200
Ensino do Espanhol básico para profissionais de restaurantes, hotelaria e turismo em Dourados	10/09/2001	11/02/2002	40	23	92
Estudo das obras literárias do vestibular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul junto ao Ensino Médio da Rede Pública	10/09/2001	10/12/2002	272	100	400
Curso de Capacitação em Língua Portuguesa - estudo de aspectos morfosintáticos e textualidade: uma abordagem metodológica de aplicação	15/09/2001	30/08/2002	240	40	160
Práticas de Leitura e Produção de Texto	15/10/2001	15/02/2002	60	50	200
Brincando e aprendendo leitura	15/02/2002	15/02/2004	272	50	200
Espanhol para profissionais do Comércio de Dourados	09/04/2002	24/09/2002	50	20	80
Física para juventude	01/07/2002	30/04/2003	104	2000	8000
O Ensino de Língua Portuguesa e Literatura: Da teoria à prática em sala de aula	01/07/2002	20/02/2003	170	100	400
Reativamento do Ensino de Física médio através da socialização de Experiências	01/09/2002	01/05/2003	170	30	120
Aprenda Inglês Brincando	01/09/2002	01/10/2003	132	90	360
Divulgando a Ciência através da Astronomia	01/10/2002	01/10/2003	272	500	2000
Brinquedoteca da UEMS - Brincando com Letras	01/10/2002	01/09/2003	72	300	1200
Educação Básica no Campo: Compromisso assumido por todos	01/11/2002	30/11/2003	1480	1065	4260
Práticas e concepções pedagógicas dos professores de física da região da grande Dourados	05/11/2002	10/08/2003	120	300	1200
Ler e escrever: desvendar o mundo	02/12/2002	02/06/2003	120	12	48
Projetos de Oficinas: " Da Sucata á Construção do Conhecimento".	01/02/2003	15/12/2003	120	50	200
Ñé e Há arandureko (Língua e Cultura Guarani)	03/02/2003	03/02/2005	950	55	220
Francês Instrumental	10/02/2003	25/08/2003	40	42	168
Reflexões sobre as Teorias Psicológicas e sua contribuição na formação do docente de Física	11/02/2003	01/09/2003	120	300	1200

Assessoria em Língua Portuguesa a adolescentes vinculados ao MERITAUARA	25/02/2003	30/10/2004	288	Indef.	Indef.
Poesias da Terceira Idade	01/03/2003	01/11/2003	144	30	120
Brincando, Vivendo e Aprendendo Matemática	01/04/2003	01/02/2005	498	100	400
MOVA-MS Alfabetizado - Projeto de Alfabetização de Jovens e adultos	19/05/2003	30/12/2005	1220	300	1200
O Mundo da Leitura e a Leitura de Mundo	01/07/2003	01/11/2004	362	8	32
Brinquedoteca na UEMS - Grupo Brincando com Letras	01/09/2003	30/08/2004	144	530	2000
Ensino de Física: Aspectos Experimentais e Históricos voltados para o contexto do Ensino Médio de Dourados e Grande Dourados	26/09/2003	30/12/2004	68	30	120
Inglês para viagem	23/10/2003	23/10/2004	102	20	80
Formas Interativas e Interdisciplinares de Ensino de Química	01/01/2004	30/05/2006	132	625	2500
Ações estratégicas para implantação da Educação a Distância-EAD na UEMS	03/05/2004	04/06/2005	420	Indef.	Indef.
Curso Preparatório para Mestrado e Doutorado para Afro-Descendentes e Indígenas	01/06/2004	30/12/2004	200	80	320
Língua Portuguesa e Literatura: a prática de ensino em ação	01/08/2004	28/02/2005	60	126	504
Apresentação de Cursos sobre Temas Geradores em Química	10/08/2004	10/08/2005	136	268	1072
O conhecimento em prol da cidadania: UEMS X CEIA	01/09/2004	01/09/2005	120	126	504
Ensino de Física: Aspectos Experimentais e Históricos voltados para o contexto do Ensino Médio de Dourados e Grande Dourados - Fase II	01/11/2004	15/02/2005	238	82	328
Brinquedoteca da UEMS - Brincando com Letras	01/11/2004	31/01/2009	900	531	2124
Curso de espanhol Básico para os alunos do CEIA	10/11/2004	15/06/2005	96	58	232
Ensino de Química: uma abordagem revendo conceitos e aplicação de temas sociais, envolvendo a história e a prática experimental voltada para o contexto de Ensino Médio de Dourados	14/03/2005	10/03/2006	180	76	304
Desenvolvimento da leitura e produção de textos	22/04/2005	29/04/2006	368	28	112
Novas tecnologias na Escola: novas perspectivas acerca da leitura e da produção textual - O hipertexto	16/05/2005	22/09/2005	144	36	144

Divulgação da Ciência: Contextualizando a Química	15/08/2005	15/02/2008	482	5008	20032
Programa Rede de Saberes: Permanência de Indígenas no Ensino Superior	01/11/2005	01/05/2007	-	200	800
Estudo e Aplicação de Conceitos Relativísticos na Educação Básica	01/12/2005	10/12/2006	288	33	132
Curso Preparatório para o ingresso de estudantes indígenas ao Ensino Superior/MEC/SESu/PROEXT-UEMS	05/12/2005	06/11/2006	480	40	160
A permanência do estudante indígena na UEMS: uma proposta de ação	01/02/2006	31/01/2007	340	170	680
Ensino de Língua Espanhola: o despertar de uma nova língua à comunidade do Distrito de Picadinha - nível I e II	01/02/2006	31/01/2007	60	43	172
Brincando com Letras: leitura e produção de textos	06/05/2006	06/11/2006	80	75	300
Ensino de Física e Química: uma abordagem revendo conceitos, aspectos experimentais e históricos voltados para o contexto do ensino Médio de Dourados e região	18/05/2006	09/12/2006	100	70	280
Curso de Língua Brasileira dos Sinais - LIBRAS	08/08/2006	14/12/2006	180	80	320
Laboratório de Ciências do Turismo	20/09/2006	20/09/2008	832	54	216
A imagem e a palavra: possibilidades de leitura	01/11/2006	03/05/2009	400	56	224
Desenvolvimento e manutenção da página eletrônica do Curso de Física como veículo de divulgação científica e integração da comunidade acadêmica com a sociedade	01/11/2006	15/12/2009	100	653	2612
Programa - POPCIÊNCIA: abordagens histórico-experimental para a melhoria das relações de ensino-aprendizagem em Ciências Físicas e Químicas	01/11/2006	15/02/2007	100	77	298
Abordagem histórico e experimental no ensino de Física e Química em Escolas Públicas com Ensino Médio de Ponta Porã	01/01/2007	30/12/2007	48	738	2952
Programa - Repensando o "ontem", planejando o "hoje" na Educação Infantil	01/02/2007	01/04/2009	480	366	1464
Conhecendo a História da Educação Infantil: questões sociais e concepções	01/02/2007	01/10/2007	480	122	488
Programa - Fortalecendo a Aprendizagem no Ensino Básico	01/02/2007	01/05/2009	400	160	640
Relação entre Teoria e Prática para uma Educação Ambiental	01/02/2007	01/02/2009	600	40	120

Cantoteca: estimulando a leitura	03/02/2007	03/05/2008	400	52	208
Viajando com os livros	05/02/2007	01/05/2009	400	52	208
Ciranda da Pastoral	23/03/2007	31/12/2007	150	788	3152
Minicursos e plantões de dúvidas - LEM	31/03/2007	30/11/2007	96	857	3428
Simulações Computacionais: estratégias para o ensino de Física na Educação Básica	03/04/2007	03/02/2008	310	45	180
Orientação Sexual, Educação para a Saúde e Meio Ambiente para Alunos do Ensino Fundamental-6º ao	25/05/2007	30/11/2007	364	3652	14500
As Legislações e as Funções da Instituição de Educação Infantil	01/11/2007	11/07/2008	480	122	488
Orientação e Educação Sexual na Escola	05/11/2007	05/10/2009	240	-	-
		Glória de Dourados			
Curso de Matemática Básica	15/09/2001	15/09/2002	170	40	160
Programa de Apoio ao Ensino de Matemática	01/02/2002	31/01/2003	272	7	-
Curso de Matemática Básica	01/09/2002	01/07/2003	136	50	200
Laboratório de Ensino da Matemática - LEM (2ª fase)	01/09/2002	01/09/2004	376	62	248
O Essencial da Matemática no Ensino Médio	01/05/2003	01/12/2003	280	85	340
A Formação Profissional em Transformação: professores das séries iniciais	17/03/2005	15/12/2005	160	90	360
Assessoria de Matemática para Professores da Rede Pública de Ensino	08/08/2005	08/12/2006	300	21	84
O negro em Mato Grosso do Sul: entre passado e presente	01/12/2005	01/12/2006	272	254	1016
		Ivinhema			
Curso de Física Básica	15/01/2001	15/01/2002	170	40	160
Curso de Matemática Básica	01/02/2001	01/07/2001	120	44	176
Curso de Biologia Básica	01/03/2001	01/07/2001	100	50	200
Curso Básico de Química	03/08/2001	03/08/2002	140	80	320
Química Básica	03/08/2002	03/08/2003	140	50	200
Educação Continuada: Melhoria da prática de ensino dos professores das Escolas Municipais da Cidade de Ivinhema	03/09/2002	03/10/2003	80	29	116
Curso de Biologia Básica	20/09/2002	20/09/2003	144	50	200
Educação Ambiental para Professores	01/10/2002	02/04/2003	64	-	-
Coleção Zoológica de Referência da UEMS: Unidade de Ivinhema	01/09/2003	28/02/2005	306	300	1200

Educação Continuada: Melhoria da prática de ensino dos professores das Escolas Municipais e Estaduais da cidade de Ivinhema	03/09/2003	03/09/2004	120	26	104
Educação Continuada: Melhoria da prática de ensino dos professores das Escolas Municipais da Cidade de Ivinhema	03/09/2003	03/10/2004	120	34	136
Curso de Biologia Básica	20/09/2003	20/09/2004	144	50	200
Experimentação no Ensino de Química	25/02/2004	16/02/2005	120	25	100
Reforço de Química na Forma de Aulas Práticas	15/04/2004	30/11/2004	80	23	92
Curso Básico: Percepção e Educação Ambiental nas Escolas Públicas do Município de Ivinhema	01/09/2004	30/11/2005	104	2002	8008
Educação Continuada: Melhoria da prática de ensino dos professores das Escolas Municipais da Cidade de Ivinhema	03/09/2004	31/01/2007	80	44	176
Educação Continuada aos Professores de Ensino Fundamental para o desenvolvimento de Projetos na área sócioambiental, Ivinhema-MS	28/09/2004	31/12/2007	-	1000	4000
Curso preparatório para os Exames Vestibulares de 2006: um projeto interdisciplinar	01/06/2005	31/12/2007	120	94	376
Ações afirmativas em uma Escola Pública de Ivinhema	01/12/2005	30/09/2007	400	33	132
A atuação dos acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas na Escola Municipal Sideney Carlos Costa, em Ivinhema-MS	12/06/2006	15/12/2006	300	176	704
Construção e Socialização do conhecimento através de Formulação de Tensoativos	01/06/2006	30/11/2006	72	26	104
Gestão Democrática para a Escola Pública	17/04/2007	10/12/2007	124	-	-
Brincando de Fazer Ciências	01/02/2008	31/01/2009	208	-	-
		Jardim			
A literatura redimensiona a vida e a prática docente	01/05/2001	01/05/2003	144	20	80
Celing - Centro de Línguas / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul / Jardim / Inglês - Espanhol	01/05/2001	01/05/2003	120	45	180
Uma proposta pedagógica emancipadora	11/05/2001	23/11/2001	40	30	120
Curso de Capacitação em Língua Inglesa - Ênfase: Conversação em Laboratório	15/09/2001	30/08/2002	306	80	320
Teoria Literária aplicada à Literatura Universal	17/09/2001	16/09/2002	272	30	120

Desenvolvimento da Leitura e da Produção de Textos através da prática	29/09/2001	28/09/2002	258	25	100
Aprender Brincando	01/10/2001	01/11/2002	408		
Manoel de Barros : Linguagem Poética em Sala de Aula	03/09/2002	29/04/2003	80	25	100
Despertar para a Leitura	10/03/2003	08/08/2003	40	23	52
Literatura, Leituras & Reflexões - Projetos de capacitação para pós-graduação	24/03/2003	15/12/2003	180	10	40
Curso de Inglês em Laboratório	30/10/2003	30/10/2004	272	40	160
Didática na Sala de Aula: a Pedagogia como Teoria e Prática de educação	14/05/2004	03/12/2004	60	41	164
Introdução à análise do discurso	29/03/2005	15/03/2006	120	48	192
Grupo de Estudos Literários (Gêneros e Formas)	06/04/2005	15/12/2005	144	27	108
Aspectos da teoria da análise do discurso aplicados à reflexão do papel da mulher e da criança	18/04/2006	18/12/2006	120	57	228
A Geografia e seus dilemas contemporâneos na prática da sala de aula: aspectos ambientais	12/08/2006	28/02/2007	64	24	96
Aspectos da teoria da análise do discurso aplicados à reflexão do papel da mulher e da criança	01/11/2006	16/06/2008	120	93	372
Programa de Integração Universidade e Escola para o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	01/02/2007	01/12/2007	80	68	272
Abordagem da Gramática no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries	15/03/2007	15/12/2007	80	24	96
		Maracaju			
Da literatura ao teatro infantil: um percurso	10/9/2001	10/10/2002	272	40	120
Fundamentos Teóricos da Educação: Fenomenologia	01/10/2001	01/04/2003	120	18	72
A sedução pela literatura	02/02/2002	01/03/2003	96	50	200
Educação Continuada: uma reflexão sobre as ações e as práticas Educacionais	01/09/2002	30/08/2003	60	-	-
Vamos brincar na escola? Brinquedoteca Grupo Aquarela	01/09/2003	01/11/2005	160	25	100
Lendo e fazendo arte na Brinquedoteca	18/08/2004	24/11/2005	416	21	84
III Seminário Internacional e Inteinstitucional de Direitos Humanos: os direitos humanos e as diferenças culturais	01/09/2004	01/03/2005	136	170	680
Curso de Formação permanente Avaliando a Avaliação da Aprendizagem	01/05/2005	30/07/2006	160	106	424
Formando uma Biblioteca Comunitária	01/11/2005	31/10/2006	192	800	3200
Vamos brincar na escola?	15/02/2006	15/02/2007	160	500	2000

Brinquedoteca Aquarela					
Leitura e Escrita na Escola	16/03/2006	30/11/2006	280	121	484
Formação Continuada em Alfabetização	02/02/2007	30/07/2008	344	43	172
A Educação Infantil em ambientes de reforma agrária - Formação Continuada	01/05/2007	31/12/2007	144	46	184
		Mundo Novo			
Assessoramento aos Professores do Ensino Infantil em Mundo Novo	09/03/2002	29/06/2002	80	25	100
		Naviraí			
Capacitação dos professores do ensino fundamental (1º ao 4º ciclo) na área de ciências naturais com ênfase em química	01/02/2001	01/01/2003	264	-	-
Capacitação dos professores do Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos) na área de ciências naturais com ênfase em química	01/02/2001	23/02/2003	264	30	120
Os PCNs e o Ensino de Ciências	15/02/2003	26/08/2003	60	25	-
Assessoria Técnico- Científica aos Professores Formadores dos PCNs do Município de Naviraí-MS	20/02/2003	10/08/2004	60	25	100
Experimentação no Ensino de Química	25/02/2003	16/02/2004	140	29	116
Ensino de Química através de Laboratório	01/02/2006	31/01/2009	272	30	120
Show da Química	23/05/2006	20/06/2008	136	420	1680
		Nova Andradina			
Contadores de Histórias de Nova Andradina	20/09/2002	10/12/2002	40	400	1600
Centro de Literatura Infanto-Juvenil	01/11/2003	31/01/2007	200	150	600
Construção Colaborativa do Plano Municipal de Educação de Nova Andradina	29/10/2004	29/11/2005	112	20	80
Na tela do cinema, a mulher brasileira: imagem, discurso e preconceitos	01/12/2005	30/01/2007	100	45	180
Os dilemas dos jovens adolescentes das Escolas Públicas e Particulares de Nova Andradina (MS), frente à questão DST/AIDS	01/12/2005	30/10/2006	102	997	3988
Formação contínua aos Professores da Escola Municipal Efantina de Quadros	01/02/2006	15/12/2006	120	53	212
Formação Continuada em Metodologia do Ensino de Matemática para Professores das Séries Iniciais da Rede Pública de Ensino	01/03/2006	15/12/2006	160	77	308

Formação Continuada em Metodologia do Ensino de Matemática para Professores do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) da Rede Municipal de Ensino do município de Naviraí	01/05/2006	28/04/2007	96	28	112
Introdução à Análise do Discurso (teoria e prática)	01/08/2006	15/12/2007	120	-	-
A Formação Contínua do Professor de Inglês: um contexto para a reconstrução da prática	12/08/2006	28/12/2007	168	120	480
Centro de Literatura Infanto-Juvenil	01/01/2007	31/01/2009	200	1405	4620
Teoria e prática na formação e no Ensino /aprendizagem de Língua Inglesa	20/06/2007	20/12/2007	48	30	120
		Paranaíba			
Ensino pela pesquisa - elaboração de projetos como instrumento Didático na Construção do Conhecimento	22/02/2001	22/02/2003	240	120	480
A Pedagogia de Projetos: fundamentos e subsídios para a elaboração e desenvolvimento no Ensino Fundamentale Médio da Rede Pública Estadual de Educação	01/02/2004	30/12/2004	272	47	188
Educação Continuada: Metodologia, Didática e Fundamentos da Prática Docente nos Ciclos I e II do Ensino Fundamental	01/02/2004	30/12/2004	84	38	152
Educação Continuada de professores: pressupostos, princípios e estratégias para o desenvolvimento nas escolas Públicas Estaduais de Cassilândia	04/02/2004	30/01/2005	272	33	132
Língua Estrangeira: uma janela para o mundo	20/02/2004	21/02/2006	360	60	240
Educação Infantil: integração e formação sob o prisma de um novo contexto	01/03/2004	30/12/2004	160	48	192
Educação para o Pensar: Fundamentos de Filosofia para Jovens	01/03/2004	21/12/2004	80	43	132
Projeto de Formação Continuada para docentes da Educação Básica do Bolsão Sul-Matogrossense	28/09/2004	28/09/2005	-	220	880
Programa de Formação Continuada para docentes, coordenadores pedagógicos e diretores da Rede Municipal de Educação de Paranaíba	01/01/2005	31/12/2005	280	240	960
Programa de Formação Continuada para docentes da Educação Básica do Bolsão Sul-Matogrossense	28/09/2005	28/09/2006	280	300	1200
Programa - Grupos de Estudos de Docentes e Profissionais da Educação Básica do Bolsão Sul-Mato-Grossense	01/02/2006	31/12/2006	-	200	800

Alfabetização e Letramento	01/02/2006	31/12/2006	80	44	176
Oficinas de arte: produção de livros artesanais para crianças	06/03/2006	30/07/2007	180	59	236
Ensino de Línguas e Literatura nas Séries Iniciais: uma abordagem metodológica	25/03/2006	25/11/2006	100	37	148
Educação inclusiva: concepções e práticas pedagógicas	01/08/2006	01/08/2008	272	124	496
Grupo de Estudo de Séries Iniciais II	01/12/2006	31/12/2006	112	153	612
Grupo de Estudo de Educação Física	01/12/2006	31/12/2006	112	153	612
Oficina de Arte	01/03/2007	30/12/2007	172	25	100
Cinema, Café e Filosofia	01/03/2007	31/12/2007	32	150	600
I Ciclo de Palestras: escola e sociedade	01/03/2007	30/12/2007	80	123	492
Ensino Fundamental de nove anos: reflexão, implementação e possibilidade	05/03/2007	31/12/2007	80	30	120
Orientação Sexual :relação professor aluno	10/03/2007	31/12/2007	160	30	120
Criança, Cinema e Diversão	14/03/2007	30/12/2007	40	130	520
		Ponta Porã			
Matemática para as séries iniciais	01/04/2001	30/04/2002	90	45	180

Fonte: PROEC/UEMS.

Legenda: CH: Carga Horária; P.D.A.: Público diretamente atingido; P.I.A.: Público indiretamente atingido.

ANEXO 2 - Relação dos Projetos de Pesquisa finalizados, cursos de licenciaturas da UEMS, no período de 1998 - 2007.

Unidade	Data-Início	Data-Final	Título do Projeto
Amambai	01/9/1996	01/9/1999	O funcionamento das proposições simples no processo de organização das cantigas de amigo de Dom Diniz.
	01/9/1999	01/9/2001	Avaliação da sustentabilidade da indústria do couro no MS.
	01/1/1998	31/12/2002	Biologia populacional comparativa do caranguejo <i>Sesarma rectum Randall</i> , 1840 (<i>Crustacea, Decapoda, Grapsidae</i>) em manguezais do litoral norte paulista.
	03/10/2000	30/4/2002	O aspecto formativo no uso do recurso audiovisual aplicado ao ensino e o papel desempenhado pelo professor no processo de formação do conhecimento.
	12/04/2002	31/05/2004	A posse da terra e a fixação do homem no campo e sua relação com as origens dos assentados.
	01/05/2002	30/11/2002	Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Central/ Campo Grande: aplicação da técnica DELFOS.
	01/02/2004	31/10/2005	A gênese do assentado e sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária.
	01/12/2004	25/03/2005	História Medieval - uma proposta de análise pelo viés literário
	01/05/2006	31/03/2008	Uma análise da morte através do romance de cavalaria: arts muriendi na literatura medieval
Campo Grande	01/03/2000	30/11/2001	O curso de pedagogia e a escola inclusiva : analisando a ação da UEMS.
	01/03/2001	31/03/2003	História, Cultura e Sexualidade: as índias Terenas e a prevenção da AIDS
	21/08/2001	30/03/2002	Estudo sobre o processo de escolarização de alunos(as) que apresentam surdez severa, profunda e outros comprometimentos associados.
	12/04/2002	31/05/2003	Mulher negra e trajetória profissional: o magistério como caminho de inserção no mercado de trabalho
	01/08/2002	31/08/2006	Discurso e Cotidiano: histórias de vida em depoimentos de pantaneiros.
	05/08/2002	30/04/2004	Mello e Silva: O papel da educação na nacionalização do Sul de Mato Grosso Fronteira com o Paraguai (1930 - 1947)
	01/09/2002	30/09/2004	O Curso Normal Superior no contexto da política educacional brasileira.
	01/02/2004	28/02/2006	A mulher terena em tempos de AIDS: um estudo de caso da aldeia Limão Verde/MS, município de Aquidauana-MS.
	01/12/2006	30/03/2008	Mapeamento das primeiras instituições escolares públicas no sul do Mato Grosso na segunda metade do século XX
Cassilândia	01/9/1998	01/08/2000	Contribuição do curso de Matemática da UEMS para a formação de professores: concepções e avaliações de seus alunos. (1ª. Fase)
	01/09/1998	01/08/2000	O professor iniciante e o ensino de leitura. (1ª. Fase)
	-	-	Professor : atuação em decorrência da formação.

	01/06/1999	01/06/2001	A variedade literária na obra de Guilherme de Almeida.
	01/10/1999	01/09/2001	Contribuição aos estudos lingüísticos na área do ensino da Gramática da Língua Portuguesa a partir da análise de textos produzidos na Escola Pública de Ensino Fundamental - Fase I
	18/12/1999	18/06/2001	O arlequim e a mortalha - Literatura e consciência narradora
	18/06/2001	18/12/2001	O arlequim e a mortalha - Literatura e consciência narradora (FASE II)
	10/08/2000	30/08/2001	Análise e produção de multimídia para Ensino à Distância.
	01/08/2000	01/12/2000	Contribuição do curso de Matemática da UEMS para a formação de professores: concepções e avaliações de seus alunos - Fase II
	01/08/2000	31/03/2003	O professor iniciante: o trabalho com o texto
	01/03/2001	28/02/2003	Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense
	04/5/2001	31/12/2002	Coleta de iscas vivas no Pantanal: bases para a sustentabilidade.
	31/08/2001	31/05/2003	Análise da Prática de Ensino da Língua Inglesa no 4º ano de Letras-UEMS de Cassilândia no ano letivo de 2001/2002
	13/09/2002	28/02/2004	Sexo e poder em <i>Navalha da Carne</i>
	13/11/2002	31/07/2004	Aprendizagem significativa em Matemática: uma proposta para formação continuada para os educadores em Matemática
	13/11/2002	30/11/2004	Redução de ruído em sinais de voz no domínio Wavelet
	26/05/2003	31/05/2005	Comportamento Assintótico de Funções Racionais Ortogonais em um Intervalo
	01/05/2004	31/07/2005	Obras clássicas da Literatura Inglesa adaptadas ao cinema
	11/04/2005	31/03/2007	Vestígios de dialetos crioulos de base Portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas
	14/07/2003	31/01/2006	Guilherme de Almeida, tradutor de <i>Paralelamente a Paul Verlaine</i>
	15/08/2005	31/12/2007	Novas funções Wavelets para aplicação na análise e processamento de sinais de voz
	01/08/2001	28/02/2005	Ruídos em armadilhas iônicas.
	05/11/2001	31/08/2005	Estudo das interações elétron-fônons e elétron-elétron em materiais cerâmicos: determinação das propriedades termodinâmicas.
	18/04/2005	30/06/2008	Perspectiva titânica na poesia romântica brasileira
	13/10/2005	30/09/2007	Tratamento de ruídos em cavidades iônicas devido à polarização do gás de fundo residual
Coxim	01/09/1996	01/08/2000	Emprego de técnicas analíticas para o estudo de plantas e desenvolvimento de metodologias de controle de qualidade de fitoterápicos.
	01/09/1998	01/08/2000	Caracterização de insetos e agentes etiológicos da doença de Chagas na região Norte do Estado de Mato Grosso do Sul.
	05/10/1999	01/09/2001	Ressonância estocástica na geração paramétrica de fótons.

	01/09/1999	29/11/2000	Caracteres ultraestruturais dos espermatozóides e implicações filogenéticas na família Sciaenidae (Pisces. Teleostei, Perciformes).
	17/2/2000	17/02/2002	Caracterização histórica da pesca no município de Coxim-MS.
	01/05/2000	30/04/2002	A sedução da imagem - um processo de sensibilização na Educação Ambiental
	01/05/2000	31/07/2002	Informação e Apreensão: Relações entre o conhecimento que se estagna e o conhecimento que se torna ativo.
	01/02/1999	01/02/2001	Estudo do comportamento eletroquímico de substâncias liquênicas. (Pesquisador adjunto)
	01/10/2000	04/12/2002	Biologia reprodutiva das principais espécies de peixes capturadas na pesca comercial no Rio Taquari (Bacia do Alto Taquari, MS).
	19/09/2001	31/08/2003	Ultraestrutura da espermiogênese e dos espermatozóides de peixes da Ordem Characiformes (Teleostei, Ostariophysi): uma abordagem filogenética.
	01/08/2001	28/02/2002	O Uso do Software Educacional para o Ensino de Nível Médio.
	22/10/2003	31/10/2005	Estudo citogenético em exemplares de <i>Astyanax abramis</i> (Jenyns, 1842) e <i>Astyanax asuncionensis</i> (Géry, 1972) ao longo do córrego do sítio, localizado na Área de Proteção Ambiental municipal Córrego de Sítio, no município de Coxim, MS.
	01/03/2004	31/03/2006	Qualidade das Águas e Estrutura das Populações Zooplânctônicas de Lagoas Marginais ("Baías") do Rio Taquari, Coxim/MS
	01/12/2003	30/07/2006	Estudo químico da Casca do Caule de <i>Guarea guidonia</i> Meliaceae
	10/05/2004	30/04/2006	Avaliação do Potencial Mutagênico e ou Antimutagênico da <i>Aioeua trinervis</i>
	01/02/2004	31/08/2006	Levantamento da ictiofauna de duas lagoas marginais do Rio Taquari, município de Coxim, MS
	01/10/2006	30/01/2008	Caracterização da Ictiofauna no Rio Correntes durante a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Aquarius, município de Sonora, MS
	01/05/2006	31/05/2008	Estudo do zooplâncton em um trecho do rio Taquari e em três de suas lagoas marginais, município de Coxim, bacia hidrográfica do Taquari (MS)
Dourados	01/09/1998	01/08/2000	Atlas lingüístico de MS.
	-	-	Um estudo sobre a natureza histórica dos manuais didáticos de literatura.
	01/08/1998	01/07/2000	Educação infantil de 0 a 3 anos, Política pública e ação institucional.
	01/08/1998	01/12/1999	Modelo de gestão ambiental, a luz das normas ISO 14000.
	01/09/1998	-	Percepção de "Alunos - mestres", a cerca das relações entre a formação inicial e atuação profissional.
	01/09/1998	01/08/2000	Planejamento Energético de Dourados.
	01/07/1999	01/09/1999	Estudo da violência escolar no cotidiano da Escola Pública de Mato Grosso do Sul.

01/10/1999	ago/02	Estudos ambientais de um trecho da planície de inundação do Rio Negro, município de Aquidauana/MS.
01/09/1999	28/05/2002	Educação e Literatura: a leitura dos clássicos brasileiros no ensino médio
01/10/1999	30/12/2001	O Impacto das Novas Tecnologias de Produção Sobre o Fator Trabalho.
01/03/1997	31/12/2000	A regra de concordância de número no sintagma nominal no português popular falado por comunidades de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. (1ª. Fase)
01/10/1999	01/11/2000	Índio urbanizado: Índio sem Terra.
01/09/1999	31/05/2002	As políticas públicas para a educação de jovens e adultos no município de Dourados-MS (1996-2000).
01/03/2000	31/08/2002	Normal Superior: Acompanhamento e avaliação.
01/04/2000	31/01/2005	Análise da alimentação e reprodução dos peixes dos rios Miranda e Prata, município de Jardim/MS - Projeto Piracema.
01/09/2000	31/07/2003	Análise de plantas e medicamentos fitoterápicos.
01/08/2001	30/11/2002	Líquens do MS.
01/08/1999	01/08/2001	A escola pública de Mato Grosso do Sul e as demandas da classe média nos anos 90.
01/04/2000	30/11/2002	Biologia dos tricodactilídeos do Pantanal Sul Matogrossense - Parte II - Rio Miranda/MS.
01/09/2000	01/12/2000	Educação Física nas séries iniciais: um estudo a partir da implantação da Educação Física no Ciclo I nas Escolas Estaduais de Dourados/MS. (2ª Fase)
-	28/01/2002	Superfícies Diferenciáveis com Bordo.
12/03/2001	12/03/2003	A Trajetória Crítica de Lima Barreto na Literatura Brasileira
21/05/2001	31/08/2003	Determinação dos mecanismos de condutividade em compósitos PZT/PU/C.
09/05/2001	15/04/2002	Diagnóstico sócio-econômico e energético dos municípios cortados pelo ramal Gasoduto Campo Grande - Dourados e microregião de Dourados.
03/05/2001	30/06/2002	Implicações didáticas do uso de tecnologia da comunicação e da informação
16/5/2001	30/11/2003	A concordância com os Sujeitos Nós e A gente.
04/07/2001	30/10/2002	Elaboração de um eletrodo íon-seletivo para chumbo e íons de H ⁺ .
18/07/2001	30/10/2002	Elaboração de um eletrodo de cobre metálico seletivo a íons de Cu ²⁺ e íons H ⁺ .
20/08/2001	31/12/2002	Biologia dos Crustáceos Decápodos do Rio Miranda, Miranda-MS.
01/02/2002	31/01/2004	O Banco Mundial e a política educacional do Estado de Mato Grosso do Sul: O Projeto Monhagara.
01/03/2002	31/05/2004	Estudos ecológicos na microbacia do Rio Dourados, município de Dourados/MS.
10/09/2001	30/08/2002	Hematologia, Biometria, Teor de Compostos Organiclorados e Frequência de Formação de Micronúcleos em Teleósteos de Água Doce Sob Diferentes Condições Limnológicas.
21/06/2002	31/10/2003	Dimensão Fractal: Um Parâmetro para Classificação de Sinais.

	13/09/2002	30/09/2003	Jogos em Química
	05/07/2002	31/08/2004	O Latim do Padre Antônio Vieira - Poesia Novilatina.
	29/04/2002	31/12/2002	Roa Bastos no Paraguai e no Brasil: entrevistas, cartas, artigos e ensaios
	13/09/2002	31/05/2006	Formação de professores e Prática Pedagógica
	20/11/2002	30/11/2004	Aspectos diacrônicos da língua portuguesa: um percurso a partir de textos arcaicos.
	20/11/2002	30/11/2004	Desenvolvimento e validação de novas metodologias para análise de combustíveis (LABCOM)
	13/11/2002	30/11/2004	Determinação da Massa Molar de Substância por Crioscopia.
	15/04/2003	30/04/2006	Desenvolvimento pós-embrionário e cultivo de <i>Dilocarcinus pagei</i> Stimpson, 1861 e <i>Sylviocarcinus australis</i> Magalhães & Turkay, 1996 (Decapoda, Trichodatyliidae).
	04/12/2002	30/11/2004	Relatos e Contos de Dourados
	01/07/2003	31/07/2005	Determinação das propriedades físicas de corpos de prova conformados com a argila da região de Angélica - MS
	26/05/2003	30/09/2005	Análise comparativa e fatores determinantes das comunidades de peixes em riachos de cabeceira nas bacias dos Rios Paraguai e Paraná-MS
	01/02/2004	28/02/2006	Análise espectroscópica de emissões gasosas e suas possíveis aplicações ao meio ambiente
	01/02/2004	28/02/2007	Coesão e coerência: fatores de textualidade em redações de vestibulando
	23/11/2004	31/01/2006	Concepções de números dos alunos da licenciatura em matemática da UEMS.
	01/02/2004	31/01/2006	Levantamento etnobotânicos, propagação e cultivo de plantas medicinais nativas e exóticas
	01/05/2004	31/12/2004	Controle de qualidade de frituras industrializadas utilizando a espectroscopia fotoacústica
	01/09/2004	31/03/2005	Luzes do passado: Estudos diacrônicos do Português
	01/07/2004	31/07/2005	Análise das propriedades físicas de corpos de prova conformados com a argila da região de Eldorado/MS
	01/07/2004	31/07/2006	Jogos e passatempos aplicados à Química
	01/09/2004	30/09/2005	"Theorie analytique de la Chaleur" de Jean Baptiste Joseph Fourier: uma análise histórica e conceitual de idéias.
	01/05/2004	31/12/2006	Comunicação para o desenvolvimento sustentável: a mudança depois do olhar
	13/09/2004	30/09/2006	Etnobotânica, propagação, consórcio e estudos anatômicos em plantas medicinais, em Mato Grosso do Sul
	11/04/2005	30/06/2006	"Genocídio" sob o olhar da Semiótica Greimasiana
	23/08/2005	30/06/2006	Utilização de Resíduos em Materiais Cerâmicos para a Construção Civil
	05/05/2005	28/02/2007	Literatura e história: mitos e narrativas indígenas
	13/10/2005	28/02/2007	Retratos da vida nos Assentamentos Taquaral e Sul Bonito: as fotografias como instrumentos reveladores da (re)construção de novos lugares
	13/10/2005	28/02/2007	Vida de Mulheres em assentamentos de Reforma Agrária no município de Itaquiraí - MS

	01/05/2006	31/05/2007	A Construção do Texto Polêmico na Mídia Impressa e Eletrônica: o sistema de cotas em questão
	01/12/2006	28/02/2007	Planejamento da educação e cooperação internacional: uma análise dos programas Monhangara e Fundescola
	05/05/2005	31/05/2006	Imagens Verbais do Escritor Sul-Matogrossense Hélio Serejo
	14/05/2005	30/06/2006	Estudo dos efeitos de refração não-linear em lasers de sólidos dopados
	05/09/2005	31/08/2006	Uso das técnicas fototérmicas de Lentes Térmica e Fotoacústica no estudo de soluções: aplicação em Óleos Vegetais e Biodiesel - parte I
	13/09/2004	30/09/2006	Estudos de produtos naturais: análise química, atividades biológicas e controle de qualidade
	01/05/2004	30/04/2006	Investigação sobre o efeito casimir dinâmico.
	15/08/2005	31/07/2006	Uso de Complexo Científico como metodologia para Ensino de Ciências
	01/07/2004	30/04/2006	Biologia reprodutiva e hábito alimentar de <i>Dilocarcinus pagei</i> Stimpson, 1861 (Decapoda, Trichodactylidae)
	22/08/2005	31/08/2007	Cultivo, estudo químico e avaliação biológica de plantas do gênero <i>Campomanesia</i>
	08/09/2004	30/09/2006	Memória/identidade: a poesia sul-mato-grossense de Raquel de Naveira, Flora Egídio Thomé, Lobivar de Matos, Nicanor Coelho e Dico Quirino
	01/07/2004	30/06/2006	Estudo das propriedades espectroscópicas e termo-ópticas de vidros teluretos: Parte I - amostras não-dopadas
	05/05/2005	30/09/2006	Desenvolvimento de Procedimentos Analíticos para Determinação de Pesticidas Utilizando Eletrodos e Pasta de Carbono
	04/03/2003	31/03/2005	Variação lingüística e confrontos: linguagem e histórias na fronteira.
	01/12/2004	26/09/2007	Estudo das propriedades ópticas e termo-ópticas de vidros aluminato de cálcio dopados com metais de transição
	01/12/2004	31/12/2007	Biologia e Etologia da vespa social neotropical <i>Polistes canadensis canadensis</i> L, 1758 (Hymenoptera, Vespidae)
	11/08/20006	31/10/2008	Antônio Cândido: uma crítica construtiva
	01/10/2006	31/05/2007	Modelagem espacial da diversidade e composição de espécies de peixes no estado de São Paulo.
	22/08/2005	31/08/2007	Avaliação química e biológica de algumas espécies vegetais com propriedades medicinais encontradas na região de Dourados/MS
	01/05/2006	28/02/2007	Diversidade étnico-racial e educação escolar: um estudo do ensino fundamental (5ª a 8ª série) no município de Dourados - MS
	01/05/2006	30/04/2008	Solução Numérica pelo Método das Diferenças Finitas de Problemas de Fotônica e Mecânica
	01/05/2006	31/05/2008	Análise de contaminantes orgânicos em água : 17 - beta-estradiol, bentazon e carbendazim
	13/10/2005	31/10/2007	Determinação espectrofotométrica de cafeína em chás utilizando análise por injeção em fluxo

	01/05/2006	31/05/2008	Avaliação de diferentes metodologias de modificação química e eletroquímica de eletrodos de pasta de carbono para a determinação voltamétrica dos pesticidas Bentazon e Thiram
	07/11/2005	30/11/2007	Cultivo experimental de <i>Dilocarcinus pagei</i> Stimpson, 1861 (Decapoda, Trichodactylidae)
	01/05/2006	30/04/2008	Avaliação microbiana da água de consumo humano
	22/08/2005	31/08/2007	O discurso político Nandeva e Kaiowá
	01/06/2007	30/06/2009	Estudo químico e biológico de <i>Bauhinia holophylla</i> (Caesalpiniaceae)
	01/10/2006	31/10/2007	Deteção de poluentes na atmosfera por Espectroscopia de Absorção Diferencial - DOAS
	01/10/2006	30/07/2008	Biologia populacional de <i>Dilocarcinus pagei</i> Stimpson, 1861 (Decapoda: Trichodactylidae) numa lagoa do Rio Miranda, MS
	01/05/2006	31/05/2008	Aspectos biológicos do camarão <i>Macrobrachium Brasiliense</i> (Heller, 1862) (palaeminidae) no córrego Curral de Arame, Dourados, MS.
	01/05/2006	31/05/2008	Estudo do comportamento eletroquímico do pesticida monocrotofos em eletrodo de carbono vítreo
	01/06/2006	30/04/2008	Efeito Casimir dinâmico com condições de contorno de Robin
	15/08/2005	31/08/2007	Uso de complexo científico nas Ciências e nas Artes: analogias para sala de aula
	01/05/2006	31/05/2008	Estudo químico e biológico em <i>Trema micrantha</i> (Ulmaceae)
	01/02/2005	31/01/2008	Estudo químico e biológico de plantas medicinais de ocorrência nas cercanias de Dourados/MS
	01/10/2006	30/06/2008	Padrões de Diversidade e composição de espécies de peixes em Lagoas do Pantanal
	01/05/2006	30/04/2008	Diversidade de bactérias púrpuras não-sulfurosas em água doce
	01/10/2006	30/09/2008	Estudo das Propriedades ópticas dos íons de Ti^{4+} e sua interação com íons de Ti^{3+} em vidros aluminosilicatos dopados com TiO_2 e Ti_2O_3 .
	01/05/2006	04/08/2008	Espectroscopia fotoacústica na avaliação de estresse ecotoxicológico de plantas associado ao gás natural
	01/06/2007	30/11/2008	Avaliação dos Parâmetros Poluidores da Indústria de Curtumes de Mato Grosso do Sul
Glória de Dourados	01/09/1998	01/08/2000	A organização e contextualização dos conteúdos de Matemática do Ensino Fundamental. (1ª. Fase)
	01/09/1998	01/08/2000	O computador como recurso tecnológico no processo de aprendizagem de Matemática. (1ª. Etapa)
	01/02/2000	01/07/2001	Investigação, coleta e confecção de Materiais Didático-Pedagógicos (MDP) e Atividades de Matemática para o Ensino Fundamental.
	01/03/2000	31/08/2002	Caracterização e Propriedades Físicas da Argila de Ivinhema/MS
	01/09/1998	01/12/2000	O computador como recurso tecnológico no processo de aprendizagem de matemática – Segunda Etapa.
	01/08/1998	01/12/2000	A organização e contextualização dos conteúdos de Matemática no Ensino Básico.

	01/01/2001	31/1/2002	O princípio do máximo para Equações Diferenciais Ordinárias.
	01/01/2001	31/7/2002	Elementos de topologia e continuidade no R^n
	28/06/2001	01/02/2002	Investigação, coleta e confecção de Materiais Didático-Pedagógicos (MDP) e Atividades de Matemática para o Ensino Fundamental - Fase II.
	27/07/2001	30/03/2002	Técnica de Computação Sônica Aplicadas ao Designer de Software Musical.
	11/04/2002	30/11/2004	Atividades orientadoras do Ensino de Matemática para o ensino fundamental 1ª à 4ª séries.
	21/06/2002	30/06/2003	Educação, História e Matemática.
	19/05/2005	28/02/2006	Especialização produtiva e aglomeração industrial: uma análise da indústria de confecções de Ibitinga-SP
	05/05/2005	30/04/2006	Turismo de Fronteira e Planejamento na Região Internacional de Corumbá/MS
	01/12/2006	30/12/2008	Produção de moradias e os papéis urbanos em municípios do Vale do Ivinhema - MS (Glória de Dourados, Deodápolis, Ivinhema e Angélica).
Ivinhema	01/08/2001	28/02/2002	A história dos Especialistas de Educação: contribuição ao estudo da coordenação pedagógica de Mato Grosso do Sul
	01/12/1998	01/06/2000	Ivinhema: Aspectos históricos e características físicas, econômicas e sociais.
	01/09/1998	01/08/2000	A educação infantil no município de Ivinhema: algumas análises sobre a prática docente vigente. (1ª Etapa)
	01/09/1998	01/02/2001	Formação continuada do professor de Educação Física do Ciclo I do Ensino Fundamental - Dourados/MS. (1ª Fase)
	01/08/1998	01/02/2000	Impacto da poluição dos Córregos Rego D'Água e Água Boa na população Ribeirinha do bairro Cachoeirinha. (1ª Etapa)
	01/10/1998	01/09/2000	Estrutura das comunidades de peixes sob diferentes níveis de impacto ambiental na microbacia do Rio Iguatemi - MS. (1ª. Fase)
	01/01/1998	01/08/2000	A formação inicial no curso de Pedagogia: uma análise na perspectiva política. (1ª Fase)
	27/09/1999	31/03/2001	Estudo de equilíbrio químico e balanço de massa com base no uso de sensores para íons de hidrogênio.
	01/03/1997	01/07/2000	Obtenção de vidros de fluoretos ZBLALi por Sol-Gel e Coprecipitação direta e indireta. (1ª. Etapa)
	01/03/1999	01/12/2000	As identidades do Imigrante Paraguaio em Dourados - 1934 a 2000.
	01/09/2000	01/12/2000	A evolução do atendimento pré-escolar no MS a partir da análise das Propostas Estaduais.
	01/09/2000	01/03/2001	A Dimensão Política na formação inicial: um novo olhar para a prática docente.
	01/09/2000	15/07/2002	As instâncias de participação e democratização da escola pública
	03/11/1998	30/12/2000	A Educação Infantil no município de Ivinhema: algumas considerações sobre a prática pedagógica vigente - Segunda Etapa.
	05/09/2000	31/12/2001	Padrões de organização nas comunidades de peixes de riachos na bacia do Rio Iguatemi-MS.

	01/08/1998	01/12/2000	Impacto da poluição dos Córregos Rego D'Água e Água Boa na população Ribeirinha do bairro Cachoeirinha – Segunda Etapa.
	01/10/2000	01/08/2001	Obtenção e aplicação didática de novos corantes de espécies vegetais.
	22/10/2001	29/02/2004	Levantamento da entomofauna visitante às flores de plantas ornamentais da área urbana do município de Ivinhema-MS.
	20/11/2002	31/10/2005	Germinação e desenvolvimento inicial de <i>Hymenaea</i> spp provenientes da região sul do Estado de Mato Grosso do Sul
	17/12/2001	31/03/2004	Estudo das variáveis Físicoquímicas e Biológicas das águas da bacia do Rio Dourados, MS com a diversidade da comunidade de protozoários.
Jardim	01/09/1998	01/08/2000	Estudo da Língua Indígena, os Guatós, no Estado de Mato Grosso do Sul. (1ª Fase)
	01/10/1999	01/09/2001	Manejo e implantação de estradas parques: estudo de caso da Estrada Parque Palmeiras-Piraputanga, Aquidauana/Dois Irmãos do Buriti-MS.
	01/09/2000	30/08/2002	Língua, cultura e sociedade Guató: universo léxico-semântico da fala indígena.
	01/09/2000	30/08/2002	Estudo do Campo Lexical e Campo Semântico da Língua Portuguesa Oral Utilizada Pelos Índios Guatós.
	01/10/2000	01/09/2001	A regra de concordância de número no sintagma nominal no português popular falado por comunidades de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. 2ª FASE
	30/04/2001	31/03/2004	O sujeito feminino, flora, instaurado a partir do discurso relatado na obra "Selva Trágica" de Hernani Donato
	30/04/2001	31/03/2004	Heterogeneidade mostrada e marcada na obra "Selva Trágica" de Hernani Donato.
	01/05/2006	12/11/2007	Poesia e pensamento do Catatau de Paulo Leminski
	01/09/2005	30/09/2007	Educação Infantil em Jardim-MS: construindo identidades
	18/04/2005	31/10/2006	Estudo investigativo de crenças e pressupostos teóricos sobre o processo de ensino/aprendizagem de Língua Inglesa revelados por alunos-professores em seus relatórios de Estágio Supervisionado.
Maracaju	01/09/1998	01/08/2000	Avaliação e a correção da redação escolar: repensar o erro.
	01/09/1998	01/08/2000	O planejamento de ensino e seus reflexos na prática pedagógica. (1ª. Fase)
	01/09/1998	01/06/2001	A prática do educador em questão da necessidade de fundamentação teórica na sua prática. (1ª Fase)
	01/03/1995	01/03/1999	A viabilização de uma proposta educacional nas escolas públicas estaduais de Campo Grande/MS, 1991/1994.
	01/09/1998	01/08/2000	Propostas pedagógicas apresentadas para a educação infantil nas décadas de 70 a 90.
	01/08/1998	01/09/1999	O Índio Kayowá de Maracaju: sua chegada, vida e sua história oral de vida no mundo da comunidade envolvente.
	01/09/1998	01/08/2000	A utilização pedagógica de textos: encontros e desencontros do aluno-leitor.

	01/04/2000	30/06/2002	Aplicação da LDB art. 32 Inciso I: um estudo exploratório no município de Maracaju
	01/10/1999	01/10/2001	Programa de formação continuada de educadores, parâmetros em ação no estado de Mato Grosso do Sul: um estudo do pretendido e do alcançado.
	01/09/2000	01/12/2000	O planejamento de ensino em Mato Grosso do Sul e seus reflexos na prática pedagógica.
	01/01/2000	01/01/2003	Regionalismos em obras de Hélio Serejo.
	01/12/2000	31/07/2002	Caracterização do atendimento público à criança de zero a seis anos em Maracaju até o ano de 2001.
	19/11/2001	05/01/2003	Resgatando o passado: Relatos e Contos de Maracaju.
	21/06/2002	30/06/2004	Formação de professores: reflexões sobre os saberes docentes de alguns egressos (2002) do Curso de Pedagogia da UEMS
	13/10/2005	30/09/2007	Imagens de Crianças e infâncias
Mundo Novo	01/09/1998	01/08/2000	Pesquisa arqueológica, populações tradicionais e educação ambiental na bacia do Rio Iguatemi: Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Japorã e Sete Quedas.
	01/10/1999	31/10/2001	Comunidades de microalgas de um trecho da planície de inundação do Rio Negro, município de Aquidauana, MS: estrutura e dinâmica.
	18/10/1999	30/06/2001	Hematologia, biometria, taxa de micronúcleos e teor de compostos organoclorados em peixes da bacia hidrográfica do Piracicaba.
	01/11/1997	01/11/2001	Espectro alimentar e relações ontogenéticas do aparelho digestivo de <i>Cheirodon stenodon</i> (Characiformes, Cheirodontinae), na zona de ecótono do Rio Paranapanema com o reservatório de Jurumim, São Paulo.
	01/09/2000	31/08/2002	Pesquisa arqueológica e histórico-cultural na bacia do Rio Iguatemi: municípios de Mundo Novo, Japorã, Eldorado e Iguatemi.
	01/10/2001	31/10/2003	Ecologia Alimentar de <i>Serrapinnus notomelas</i> (Characiformes, Cheirodontinae), na Região de Desembocadura do Rio Paranapanema com o Reservatório de Jurumirim, SP.
	27/05/2003	31/05/2005	Avaliação do uso de Técnicas de Agricultura de Precisão em Reflorestamento com o Ipê-roxo
	01/07/2003	31/03/2005	Aspectos morfo-anatômicos e ecofisiológicos de <i>Cecropia pachystachya</i> Trec. (Cecropiaceae) à inundação.
	01/11/2003	30/11/2005	Levantamento da avifauna do município de Mundo Novo, MS
	01/11/2003	30/11/2004	Diferenciação do ovário de larvas de operárias de <i>Apis mellifera</i> L. (Hymenoptera: Apidae): Mecanismos Controladores.
	01/07/2004	31/07/2006	Estudo químico das folhas de uma espécie de <i>Cinnamomum</i> (Lauraceae) que ocorre no município de Japorã-MS.
	01/05/2004	31/12/2005	Insetos aquáticos disponíveis para alimentação de peixes na baía das Lesmas - IPPAN, Pantanal de Aquidauana
	01/02/2005	31/01/2007	Estudo etnoarqueológico entre os Guarani-Nandeva do Mato Grosso do Sul

	01/05/2006	31/05/2008	Estudos limnológicos no trecho inferior da sub-bacia do rio Iguatemi, Mato Grosso do Sul : estratégias de conservação
	01/06/2006	30/06/2008	Caracterização biológica de populações de peixes no trecho inferior do rio Iguatemi, Mato Grosso do Sul
	01/05/2006	30/04/2008	Os indígenas Nandeva-Guarani na porção final do rio Iguatemi e a formação do espaço na região sul de Mato Grosso do Sul: desterritorialização e territorialização
	01/05/2006	31/05/2008	Estudos botânicos no trecho da sub-bacia do rio Iguatemi, Mato Grosso do Sul
	01/05/2006	31/05/2008	Levantamento de Orquídeas no trecho inferior do Rio Iguatemi
Naviraí	01/09/1998	01/08/2000	Representação plana no ensino da geometria.
	01/09/1999	01/08/2001	Estudo das interações elétron-fônons e elétron-elétron e materiais cerâmicos: determinação das propriedades termodinâmicas.
	01/10/1999	30/04/2002	O terreno pantanoso da leitura e da cidadania: estudo sobre uma escola pública de Naviraí-MS.
	01/03/2000	31/08/2002	Valorização do serviço de coleta de lixo: o caso de Naviraí-MS
	15/05/2000	31/08/2002	Tecnologias computacionais: o uso da informática na escola pública e a qualidade do ensino-aprendizagem
	01/08/2000	30/09/2002	Análise socioambiental em área urbana: o caso da ocupação das margens do Córrego do Touro em Naviraí-MS.
	12/11/2000	30/11/2001	Análise de Softwares Educacionais.
	15/10/2001	30/11/2002	Estudo Químico da Folhas e da casca do caule de Guarea Kunthiana A. Juss.
	01/11/2003	30/11/2004	As comunidades de peixes e a a qualidade da água em trechos do rio Corumbataí-SP.
	01/03/2005	31/03/2007	Estudo fitoquímico de plantas medicinais e aromáticas do Cerrado e Pantanal de Mato Grosso do Sul
	01/05/2004	31/05/2006	Matemática e Biologia: Um relacionamento científico que pode contribuir para eficiência no processo ensino aprendizagem.
Nova Andradina	01/09/1998	01/08/2000	Participação na escola pública: a busca da autonomia. (1ª. Etapa)
	01/09/1998	01/08/2000	Didática da produção de textos, o desenvolvimento do pensamento criador e lógico como base da metodologia do ensino. (1ª Etapa)
	01/09/2000	01/12/2000	Os aspectos ideativos na produção textual – Uma proposta didática centrada nos aspectos ideativos da linguagem – Segunda Etapa.
	01/01/2001	31/12/2002	A implantação do computador na Escola Pública: resgatando uma trajetória de sucesso. (1ª. Etapa)
	03/03/2000	08/05/2002	Educação ambiental para detecção e denúncia de crimes ambientais - 2ª. Fase.
	31/5/2001	01/06/2003	Estudo do comportamento eletroquímico dos derivados do ácido protocetrário.
	01/02/2003	13/12/2005	Contos e Romance Ubaldianos: um estudo de enunciação
	13/11/2002	30/11/2004	Coincidências para aplicações de um Complexo em uma Variedade.

	01/03/2004	31/03/2006	Esquemas numéricos hiperbólicos, equações de Hamilton-Jacobi e suas aplicações na propagação de frentes
	01/05/2004	30/04/2006	Interação iônica nos processos vibracionais nos nitretos do grupo III e suas ligas
	01/05/2004	30/04/2006	A ciberlingüística e seus hiperdocumentos: uma nova forma de textualização na Web
	14/09/2004	31/05/2006	O texto dramático em foco
	01/02/2005	28/02/2007	Decaimento exponencial da energia para um tipo de equações hiperbólicas
	21/06/2002	30/09/2006	Gestão democrática: possibilidades e limitações.
	01/07/2007	30/09/2007	A Autoria Colaborativa na Web
	03/07/2006	31/12/2007	Algebras de Lie com estruturas complexas
	01/09/2006	30/09/2007	Cotas para negros: uma questão de identidade (negação e/ou afirmação)
	01/05/2006	31/05/2008	Métodos Numéricos para Leis de Conservação
	01/07/2004	31/05/2007	Perspectivas de interação e análise no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira (Inglês)
	01/03/2006	02/10/2007	Educação para todos e inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino de Nova Andradina(MS).
	01/10/2006	30/09/2008	A utilização de estratégias cognitivas e metocognitivas no favorecimento do processo de leitura em Língua Inglesa
Paranaíba	01/09/1998	01/08/2000	Contribuições da Disciplina IMC no desenvolvimento de um profissional pesquisador. (1ª. Fase)
	28/08/2000	01/09/2001	TV Escola - Uma estratégia para a melhoria da qualidade na educação.
	03/09/2004	30/11/2005	Educação do campo: uma análise da prática avaliativa docente no projeto "Porteiras do Saber".
	01/05/2006	31/03/2007	Educação para o campo: uma investigação na rede pública de Mato Grosso do Sul
	01/09/2005	30/09/2007	A representatividade dos gêneros textuais nas práticas comunicativas
	01/05/2006	31/05/2008	Histórias de Vidas: construção da identidade dos parceiros do Assentamento Serra
Ponta Porã	-	30/11/2001	Cursos on-line no ensino/aprendizagem da Língua Estrangeira.
	01/08/1998	01/07/2000	O desenvolvimento das potencialidades fronteiriças.
	01/08/1999	30/11/2001	O impacto do Programa TV Escola nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS.
	01/09/2000	01/02/2001	O professor e a sala de aula: o que fundamenta a sua prática docente?

Fonte: PROPP/UEMS.